

PÓLIS

Nº 15, 1994



Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção

Ana Amélia da Silva (org.)
Rosana Catelli
Veronica Sales Pereira



Publicações Pólis

ISSN-0104-2335

CATALOGAÇÃO NA FONTE - CDI

SIL	SILVA, Ana Amélia, org. "Urbanização de favelas: duas experiências em construção" São Paulo, PÓLIS, 1994. 120p."(Publicações Pólis, 15)
	1. Política habitacional, 2. Urbanização de favelas 3. Mutirão para Construção 4. Participação popular 5. Movimentos por moradia 6. Direito à cidade I. Pólis II. CATELLI, Rosana Elisa III. PEREIRA, Verônica Sales IV. Título V. Série
	Tesouro PÓLIS: 322.3 232.54 322.33 42 422.31 401

Índices para catálogo sistemático:

Direito à cidade	401
Movimentos por moradia	422.31
Mutirão para construção	322.33
Participação popular	42
Política habitacional	322.3
Urbanização de favelas	232.54

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 462 - Itaim Bibi
CEP 04534-002 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (011) 820-2945, 820-6572
Fax: (011) 820-5279

Com apoio financeiro da
CHRISTIAN AID
Inglaterra
e da

EZE - Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V.
Alemanha

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

DUAS EXPERIÊNCIAS EM CONSTRUÇÃO

Equipe do Pólis

Diretoria: Silvio Caccia Bava, Maria Elisabeth Grimberg, Vera Telles, Hamilton José Barreto de Faria e Carlos Morales.

Equipe Técnica: Ana Amélia da Silva, Anna Luiza Salles Souto Ferreira, Ana Luiza Motta, Christiane Costa, José Carlos Vaz, Marco Antonio de Almeida, Maria Conceição Sepúlveda, Marly Winckler, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Victor Augusto Petrucci, Rosana Elisa Catelli, Verônica Sales Pereira, Valmir de Souza, Ruth Simão Paulino, Jorge Kayano, Renata Villas-Boas.

Equipe Administrativa: Jamil Rogério dos Santos, Maria Candida Alves, Paulo Bettinelli, Erica M. Letzerich, Daniel da Silva, Patricia Gaturamo, Ângela Maria Bezerra e Nilza A. de Paula.

Equipe de Realização

Organização da Publicação: Ana Amélia da Silva

Diagramação: Jamil Rogério dos Santos

Digitação: Ana Amélia da Silva, Rosana Elisa Catelli e Verônica Sales Pereira

Foto da Capa: Robson Martins

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que, com seu empenho e disponibilidade, ajudaram a viabilizar esta publicação, em especial:

Moradores da Favela Icaraí: Aparrião, Maria Helena, Valdo, Tiago, D. Antônia, Matilde, D. Lourdes, Eli, D. Aurelina, Sr. Francsico, José Genésio, Sr. Abel, José Nonato, Manoel Nonato, e Washington.

Moradores da Favela N. Sra. Aparecida: Divina, Aragão, Sônia, Ana Cristina, D. Verônica, Justinália, Renato, Magali, Severino e Sr. Benjamim.

Equipe de HABI, em especial: Nabil Bonduki, Angela de Arruda Camargo Amaral, Laura Bueno Machado, Rubens Migliori Liberatti e Nuria Pardillo Vieira.

Equipe da Assessoria Técnica APOIO - Assessoria Profissional de Apoio ao Movimento Popular, na favela Icaraí, nas pessoas de: Vânia Moura Ribeiro, Valdir Cesar Ribeiro, Eliana Marcondes Pralon, Valéria Sanchez e Maria Agostinha de Carvalho.

Assessoria e acompanhamento dos trabalhos na Favela N. Sra. Aparecida: Nelson Baltrusius (FASE), Laila Nazen Mourad e Padre Ticão.

Pólis: Nelson Saule Junior, José Geraldo Simões Jr. e Vera Telles

Sumário

	pág.
Apresentação	1
Introdução	3
I. <i>Apartheid</i> Urbano e Políticas Sociais para as Favelas	11
II. Cenário e Pesquisa de Campo	33
III. Trajetórias, Carências e Estigmas	39
IV. Direitos, Lei, Justiça Social e o Sentido da Exclusão	55
V. A Experiência de Urbanização na Favela Icarai	65
VI. A Experiência de Urbanização na Favela N. Sra. Aparecida	83
Conclusões	99

PÓLIS

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

O PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. O seu objetivo geral é a reflexão sobre o urbano e a intervenção no espaço público das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa abrir um canal de debates sobre um conjunto de estudos e pesquisas centradas na questão urbana. Volta-se, portanto, para subsidiar ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades na ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Seu público-alvo são os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, sindicais, de estudos e pesquisas urbanas, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com os interesses populares e universitários.

A temática destes estudos fundamenta-se nos campos de conhecimento que o PÓLIS definiu como prioritários em seu trabalho:

Gestão Democrática, Poder Local e Políticas Públicas - envolvendo temas como democratização da gestão municipal; descentralização política; reforma urbana; experiências de poder local; políticas públicas.

Participação Popular e Construção da Cidadania - envolvendo temas como participação; lutas sociais urbanas; conselhos populares; mecanismos jurídico-institucionais de participação; direitos de cidadania.

Meio Ambiente e Qualidade de Vida - envolvendo temas como meio ambiente urbano; saneamento ambiental; educação ambiental; políticas ambientais; estilos de desenvolvimento e aspectos político-culturais da qualidade de vida urbana.

Cultura Urbana - envolvendo temas como políticas culturais; cultura popular; o imaginário das cidades; valores e comportamentos dos cidadãos, cultura política; memória urbana; o fazer cultural nas cidades.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três eixos como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida; a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

O PÓLIS, para isso, além das publicações, se utiliza de instrumentos como seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas de opinião e pesquisas aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a construção de um projeto democrático de gestão municipal.

Apresentação

A presente publicação do PÓLIS, "Urbanização de Favelas - Duas experiências em Construção", faz parte de um projeto mais amplo intitulado "Moradia e Cidadania". Seu objetivo mais abrangente se refere à análise da participação da população de baixa renda de São Paulo e da sua experiência de luta pelo acesso ao direito à moradia e à ampliação dos direitos à cidade e à cidadania.

A inserção deste projeto no âmbito das preocupações do PÓLIS responde por uma conjuntura recente, em São Paulo, quando experiências inovadoras na política habitacional para a cidade foram implementadas pela gestão municipal de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), no período 1989-1992.

A política habitacional de interesse social então desenvolvida pela HABI - Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, alavancou inúmeros programas envolvendo a construção de conjuntos habitacionais, urbanização de favelas e revitalização ou recuperação de cortiços. Estes programas colocaram como prioritária a participação popular através de mutirões. A autogestão ou a co-gestão dos projetos, das obras e dos recursos financeiros por parte da população organizada em movimentos de moradia, associações comunitárias e/ou cooperativas habitacionais significaram uma experiência inovadora de participação que envolveu os sem-terra, sem-teto, encortiçados, favelados, moradores em áreas de risco, etc. Com base na mobilização e diálogo com os movimentos de moradia em São Paulo foram definidos os princípios que orientaram a formulação da política: "direito à terra"; diversidade de intervenções; reconhecimento da cidade real; direito ao centro; direito à cidadania; estímulo à autogestão e à co-gestão; melhoria da qualidade das habitações sem elevação dos custos; direito à arquitetura".¹

O estudo que ora se apresenta dedicou-se à análise aprofundada da vivência desta experiência de autogestão em duas favelas da cidade de São Paulo - a favela do Jardim Icarai, situada na região de Parelheiros, zona sul da cidade, e a favela N. Sra. Aparecida, situada na região de Ermelindo Mattarazzo, zona leste de São Paulo. Desde logo é bom frisar que esta análise não se propôs realizar uma avaliação da política habitacional implementada por HABI, nem muito menos uma avaliação da política habitacional de interesse social implementada durante o período da gestão Luiza Erundina.

Tratou-se, outrossim, de um estudo etnográfico realizado através de entrevistas qualitativas sobre as percepções, imagens e representações dos moradores que vivenciaram esta experiência. O que informou a necessidade deste estudo não foi somente a não-existência de estudos mais aprofundados e recentes sobre a temática. Mas, a

convicção de que a tarefa de assessorar movimentos e entidades diversas na elaboração de propostas de políticas públicas alternativas exige, hoje, um maior conhecimento sobre o universo simbólico que incorpora tradições, valores e opiniões. Enfim, os vários elementos de que é composta a cultura política de nosso país. Neste sentido, ao reconstruir a experiência de urbanização de favelas com autogestão e co-gestão, procuramos saber o que os favelados entendem e sentem por carências, pobreza, desigualdade, direitos, leis, justiça social, participação política, entre outros. Consideramos este tipo de pesquisa bastante importante quanto mais se percebe que os grandes limites que se apresentam em muitas propostas de políticas públicas é o fato de serem implantadas sem levar em conta as complexas relações entre aspectos econômicos, sociais, políticos e, sobretudo, culturais.

Elaborar e levar avante uma pesquisa qualitativa em um universo de pobreza e carências extremas não é uma tarefa fácil. Sobretudo tendo em vista que, no âmbito do PÓLIS, este foi o primeiro estudo de nível aprofundado abrangendo temas amplos e diversos. Portanto, são muitos aqueles que foram responsáveis para que esta pesquisa e análise se concretizassem.

Antes de mais nada, registra-se a colaboração dos moradores e lideranças nas duas favelas, com suas falas que se estenderam por numerosas horas de gravação e 1.100 páginas de relatos transcritos. Mais do que isto, no entanto, registra-se o empenho e a disponibilidade com que receberam a equipe do projeto em fins de tarde e aos finais de semana. Significativo disto foram as entrevistas realizadas na favela Icarai nos finais de tarde de sábados e domingos, após as tarefas do mutirão.

Este estudo não teria sido possível sem a colaboração de Rosana Elisa Catelli e Verônica Sales Pereira que trabalharam como assistentes de pesquisa. A dedicação de ambas extrapolou em muito as tarefas solicitadas.

A equipe da pesquisa registra, também, um agradecimento aos técnicos (arquitetos, advogados e sociólogos) que colaboraram acompanhando as visitas nas duas favelas, e dispondo parte de seu escasso tempo fornecendo as mais diversas informações relativas ao processo de urbanização: a equipe de HABI, sobretudo do setor GEU/ Favelas; o acompanhamento e a orientação da equipe da Assessoria Técnica APOIO, na favela Icarai; e, à equipe que nos assessorou na favela N. Sra. Aparecida.

Finalmente um agradecimento especial à Vera da Silva Telles, Coordenadora de Estudos e Pesquisas do PÓLIS, pelas discussões de vários dos capítulos desta publicação.

Ana Amélia da Silva
Coordenadora e Organizadora

(1) BONDUKI, N., ANDRADE, R.M. & ROSSETTO, R., 1993.

Introdução

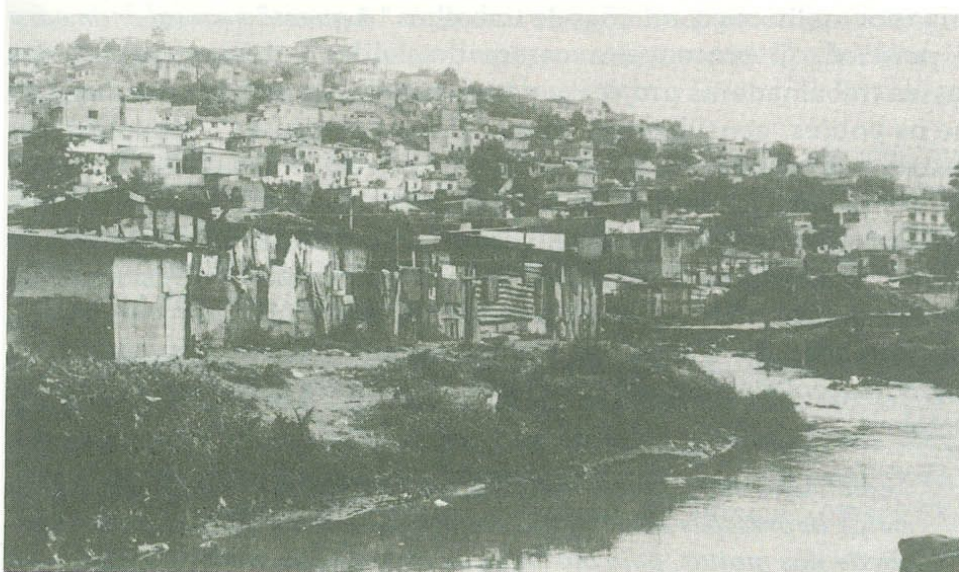
O ano de 1992 estava prestes a findar carregando a marca de inúmeros registros de um acirramento das desigualdades sociais nas quais a visibilidade da miséria, da fome, do desemprego e da violência, colocavam o Brasil dentro dos parâmetros de um país de 4º Mundo.

O mês era dezembro e a cidade era São Paulo. Um dos maiores jornais do país, a Folha de São Paulo, estampava no dia 2/12, a seguinte manchete: "MELLÃO QUER DESPEJAR 'FAVELADOS BANDIDOS'".

"O futuro secretário da Habitação, João Mellão Netto quer acabar com as favelas pequenas de São Paulo, (...) instaladas em áreas nobres. Para ele, a população desses locais é composta, na maior parte, por 'bandidos'. Segundo Mellão: 'os bandidos também gostam de morar perto de onde trabalham. Aquelas favelas com menos de cem moradores, principalmente as localizadas em centros de alta valorização, tradicionalmente acabam se tornando núcleos de criminosos'".

Em um outro momento da entrevista o repórter insiste: "O senhor diz que favelas em locais de grande valorização são focos de bandidos, dá para explicar melhor?"

Resposta: "Eu acompanhei passo-a-passo a história da favela da Cidade Jardim, quando fui secretário de Jânio. Lá 90% eram bandidos, e você podia ver que a maioria daqueles moradores tinha ficha na polícia, era bandido assaltante. Os moradores originais acabaram sendo expulsos pelos marginais. Bandido também quer estar perto do local de trabalho"



SEHAB/SP
Robson Martins

Vitorioso no último pleito eleitoral para administrar a Prefeitura de São Paulo, o ainda não empossado Prefeito, Paulo Salim Maluf, havia escolhido para seu Secretário de Habitação, um membro do Partido Liberal, João Mellão Netto. Mais lembrado por sua atuação junto ao então Prefeito Jânio Quadros (1984-1988), quando foi seu Chefe de Assessoria Especial e, também, secretário da Habitação. João Mellão trazia a marca de um período caracterizado pelas remoções de favelas da área central da cidade e a quase total carência de recursos investidos na periferia. Também, trazia à memória um período onde o ideário de uma cidade "ordenada" e "limpa" mal escondia os elos de ligação de Jânio Quadros com as grandes empreiteiras para viabilizar um grande conjunto de obras viárias no centro da cidade.

Um dia depois, o prefeito eleito Paulo Maluf repreende Mellão em público. O secretário, após ter colocado o seu cargo à disposição do prefeito, tenta se esclarecer e acaba por reiterar, de uma certa maneira, um de seus planos: *"reurbanizar as favelas maiores e remover as pequenas"*.

"O deputado voltou a dizer que a favela Cidade Jardim era habitada por bandidos. 'É verdade que 90% eram ladrões', disse. Afirmou que até uma 'escola' para formação de trombadinhas existia lá Segundo Mellão, a 'escola' tinha como objetivo maior ensinar as crianças a roubar toca-fitas de carros estacionados no bairro e assaltar residências da região'".¹

Se esta fala, carregada de preconceitos e pelo estigma da criminalização da população favelada, foi capaz de suscitar a indignação de alguns setores mobilizados da população da cidade é porque ela, numa primeira análise, (re) atualiza a questão social enquanto um caso de polícia, remetendo a frases célebres, do início do século, em nosso país. Foi durante o período denominado de República Velha (1889-1930), que o então presidente da República, Washington Luiz (1926-1930), assim referiu-se explicitamente às greves e outras manifestações operárias por melhores condições de trabalho: *"A questão social é um caso de polícia"*. O preconceito contra demandas e reivindicações das classes trabalhadoras projetava para o espaço da cidade uma visão de que os pobres, considerados como "classes perigosas", deveriam ser afastados do centro, *locus* de moradia e negócios das elites. O perigo da "contaminação moral" veiculado pela ideologia sanitarista que permeou as reformas urbanas no centro da cidade, aparecia na fala do mesmo Washington Luiz, uma década antes de ser Presidente da República. Em 1916, quando prefeito de São Paulo, ele propunha a transformação da Várzea do Carmo em um parque, prevendo uma "higienização" da área compreendida pela várzea em torno do Tamanduateí:

"essa vasta superfície chagosa, escalavrada, feia e suja, protegida pelas depressões do terreno, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação, onde se reúne(...) a

vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis de vencidos de todas as nacionalidades, e, todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar (...) Denunciado o mal e indicado o remédio - um parque belo, seguro e saudável - não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo". (Citado por PAOLI, M. C. 1989:46).

Apesar de contextos muito diversos caberia indagar sobre o que é comum a estas duas falas, uma vez que a São Paulo deste final de milênio já não é a mesma dos tempos de Washington Luiz. A cartografia da questão social hoje desenhada pela pobreza e miséria que atingem cerca de 65% da população de São Paulo, se expressa na amplitude espacial da cidade chamada "clandestina". Clandestina não só porque suas condições de habitabilidade fogem dos padrões mínimos definidos pela legislação urbanística, mas porque nela praticamente inexitem os direitos básicos, individuais, sociais e políticos.

Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Habitação, em outubro de 1992, as 1805 favelas de São Paulo abrigavam uma população de cerca de um milhão de favelados. Grande parte delas se encontra às margens de córregos e rios, sujeitas a enchentes, em terrenos com erosão acentuada ou situadas sobre lixo ou aterro sanitário. Não é raro encontrar favelas que apresentem uma somatória destas situações.²

Por outro lado, a realidade daqueles que vivem em moradias precárias de aluguel - os cortiços -, em sua grande maioria na área central da cidade, apresenta um quadro mais brutal de degradação de suas condições de vida. Insalubridade, adensamento, falta de condições de higiene básica, são alguns dos problemas que hoje afetam, em São Paulo, cerca de 3 milhões de pessoas. Ou, em outros termos, - o equivalente a toda a população do Uruguai.³

Também compõem este quadro os 2 milhões de pessoas, hoje vivendo em loteamentos clandestinos e cerca de 1.7 milhão composto por proprietários e moradores de 300 mil imóveis irregulares, a maioria deles autoconstruídos durante o período em que vigorou o padrão periférico de crescimento urbano.

Finalmente, cabe ressaltar o trajeto que a pobreza e a miséria percorrem nas áreas centrais e intermediárias da cidade; além do crescimento explosivo do número de cortiços, sobretudo em função dos aluguéis extorsivos e proibitivos para a maioria da população da área central, o desemprego tem acarretado um aumento crescente de

moradores de rua. Estimativas da prefeitura de São Paulo, apontavam, em janeiro de 1992, a cifra de 65 mil moradores de rua.

Retomando o pensamento inicial. Para além da óbvia semelhança da questão social servir de ancoradouro para representações que transformam a cidade "clandestina" no lugar, por excelência, de moradia de criminosos, o que aproxima no tempo as duas falas é o *apartheid* social urbano como resposta aos problemas dos moradores de favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, dos sem-teto, dos inquilinos prestes a serem despejados e dos moradores de rua. Enfim, daqueles que compõem a questão social nas cidades.

Com raiz no autoritarismo e na tradição de pensamento escravagista da sociedade brasileira, o espaço das cidades foi codificado e desenhado pela exclusão social e segregação espacial.⁴ Marcada por profundas desigualdades, a sociedade brasileira se caracterizou, ao longo de quase toda a sua história, por um não-reconhecimento da intensa heterogeneidade e diversidade que marcam as classes populares neste país. Foi através do não-reconhecimento da legitimidade da diferença ou da alteridade - do não reconhecimento do outro ou dos outros como sujeitos sociais possuidores de interesses, valores e direitos legítimos que se forjou um espaço público "descidadanizado", para usar uma expressão de O'Donnell. Sociedade, como diz Chauí, onde predominam as mais diversas formas de discriminação; onde as desigualdades sócio-econômicas atingem níveis insuportáveis através da transformação das diferenças por via dos critérios hierarquizados e de obediência que predominam nas relações sociais, e onde a repressão se ergue frente ao conflito social enquanto instrumento para sufocar arbitrariamente as manifestações e lutas populares. Sociedade onde são imprecisas e indeterminadas as fronteiras entre o público e o privado; onde os direitos sempre foram outorgados pelo Estado e, portanto, onde a lei serve para a preservação de privilégios, fundando-se em uma legalidade que se confunde com o arbítrio e tendo como contrapartida as relações de tutela e favor. Sociedade, enfim, onde as leis existem para serem consideradas mais pela sua inutilidade e ineficácia, raramente se abrindo para a perspectiva de sua própria crítica e transformação.⁵

Em uma sociedade como essa, o Estado nasceu como o avesso do Estado do Bem Estar Social e o mundo público da política foi desfigurado por práticas e partidos que se pautam pela privatização da coisa pública, tendo como pano de fundo a cultura da corrupção, do clientelismo e da tutela.

Nessa sociedade, o espaço urbano foi desenhado pelo mesmo movimento de desigualdade e injustiça que é a sua marca de origem. Desenho onde a hierarquização das diferenças por critérios de privilégios se inscreveram no espaço das cidades através dos planos e medidas de renovação urbana, definindo lugares e "territórios" para os cidadãos e para os não-cidadãos.

Na São Paulo da Primeira República, os privilégios forjaram um verdadeiro "apartheid urbano" com vistas à disciplinarização e controle das classes populares, apoiados pelo discurso competente de médicos, higienistas, engenheiros, sanitaristas, sociólogos, arquitetos e outros. Porta-vozes de estudos sobre padrões e modos de vida das classes populares, visando ao controle das lutas operárias na cidade, esses técnicos forneceram os elementos das práticas de intervenção e planejamento urbanos, através de noções que procuravam construir a "moral do trabalhador honesto e civilizado". (DE DECCA, 1987)

Com essas representações e imagens de cidade forjou-se o projeto de instituição da sociedade burguesa do trabalho onde, como aponta Rolnik (1981 e 1988), o modelo urbano deveria fazer com que a cidade funcionasse como máquina e como corpo humano, na perspectiva de funcionamento de todos os seus órgãos. Qualquer diferença, divergência ou conflito eram considerados como desvios do modelo que precisavam ser controlados e, no mais das vezes, eliminados ou extirpados.

As medidas de renovação urbana decorrentes de tal modelo patrocinaram a invasão e demolição de casas, cortiços e outras formas de moradia popular; rasgaram as grandes avenidas que visavam desfigurar o centro para o automóvel e para o controle da mobilização popular; e, derrubaram bairros, ruas e quarteirões inteiros, destruindo lugares culturais significativos. Tal modelo excludente e segregador permaneceu (embora com imagens diferentes) nas práticas de planejamento urbano, até tempos bem recentes. (ROLNIK, R., 1990). Alimentou, por longo tempo, as utopias conservadoras de instituição da cidade desigual, onde o conflito social não era admitido, seja no plano das sociabilidades, seja no plano simbólico.

Não é tão difícil deduzir o imaginário de cidadania que vinha expresso pelas medidas de renovação urbana e intervenção no espaço das cidades, visando controlar lutas e conflitos levados adiante pelas classes populares. A utopia de cidade das elites precisou criar um espaço deslegitimador das diferenças e daquilo que considerava como "desvios" de seu padrão de ordem e moral - precisou, portanto, criar a figura das classes perigosas. A classe operária, outros trabalhadores urbanos, desempregados, mendigos, imigrantes, negros, enfim aqueles "outros" que compreendiam as classes populares urbanas se atribuíram várias denominações: desordeiros, bandidos, ralé, plebe, ladrões, etc. A eles eram atribuídos outros lugares e "territórios", porém nunca o espaço da representação pública, pois como aponta PAOLI, (1989:85),

"Já que não existe um lugar simbólico para acolher as diferenças, ou seja, que as figuras populares não possuem um lugar de representação pública, (...) onde nos bairros pobres e proletários não se reconhece a existência de direitos e até de dignidade, (...) foi fácil imprimir uma imagem da vida popular e dos trabalhadores urbanos

como aqueles a quem tudo falta, sobretudo capacidade de conhecimento, julgamento e ação".

Ora, se foi importante traçar algumas características da cultura política que desenhou a cidade com as cores da segregação, é importante assinalar que uma fala como a de Mellão incide, na sua atualidade, nas imagens e representações de amplos segmentos da população, incluindo aí, sobretudo, a classe média. Imagens de favelados como bandidos, ladrões e criminosos passam a servir de justificativa, inclusive, para formatar desenhos novos para as cidades, onde cada vez mais se configuram espaços de *apartheid*, representando as muralhas que abrigam a cidade que tem serviços, equipamentos urbanos e qualidade de vida, da cidade "clandestina", onde quase tudo se define pela sua carência. Cada vez mais a visão da cidade se desenha através de cercas, muros, condomínios fechados, onde os padrões de segurança privada de vastos segmentos das classes médias e médias altas pretendem construir muralhas evitando a visão e o contato com os bairros pobres.

Se o estigma que carregam os favelados e encortçados da cidade permanece no imaginário de amplos segmentos da população da cidade, é importante analisar, contudo, que uma fala como a de Mellão pode interpelar de maneira diversa outros atores sociais.

Por exemplo, parte da imprensa reage a isto. Na mesma notícia da entrevista do Secretário, o jornal contrapõe à fala de Mellão dados estatísticos que provam o inverso:

"O último Censo de Favelas realizado pela atual Secretaria de Habitação mostra que 74% dos chefes de família da população favelada (hoje um milhão) trabalham, sendo que 47% por cento deles têm registro profissional. A metade dos favelados é formada por crianças de zero a 14 anos. Segundo o mesmo censo, que ouviu cerca de 1052 famílias, as favelas pequenas - na mira do secretário - são cerca de mil em São Paulo: 500 com até 55 moradores e outras 500 com população de 50 a 300 moradores. Em outubro a cidade registrou 1805 favelas". Folha de São Paulo, 2/12/92.

Porém o dado novo e mais interessante de registrar é a reação dos movimentos organizados que lutam pela moradia, sobretudo os de favelados, uma vez que a própria notícia trazia de volta o fantasma da prática de remoção de favelas exercida tão frequentemente nos tempos de Jânio Quadros.

Reportagens que se seguem à estas declarações de discriminação e segregação dão conta de como esta fala interpelou diversos movimentos de moradia. Representantes do MURF - Movimento de Urbanização de Favelas, do MUF - Movimento Unificado de Favelas e MDF - Movimento de Defesa dos Favelados, consideram que o secretário "rompeu os canais de comunicação e diálogo", e prometem

invasões e acampamentos de favelados em frente da Secretaria e da Prefeitura.

Ao discurso segregacionista e discriminatório ergueram-se múltiplas vozes contrárias defendendo o direito à moradia e o direito à cidade. O que talvez o novo secretário parece não ter contado foi com a existência de um movimento organizado de luta pela moradia na cidade de São Paulo. E, sobretudo, as experiências de lutas e conquistas que estes movimentos adquiriram durante a gestão municipal anterior da cidade, quando a prefeita Luiza Erundina implantou todo um programa de reurbanização e regularização de favelas no bojo de sua política habitacional de interesse social, objeto de considerações neste estudo.

NOTAS:

- (1) FOLHA DE SÃO PAULO, 4/12/92.
- (2) ROLNIK, KOWARICK & SOMEKH, 1990.
- (3) SILVA, 1992.
- (4) O longo trecho de análise que se segue foi extraído de SILVA, 1990.
- (5) CHAUI, 1986: 47-85.
- (6) O'DONNELL, 1988, citado.
- (7) Ver TELLES, 1992.
- (8) FOLHA DE SÃO PAULO, 3/12/92.

I. Apartheid Urbano e Políticas Sociais para as Favelas

O FENÔMENO DA FAVELIZAÇÃO EM SÃO PAULO - UM BREVE RETRATO

O fenômeno da favelização na malha urbana de São Paulo surge nos anos 40, embora as favelas só tenham se constituído em uma alternativa habitacional significativa a partir dos anos 70. Com efeito, até meados dos anos 70 as favelas eram muito poucas. "Os favelados não representavam mais que 1,5 % da população de São Paulo".¹

A produção de habitações populares tem raízes históricas nas transformações sociais e econômicas do final do século XIX e que desaguaram na São Paulo industrializada do século XX.

A trajetória de mudanças entre o trabalho escravo para um mercado de trabalho livre transforma a paisagem da cidade. Ao lado dos aspectos modernos de uma cidade que se firmava como polo industrial e concentrador de riquezas, que abria largas avenidas, erguia fábricas, rasgava trilhos para as estradas de ferro escoarem a produção cafeeira e industrial, construía lojas, armazéns e bancos, há a cidade que despreza os enormes contingentes de operários, trabalhadores



Favela São Domingos
Obras de Urbanização - Gestão Luiza Erundina

SEHAB/SP
Robson Martins

pobres, mendigos, biscateiros, imigrantes e todos aqueles que ficaram conhecidos como as "classes perigosas" da Primeira República no Brasil. A estes eram destinados os vários tipos de "vilas higiênicas" e os cortiços: "o cortiço-pátio; o cortiço-casinha; o hotel-cortiço; a casa de cômodos e os cortiços-improvisados", todos eles tendo em comum as péssimas condições de higiene e a insalubridade da condição de vida que proporcionavam".²

No início do período republicano, São Paulo já era cidade intensamente adensada. Os cortiços se multiplicam por toda a malha urbana central. Pelo menos até 1918, não havia ainda uma segregação espacial, tal como hoje conhecemos com as periferias urbanas.³

Mas a segregação social já existia e aparecia de várias formas: nos vários códigos, posturas municipais e legislação específica condenando os cortiços à demolição, por se constituírem em um "câncer" que precisava ser extirpado do tecido urbano; pela estratégia da burguesia de erguer suas moradias e equipar seu lazer em outros espaços na cidade, dotados de toda infra-estrutura. O ideário burguês de uma civilização comandada pela ordenação do trabalho e da moral do trabalhador honesto configurava uma ordem hierárquica que atribuía aos "outros" um lugar específico de onde não pudessem perturbar a ordem com seus estilos de vida diversos e múltiplos. Entre as classes erguiam-se muralhas simbólicas que traduziam o *apartheid* social já inscrito na vida da cidade. De um lado, a vida comandada pela "civilização" e progresso; de outro, os "selvagens" e "bárbaros" como eram designados, então, aqueles que viviam a experiência da condição operária e os pobres em geral.⁴

A partir dos anos 20 a segregação social passa a encontrar seu ancoradouro em uma segregação espacial dando início à periferização e acompanhando as transformações que consolidavam um crescimento econômico de base industrial. A partir de 1930, o Estado começa a intervir e a regular as condições de trabalho e de vida nas cidades.

A década de 40, irá assistir, por motivos vários, uma conjuntura de grande crise habitacional. Nesta crise, a Lei do Inquilinato foi fator decisivo. Promulgada em 1942, esta lei congela os aluguéis. Como consequência se verifica um grande desestímulo aos investimentos em moradias de aluguel - cortiços e habitações coletivas, especulação imobiliária, bem como demolições destes tipos de imóveis deixando largos setores da população sem alternativas de sobrevivência na área central da cidade. A "solução" passa a se basear no trinômio loteamento periférico - lote próprio - autoconstrução que possibilitou aos trabalhadores de baixa renda o acesso à casa própria em condições precaríssimas - lotes localizados longe do centro da cidade, com pouca ou nenhuma infra-estrutura.⁵

Apesar de surgirem algumas poucas favelas na década de 40, a capacidade de crescimento urbano criando periferias era grande. E isso explica o reduzido número de favelas em todo o período.⁶

Nova inflexão no modelo habitacional se verifica nos anos 70 quando as favelas, em número significativo fazem a sua entrada em cena, por toda a cidade. *"Entre 1970 e 1980 o número de favelados cresce 45 % ao ano, índice quase dez vezes superior à taxa de incremento populacional da região metropolitana de São Paulo"*.⁷ Neste período aumenta também o número de moradores em cortiços e casas precárias de aluguel na periferia. Os fatores para o aumento crescente das favelas são vários, entre os quais: a alta dos preços dos lotes em torno da cidade provocando a escassez de terras, o aumento generalizado dos custos de transportes inviabilizando as longas distâncias para parcelas significativas dos trabalhadores e a legislação mais rígida quanto à abertura de novos loteamentos clandestinos; etc.⁸

A ocupação cada vez mais crescente de favelas também encontra sua razão na situação precária em que se viram jogados os trabalhadores de São Paulo no início dos anos 80, frente a uma crise econômica que colocou o arrocho salarial, o desemprego e o subemprego na ordem do dia. *"Se em situações de expansão da atividade econômica já era generalizada a aspiração de 'deixar de pagar aluguel', em época de crise e de desemprego esta necessidade se torna absolutamente premente"*.⁹

Este fato serve para a questionar a idéia corrente de que os favelados são, em sua grande maioria, imigrantes recém- chegados à cidade. Até os anos 70, o caminho do migrante que chegava em São Paulo era, inicialmente, a procura de abrigo na casa de parentes ou o aluguel de um cômodo, para que pudesse, em uma fase imediatamente posterior, comprar um lote periférico para autoconstruir. Já no final da década de 70, as trajetórias pela cidade provocam um destino final significativamente diferente - a favela. Estudos recentes sobre os moradores de favela demonstram que estes chegam à favela por "filtração descendente", isto é, moraram em outras formas de habitação na cidade. *"Os favelados não são em absoluto migrantes recentes e nem têm a favela seu primeiro local de moradia urbana. A favelização tem sido crescente e a migração tem sido declinante no município de São Paulo"*.¹⁰

A tabela que segue é um retrato disso que acabamos de expor. *"A cidade de São Paulo tem crescido a taxas que variam de 6% a 3% ao ano desde 1950. Em 1973 São Paulo tinha aproximadamente 6,6 milhões de habitantes, e em 1990, 9,5 milhões". A partir da década de 70, "inúmeros terrenos vazios espalhados pela malha urbana vão sendo invadidos espontaneamente, configurando até 1987, cerca de 1.600 favelas onde morava 8% da população do município daquele ano"*.¹¹ Nos anos 90, as estimativas são de que São Paulo contém 1 milhão de favelados.

Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População Municipal e da População Favelada (em porcentagem)

Período	Taxas Geométricas de Crescimento Anual	
	Pop. Municipal	Pop. Favelada
1973-1975	4,44 (1)	22,75 (3)
1975-1979	3,15 (1)	22,79 (4)
1979-1985	3,14 (2)	12,42 (5)
1985-1987	2,55 (2)	13,64 (6)

1. Fibge - Censos Demográficos de 1970 a 1980
2. Estimativas da Fundação SEADE
3. Cadastro de Favelas 1973 e 1975
4. Estimativas da Cogep, publicada em Kowarick e Ant (1981)
5. Estimativa Baseada na Eletropaulo (12/85), pesquisa de campo de 1980 e taxa de substituição de 5%
6. Cadastro de Favelas, 1987

POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO EM FAVELAS E LUTAS DOS FAVELADOS - UM BREVE RETROSPECTO SOBRE SÃO PAULO.

Na década de 80, marcada por uma crise social aguda, a deterioração das condições de acesso à moradia na cidade de São Paulo foi brutal. Superou em muito a grande crise habitacional que abalou os anos 40. O SFH - Sistema Financeiro de Habitação através do BNH - Banco Nacional de Habitação, implantado no final da década de 60, não enfrentou o problema social da habitação. Dirigiu 70% de seus recursos para a população nas faixas de renda acima dos 10 salários mínimos e impulsionou o setor específico da construção civil, entre outros. A consequência foi incentivar ainda mais o processo especulativo que já existia há décadas nas cidades.

Na história mais recente, pautada por uma recessão aguda, o desemprego, a miséria e o empobrecimento generalizado se agravaram refletindo-se nas condições de acesso à moradia. Somado a tudo isto, a visão neo-liberal do governo Collor foi responsável pelo mais amplo desprezo pelas políticas públicas de caráter social provocando, entre outros, a ausência de uma política habitacional de interesse social. Hoje, o déficit de moradia é estimado em torno de 13 milhões de moradias. Apenas em São Paulo, há um contingente de cerca de 5 milhões de pessoas incluídas neste déficit, que gira em torno de pouco mais de 1 milhão de moradias.

É importante, então, registrar sumariamente que o processo de favelização em São Paulo foi encarado de formas diferenciadas pelas sucessivas gestões municipais. Com poucas exceções, alternaram-se entre o assistencialismo, o clientelismo e a repressão em relação às

favelas e seus moradores. Assustadas com o fenômeno, procuravam alternativas para o crescente aumento do número de favelas e a medida mais frequentemente adotada foi a remoção de favelas.

Quadro Resumo das Políticas de Intervenção no Município de São Paulo (1961-1988)

Período/Prefeito em exercício	Concepção sobre o "Problema" habitacional	Solução
1961-1965 P. Maia 1965-1969 F. Lima 1969-1971 P. Maluf	Favela Como "doença" da cidade, antro de crimes. Favelados como marginais	Extirpação do tecido urbano; remoção
1971-1973 F. Ferraz 1973-1975 M. Colassuono 1975-1979 O. Setubal	Favela como "Trampolim" para a cidade, transição do migrante	Vilas de habitação provisória
1979-1982 R. Barros 1982 S. Curiati 1983-1985 M. Covas	Favela como expressão física das contribuições urbanas; percepção de persistência na favela	1. Construção 2. Cooperação 3. Urbanização 4. CDRU
1986-1988 J. Quadros	Necessidade de recuperar terrenos urbanizados para "boom" imobiliário e garantir a construção civil. Favelados- Segregação	Remoção de Favelas

Fonte: Superintendência de Habitação (Habi)

Entre os anos 50 e 60, a Prefeitura Municipal removia favelas quando estas atrapalhavam a implantação de grandes obras de canalização de córregos ou de grandes avenidas. Quanto ao destino de muitas famílias a política era "resolver" individualmente fornecendo dinheiro a muitas delas para que voltassem aos seus locais de origem. Inúmeras famílias foram removidas para a construção, em 1967, de grandes avenidas como a marginal do rio Tietê, a marginal do rio Pinheiros, a avenida dos Bandeirantes e o Metrô.¹²

No anos 70, vários projetos passam a incluir a necessidade de remoção de favelas: seja para atender imediatamente favelados em situações de emergência (enchentes e desmoronamentos), como é o caso do projeto "Remoção de Favelas", criado em 1971; seja para liberar áreas para a construção de obras públicas. Em ambos os casos a relação da prefeitura com os favelados era estritamente assistencialista. Por exemplo, fornecia dinheiro para as famílias comprarem outro barraco ou então a passagem de retorno à sua cidade de origem. Outros moradores eram deslocados para alojamentos provisórios em terrenos municipais livres, ou então para outras favelas. Quanto aos demais,

tentavam alternativas por sua própria conta. E alguns partiam para loteamentos da periferia onde construíam suas casas em mutirão ou em autoconstrução. Entre 1971 e 1979 foram removidas 3.398 famílias representando 19.000 favelados.¹³

Em 1978, durante a gestão de Olavo Setubal, um decreto determina a vigilância das áreas de proteção de mananciais e a expulsão das favelas localizadas nestas regiões. A concepção desta gestão era de que as favelas surgiam porque existiam áreas municipais vazias, não eficazmente fiscalizadas pela administração municipal. Para resolver o problema, então, bastaria uma fiscalização mais rigorosa, incluindo a ação da Polícia Militar nos casos de desocupação. Na época, *"a Associação Profissional dos Assistentes Sociais (com Luiza Erundina na presidência) mobilizou a imprensa contra o decreto, argumentando que a causa das favelas era a pobreza e não a existência desses terrenos. Este movimento organiza um ato público de repúdio ao decreto e com a adesão de inúmeras lideranças de favelas e funcionários públicos consegue derrubá-lo"*.¹⁴

As gestões foram se sucedendo com a elaboração de algumas políticas para as favelas. Assim, em 1979, ao final do governo Olavo Setubal, foi criado o FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal. Na gestão Reynaldo de Barros (1979-1982) é criado o programa PRÓ-FAVELA, visando dotar as favelas em áreas municipais de infra-estrutura (principalmente água e luz).¹⁵

Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise mais detalhada das várias gestões municipais. Importa ressaltar que, simultaneamente a estas ações governamentais, os favelados consolidam suas organizações na cidade de São Paulo. Assinala-se, como exemplo, a emergência do MDF - Movimento de Defesa dos Favelados, em meados dos anos 70.¹⁶

Organizando-se, inicialmente, em Santo André, em 1978, o MDF se espalha pelas favelas de São Paulo, Guarulhos e Osasco e, depois, pelos demais Estados do país. Em 1982 o MDF organiza um grande encontro em Campinas onde elaboraram um documento que discutia a função social da propriedade, a questão da desapropriação por interesse social e o projeto de CDRU - Concessão do Direito Real de Uso - que garantiria a posse da terra aos favelados.¹⁷

Importante registrar que, ainda em 1980, o MDF discute a ampliação de sua denominação para MDDF (Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados). Isso sugere que a luta pelo espaço passa a ser entendida como luta por direitos.

A partir de 1978, os movimentos na região sudeste, em Campo Limpo, articulam-se através de assembleias populares, com o objetivo de dar uma resposta à política do prefeito em exercício, Olavo Setubal.

Em 1979, os movimentos de favelas existentes em São Paulo passam a reivindicar melhorias para as favelas resistindo, dessa forma, à política de remoções. Com o crescimento destes movimentos é criado o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Pró-morar, aglutinando além dos moradores das favelas da cidade de São Paulo, também os de cortiços e moradores dos conjuntos habitacionais do projeto Pró-Morar, do BNH.¹⁸ Nos anos 80 surgem duas outras articulações de movimentos de favelas: o MUF e o CORAFASP. Tendo como marco o ano de 1984, emerge o CORAFASP - Conselho Coordenador das Associações de Favelas de São Paulo.¹⁹ Ainda em 1982, surge em São Paulo, o MUF (Movimento Unificado de Favelas) integrando uma frente de movimentos. O MUF organiza-se sob a forma federativa incluindo : o MDF Leste I (Movimento de Defesa do Favelado); o MURF Leste II (Movimento de Urbanização de Favelas); o MUNRI Zona Sul (Movimento de Moradia da Região de Interlagos); a Central de Defesa dos Favelados (regiões de Vila Mariana e Jardim Miriam); o MDF Oeste (Movimento de Defesa do Favelado); a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste; e, o UIF (União Independente de Favelas).²⁰ Em sua trajetória de lutas, o MUF obtém conquistas importantes como a instalação de luz e água em praticamente todas as favelas da cidade. Com uma grande capacidade de mobilização, o MUF obtém, também, junto ao então governador Franco Montoro, em 1984, a implantação da taxa mínima de água e luz que beneficiou todos os moradores de favelas da Grande São Paulo; a redução nos pagamentos de água e luz para moradores de alguns cortiços, e, principalmente, o reconhecimento da sua legitimidade enquanto interlocutores nas negociações com o Prefeito Mário Covas: em 1985, entregaram a ele um anteprojeto de lei propondo a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU).

A partir deste momento a posse da terra passa a ser a reivindicação principal de todos os movimentos de moradia de São Paulo.

Face à ampliação e pressão desses movimentos, a gestão municipal de Mário Covas abriu alguns canais de interlocução. Foi a primeira a estabelecer esta relação com o MUF procurando atender algumas de suas reivindicações. Foi nesse período que as negociações acerca do CDRU tomaram impulso, conforme análise mais adiante.

Embora a Concessão do Direito Real de Uso não tenha sido aprovada, a gestão Covas representou um avanço em relação às políticas públicas anteriores pois concretizou uma série de outras demandas dos movimentos como é a urbanização de favelas e demais melhorias. Por outro lado, se houve um certo avanço no tratamento da questão habitacional, os projetos habitacionais que chegaram a ser elaborados tinham um caráter pontual e eram muito poucos os recursos destinados à área de habitação.

A administração Jânio Quadros significou um retrocesso. E um retorno ao autoritarismo. O arquivamento do projeto de Concessão do

Direito Real de Uso representou o rompimento das relações estabelecidas até então com os movimentos. Por outro lado, seus vínculos com as grandes empreiteiras impulsionaram políticas contrárias aos interesses dos movimentos. Foi o caso dos programas de desfavelamento através da remoção de favelas das áreas centrais e deslocamento da população para conjuntos habitacionais padronizados, em periferias distantes. Acrescenta-se a isso, a intensa e freqüente repressão às mobilizações e manifestações dos movimentos populares, inclusive com uso da guarda metropolitana em confronto com os ocupantes.

Cabe registrar, ainda, que os anos 80, marcados por uma grande crise habitacional, assistiram a uma significativa articulação de movimentos de moradia, em termos nacionais, a partir da organização de diversas entidades sob forma federativa aglutinando uma série de associações e movimentos em torno da luta pelo direito à terra e à moradia.²¹ Ao longo do tempo vão se consolidando outras coordenações mais abrangentes de movimentos que lutam pelo direito à moradia e à cidade podendo-se citar, entre as maiores, em termos nacionais: a CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores, organizada em 1982 na qual encontra-se articulada a favela Icarai, objeto de estudo de caso neste trabalho; e, a UMM - União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo, consolidada em 1987 e da qual faz parte a favela Nossa Senhora Aparecida, também, objeto de estudo de caso neste trabalho. Ainda, pode-se citar, a nível nacional, a emergência do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em 1989. Basta mencionar que diferem em muito, entre si, em termos de formato organizativo, amplitude de sua base social, representatividade em termos locais, regionais e nacional, formas de mobilização e encaminhamento de reivindicações e lutas. Contudo, têm se articulado em algumas instâncias decisórias no sentido de apresentarem propostas consensuais em torno de algumas políticas habitacionais mais abrangentes, como é o caso do projeto do FNMP - Fundo Nacional de Moradia Popular, encaminhado à Câmara Federal com 1 milhão de assinaturas, em novembro de 1991.²²

Os movimentos de favelados articulam-se nessas entidades de caráter federativo sendo, a mais significativa delas, a UMM - União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo. Tem como origem uma articulação de movimentos de moradia que surge na cidade de São Paulo (incluindo municípios da região do ABC e Osasco)²³, no início da década, através das ocupações de terra, tendo como marco a reunião de ex-invasores da primeira grande ocupação coletiva ocorrida em 1981, na área denominada Fazenda Itupu, na região sul da cidade. A trajetória de sua organização durante os anos 80 coincide com uma conjuntura que assistiu à emergência da maior Central Sindical do país, a CUT - Central Única dos Trabalhadores (1982) e a consolidação de partidos políticos entre os quais o PT - Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980. Congregando cerca de

45 movimentos e e federações diversas e atingindo uma base social estimada em 50 mil famílias, a UMM se articula em torno dos principais problemas de moradia: favelas, cortiços, sem-terra, ocupações e mutirões, moradores em loteamentos clandestinos, o chamado "povo de aluguel", moradores de rua, associações e cooperativas habitacionais, moradores de área de risco, etc.

Quando Luiza Erundina assume a administração de São Paulo, encontra os movimentos de favelados inseridos nestas entidades federativas, ou organizados de forma independente, lutando pelo direito à terra e à moradia.

O PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - GESTÃO LUIZA ERUNDINA (1989-1992)

A política municipal de habitação para São Paulo ganha um novo significado na conjuntura que se inicia em 1989, quando Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, assume a prefeitura. Essa administração procura dar impulso ao "programa habitacional de interesse social", embasada na experiência dos movimentos de moradia e em suas propostas alternativas. Tendo como ponto de partida uma diversidade de problemas habitacionais emergentes na cidade, a prefeitura cria o Sistema Financeiro de Habitação de Interesse Social para financiar a urbanização de favelas, projetos de melhorias para cortiços e construção de conjuntos habitacionais através do processo de mutirão autogestionário. A formulação deste programa teve por fundamento as demandas e propostas dos movimentos, aí incluindo a reivindicação da participação popular nos programas da Secretaria de Habitação.

Neste sentido, é interessante assinalar que no início de sua gestão, Luiza Erundina enfrentou uma série de invasões e ocupações, além de mobilizações diversas dos movimentos dos sem-teto.²⁴ A partir deste momento, deslançaram-se iniciativas que levaram à construção, no término de sua gestão, em 1992, de 33.189 casas ou apartamentos populares e 16.799 em obras.

A SEHAB (Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, através da HABI (Superintendência de Habitação Popular), procurou atender à população de baixa renda a partir de uma outra perspectiva. Abrindo canais de negociação para a população organizada e incentivando a sua organização em função de suas condições e necessidades mais urgentes, como é o caso dos moradores em áreas de risco nas favelas. Com isso procurava-se quebrar o ciclo das velhas formas de política assistencialista.

Com o Programa de Habitação de Interesse Social, assumiu como alvo a "cidade clandestina" articulando inúmeros instrumentos legais e formas de intervenção junto à população através, principalmente, da autogestão. O objetivo era melhorar as condições dos assentamentos precários existentes, urbanizando favelas, recuperando cortiços, regularizando a situação fundiária dessas áreas e possibilitando a aquisição de terrenos ou casas através de financiamentos que levassem em consideração a renda familiar.

Estes projetos incorporaram dispositivos legais já existentes mas praticamente não utilizados pelas gestões anteriores. Dentre estes programas, um se destaca em particular - o FUNAPS COMUNITÁRIO (FUNACOM). Programa já existente desde 1979, o FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal) tinha, no entanto, um conteúdo fortemente assistencialista. Concedia subsídios para a construção de moradias populares sem obter, praticamente, retorno de seus investimentos.

Reformulado pela atual administração, com base na experiência dos movimentos de moradia, o FUNAPS COMUNITÁRIO, resumidamente, viabiliza a construção de moradias em regime de mutirão. Apenas que não se trata da antiga forma clientelista assumida por vários governos (federal, estaduais e municipais), para resolver o problema habitacional - processo de mutirão enquanto exploração do trabalho gratuito dos moradores envolvidos. Assumindo a forma de um sistema financeiro municipal, a grande novidade do FUNAPS está nas novas formas de autogestão, transferindo para as associações comunitárias, muitas delas transformadas em cooperativas habitacionais, os recursos para viabilizar acesso à terra e o financiamento do material de construção, entre outros. As cooperativas habitacionais ou associações comunitárias administram o processo produtivo, articulam a montagem do canteiro de obras, elaboram projetos, algumas desenvolvem fábricas de pré-moldados e outros materiais de construção, constroem creches, cozinhas comunitárias, etc. Também, as associações ou cooperativas assumem a gestão dos recursos, tendo como contrapartida as prestações de contas mensais até o final do empreendimento. Por outro lado, são também os mutirantes organizados que escolhem e contratam as entidades de Assessoria Técnica que envolve arquitetos, sociólogos ou assistentes sociais, pedagogos, etc., com quem vão discutir e definir o projeto a ser executado, com ampla autonomia de contratação de mão de obra especializada e pessoal administrativo.

O FUNACOM tem permitido a construção de moradias de alta qualidade, com 60m² em contraste com o padrão usual de moradias populares, em torno de 20 m². O retorno do financiamento é feito pelos mutirantes após o término das construções das casas e conforme a renda familiar e o número de dependentes.²⁵

O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS.

Resumidamente, a urbanização de favelas tem como escopo um conjunto de intervenções que incidem não apenas na regularização física das áreas ocupadas por favelas, mas, também, nos mecanismos de regularização fundiária para fixar os moradores nas áreas ocupadas. Através de instrumentos jurídicos, como é o caso do projeto de Lei de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), pretendia-se superar a condição de ilegalidade em que viviam.

A ilegalidade das áreas que comportam as favelas determina-se pela condição de acesso à terra, onde os moradores ocupam e se apropriam de áreas públicas ou privadas e aí constroem, de forma precária, as suas casas.²⁶

As tabelas mostradas a seguir apontam que na gestão Luiza Erundina foram atendidas 26 mil famílias morando em 50 favelas. Este atendimento foi feito por obras executadas por empreiteiras, pela Prefeitura e em regime de mutirão com autogestão ou co-gestão - obras de reparcelamento, água, esgoto, drenagem, contenções de encostas, abertura de acessos, pavimentação, etc. Paralelamente, em 70 favelas se encontram, hoje, cerca de 3.500 famílias executando pequenas melhorias, também pelo processo de mutirão com autogestão. Artigo publicado em revista do setor da construção civil assinalava que estes números poderiam parecer pequenos, mas, quando comparados com a administração Jânio Quadros que executou obras em apenas 11 favelas, adquiriam um outro significado.²⁷

Estes programas pressupõem um grande envolvimento e organização da população que passa a participar ativamente em todas as etapas do projeto e da obra, a partir de uma tarefa desenvolvida pela HABI de conscientização e educação ambiental.

E esta foi a sua grande novidade - não apenas intervir em melhorias nas áreas delimitadas das favelas mas desenvolver a responsabilidade coletiva e impulsionar a consciência da cidadania na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade.

A metodologia de intervenção e execução de obras dá-se pela ação de 4 sub-programas de atendimento à população:

- 1) Obras por empreiteira - são aquelas baseadas nas diretrizes urbanísticas para favelas, desenvolvidas pela Superintendência de Habitação Popular (HABI), junto às suas Regionais; a maioria são obras de grande porte onde há dificuldade técnica elevada, como contenções de encostas, canalização de córregos, infra-estrutura de água e esgoto, entre outras.

2) Convênio FUNAPS - Urbanização (URBANACOM) - permite às associações organizadas de moradores de favelas o gerenciamento das verbas para contratação de uma assessoria técnica, compra de materiais e execução das obras de infra-estrutura, desde esgotos até paisagismo, em regime de mutirão.

3) Convênio FUNAPS-FAVELA (unidades habitacionais em favela, executadas em regime de mutirão) - para atender à demanda de moradias resultante dos processos de urbanização, onde frequentemente são necessárias remoções de casas e barracos (o caso das áreas de risco); o Convênio FUNAPS-FAVELA prevê o gerenciamento dos processos de compra e execução das unidades habitacionais através de mutirão com a Assessoria das HABI-Regionais.

4) Obras de melhoria - pequenas obras, reparos e melhorias realizadas em regime de mutirão".²⁸

O potencial deste trabalho de urbanização já foi reconhecido em artigo que ressalta as grandes obras de esgoto que estavam sendo feitas através do programa de urbanização de favelas. Aponta para sua importância justamente porque este tipo de obras "não costuma dar votos", uma vez que sua visibilidade é quase nula. Ao mesmo tempo registrava, também, os pontos positivos do programa, cujos investimentos deveriam alcançar, no final de 92, a quantia de US\$ 23 milhões.

"São gastos em média 1,3 mil dólares por família para a execução desse tipo de urbanização, valor que é o mais forte aliado do projeto. Pelas estimativas do GEU Favelas, a remoção de um núcleo com a conseqüente construção de unidades habitacionais em novo local custaria 14 mil dólares por família. Outro fator favorável ao projeto é o movimento espontâneo da população atendida de substituir os barracos por construções de alvenaria tão logo vêem deflagradas as obras de infra-estrutura".²⁹

No entanto, é fundamental reafirmar que o principal objetivo do programa de HABI foi o processo de ampliação do exercício da cidadania. Com a organização dos movimentos e a autogestão dos mutirões, a população organizada é quem indica o futuro morador, quem avalia os recursos e projetos, e quem os executa. Nesse processo todo, aparece mais claro o Estado como um mero repassador-financiador de recursos.

"Este processo dá origem a uma questão que é crucial para entender porque é difícil para os 'governos da ordem' aceitarem uma política habitacional com este caráter. Na medida em que o poder político é dividido com a sociedade, os recursos que engordariam 'caixinhas' e empreiteiras poderosas passam a ser limitados".³⁰

Empreendimentos de HABI no Programa "Ação em Favelas"

Programa	Etapa dos Serviços	Famílias	% M.S.P.
I. Estrutura em Favela	Concluída	5869	21,6%
	Em Andamento	21288	78,4%
Total no Programa		27157	100%

Fonte: HABI - 1 - 1992

Empreendimentos de HABI no Programa "Ação em Favelas"

Programa	Etapa dos Serviços	Famílias	% M.S.P.
Unidades habitacionais em Favela	Concluída	248	16,1%
	Em Andamento	1293	83,9%
Total no Programa		1541	100%

Fonte: HABI - 1 - 1992

Evolução na Participação de HABI e SEHAB no Orçamento-Programa da Prefeitura Municipal de São Paulo

Gestão que elaborou OP	Ano OP	HABI	SEHAB
Passada	1987	0,51%	4,52%
	1988	0,78%	1,77%
	1989	0,33%	1,29%
Atual	1990	4,10%	4,94%
	1991	5,15%	7,77%
	1992	2,24%	4,54%

Fonte: HABI - 1 - 1992

Demanda atendida (número de famílias) por HABI/Região (1983 à novembro de 1992)

REGIÃO	1983 - 1988										1989 - 1992									
	Provisão		Ação em Favelas						Ação em Favelas											
	Pop./Org		Urbanização		Melhoria		Total		Só Infra		Inf + Hab		Total		Melhoria		Total			
	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM	EMPR	FAM		
Leste 1	3	147	1	11	1	500	2	511	2	128	0	0	2	128	8	1137	17	1837		
leste2	29	2039	1	55	4	407	5	462	5	1019	0	44	5	1063	6	3106	30	5462		
Norte	0	0	2	102	1	200	3	302	1	52	2	77	3	129	0	0	4	123		
Oeste1	5	547	0	0	6	834	6	834	1	66	2	445	13	1062	18	1062	23	3209		
Oeste2	2	191	2	85	2	186	4	271	2	229	2	61	4	290	11	1283	19	2323		
Sudeste	3	99	0	0	2	380	2	380	3	3357	0	0	3	3357	12	870	17	4412		
Sul1	5	477	1	42	4	810	5	852	1	205	0	0	1	205	8	1118	14	1918		
Sul2	2	40	2	87	8	2140	10	2227	1	500	0	0	1	500	8	1608	11	2278		
Total	49	3540	9	382	28	5457	37	5839	17	5869	5	248	22	6117	69	10610	136	21620		

Fonte: HABI - 2, Coordenações de: Favelas, Provisão, Mutirão
11.12.92 - HABI - 1

Empreendimentos Concluídos de HABI, de 1983 a 1992 (novembro), e em andamento até novembro, por Programas e por Número de Famílias

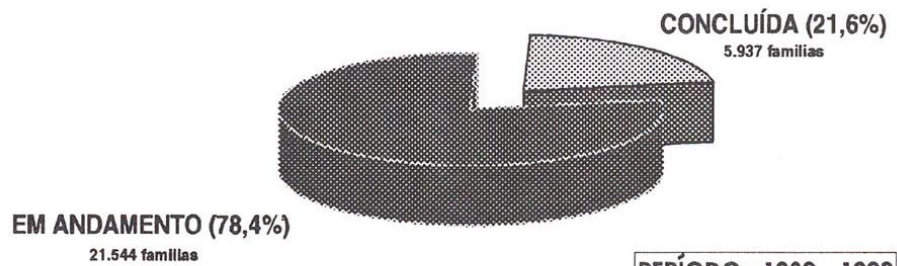
Programas	Mario Covas		Jânio Quadros		Luiza Erundina (89 a Nov/92)						
	1983 / 1985		1986 / 1988		Concluídos			Em andamento			Subtotal
	EMPR.	FAM.	EMPR.	FAM.	EMPR.	FAM.	EMPR.	FAM.	EMPR.	FAM.	
Construção de U. Habitacional	9	716	40	2284	45	4901	109	20533	154	25434	
Urbanização de Favelas	2	88	7	294	22	6117	74	22581	96	28698	
Melhorias em Favelas			28	5457	69	10610	7	2033	76	12643	
Intervenção em Cortiços							20	1460	20	1468	
Remoção/Risco/Apoio Projetos				2245		5036			0	5036	
Convênio Jurídicos							23	227065	23	227065	

Fonte: Coordenações: FUNACOM, Provisão, Favelas, Cortiços, Assuntos Fundiários e S.A.T.
HABI - 1 (15/12/92)

ACÇÃO EM FAVELAS

INFRA-ESTRUTURA / NO MSP

TOTAL : 27.481 famílias atendidas



PERÍODO : 1989 - 1992

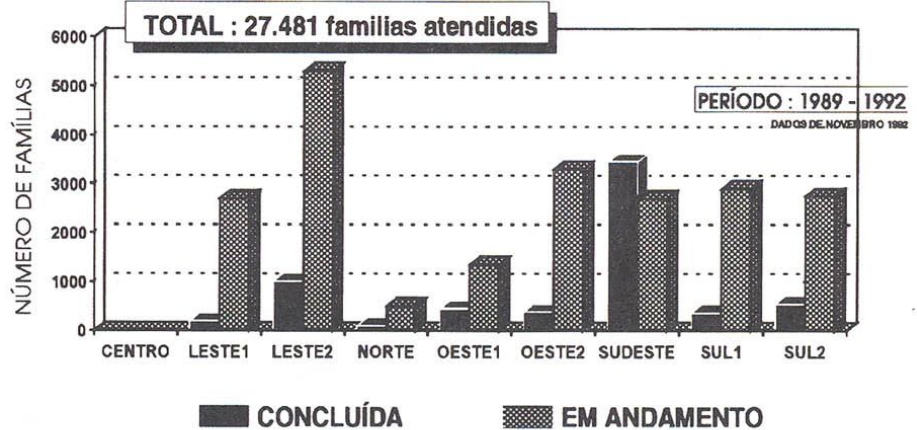
DADOS DE NOVEMBRO 1992

HABI 1 - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO - CONTROLE E AVALIAÇÃO

ACÇÃO EM FAVELAS

INFRA-ESTRUTURA / NO MSP

HABI - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO - CONTROLE E AVALIAÇÃO



A CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO.

Em sua essência, o projeto de Lei de Concessão do Direito Real de Uso - CDRU,³¹ visa um contrato entre o Poder Público Municipal e moradores em favelas. Através de um conjunto de obrigações e regras têm por objetivo essencial regularizar as ocupações em áreas públicas, através da garantia do direito de moradia às famílias faveladas que nelas vivem. Em última instância, visa transformar estas áreas em bairros através do impulso ao processo de urbanização.

A posse do terreno pode ser concedida por um período de 90, 50 ou 40 anos. Os moradores que recebem esta concessão do Poder Público têm o direito de dispor deste bem, podendo até transferir o seu uso para outra pessoa, porém não a propriedade. Em outras palavras, garante-se o uso social enquanto a propriedade continua pública, evitando-se que estas áreas sejam privatizadas e, portanto, inseridas no processo de especulação imobiliária.

O projeto de Lei da CDRU começou a ser gestado na administração Mário Covas (1983-1985), a partir das lutas e movimentos dos favelados em torno das tarifas sociais de água e luz e das reivindicações para regularizar a posse da terra. A proposta, naquela ocasião, foi elaborada por assessores jurídicos junto às lideranças do MUF, recebendo o apoio da então vereadora, Luiza Erundina.

Importa, contudo, registrar que durante a gestão Mário Covas, o que chegou a ser proposto não foi, exatamente, uma concessão de direito real de uso mas, sim, uma concessão onerosa. Ou seja, haveria a venda aos moradores tendo, como contrapartida, a urbanização das áreas ocupadas por favelas. A população pagaria pela posse da terra durante um período de 40 anos, assegurando seu direito de moradia e a urbanização da área.

Na época, a questão da venda ou da concessão de direito real de uso foi objeto de disputa calorosa entre os dois movimentos de favelados que lutavam por este dispositivo: o MUF, vinculado, prioritariamente, à base do PT e o CORAFASP, vinculado majoritariamente ao PMDB. Concretamente, com base nas divergências entre lideranças e vereadores que apoiavam cada um desses movimentos não se aprovou, durante a gestão Covas, nem a venda, nem a concessão.

A gestão Jânio Quadros, enfatizando a política de desfavelamento, abandonou estas duas versões de projetos de lei. Ao final de seu mandato, vários projetos foram aprovados por decurso de prazo e, entre eles, um que favorecia a concessão onerosa para 8 favelas selecionadas dentre as inúmeras da cidade.

Já na gestão Luiza Erundina, a Superintendência de HABI retoma o projeto inserindo-o enquanto peça básica de sua política para as favelas. Encaminhado à Câmara Municipal no início de 1990, o projeto

de lei da CDRU vincula a concessão à questão fundamental da urbanização de favelas. Ou melhor, em termos de prioridade, a urbanização das áreas precederia à sua regularização.

Neste momento, o MUF constitui-se no interlocutor privilegiado da administração municipal para os estudos do projeto de lei da CDRU, o que impulsiona a alternativa da concessão gratuita por 90 anos. Prazo este que visava impedir a reversão do processo de urbanização e evitar a especulação imobiliária. A visão que informava a proposta da maioria das lideranças, de alguns técnicos e de assessores jurídicos era de que os favelados já haviam pago pelo uso da terra, de várias formas: taxas de serviços públicos, impostos indiretos, etc.³²

É, também aqui, que se registra a emergência do ponto-chave das disputas que se seguiram e que se refere às noções diferenciadas do que seja "bem comum". Grande parte das favelas de São Paulo ocupam áreas públicas consideradas "bem de uso comum do povo". São áreas cuja prescrição destina-as para outros usos e finalidades como parques, praças, áreas verdes, etc.³³ O embate, então, passava a girar em torno da destinação de áreas públicas para moradores em favelas. Afinal, tratava-se de destinar "bens de uso comum do povo para favelados"!

Frente ao apoio de poucos partidos ao projeto (PT e coligação de pequenos partidos que o apoiavam, como o PC do B e PCB) se erguiam as vozes contrárias de todos os outros partidos que se opunham, de maneira incisiva, à gestão da Luiza Erundina como um todo. Por exemplo, cita-se a posição do PSDB. Contrariamente à visão anterior, durante a gestão Mário Covas, de apoio ao projeto de CDRU onerosa, o PSDB assume o argumento de que essas áreas são bens públicos de uso comum e destinadas para áreas verdes. Portanto, não poderiam ser outorgadas para fins de moradia. Com ligeiras variações, esta era, também, a visão assumida por partidos como o PMDB, PDS, etc. Por outro lado, vários jornais se colocavam contra o projeto, destacando-se o semanário *Shopping News* que estampava manchetes condenando a "doação", por parte da Prefeitura, de "áreas verdes para os favelados", como a seguinte: "A cidade perdendo o verde para as favelas".³⁴

À estas visões se adicionou o fato de que, ao nível do governo municipal mais amplo, as negociações em torno da CDRU foram preteridas em função de outros projetos que se julgava mais importantes. Com efeito, apesar da pressão dos movimentos de favelados, o projeto da CDRU, em alguns momentos, foi colocado de lado em função de negociações em torno de projetos como Código de Obras, IPTU progressivo e reforma tributária. Isto explica as idas e vindas de substitutivos e emendas ao projeto original, bem como propostas de inclusão, no projeto, de um número maior de favelas a serem urbanizadas e regularizadas.

No início de 1992, abre-se novamente uma "rodada" de negociações com os movimentos de favelados. A proposta de venda vai

ganhando destaque enquanto alternativa. O MUF passa a aceitar a concessão onerosa desde que ela fosse ampliada para atender as 1.200 favelas localizadas em áreas públicas que precisavam ser desafetadas para o processo de urbanização.

A discussão era polêmica entre a concessão de uso ou onerosa. Afinal, as áreas vendidas poderiam ser transformadas em áreas para especulação imobiliária. Neste momento a Prefeitura entra com a proposta de criação de ZEIS - zonas especiais de interesse social³⁵ para garantir que estas áreas não sofressem especulação após a urbanização. Além disso, a proposta de negociação da venda vinculada às ZEIS e que deveria abranger 1.200 favelas localizadas em áreas públicas, abrangendo 35 mil famílias, visava dois programas - a urbanização das favelas e um programa de recuperação de áreas verdes.³⁶

Apesar da grande mobilização dos favelados frente à Câmara Municipal durante os dias em que se encaminhava os debates finais do projeto, ele acaba não sendo aprovado por uma somatória de alegações que não cabe detalhar aqui, e que vão de argumentos como interferência no zoneamento da cidade, a necessidade de *quorum* de 2/3 para aprovação do projeto, etc. etc.³⁷

Cabe, todavia, registrar o peso principal das polêmicas e de alguns argumentos contrários ao projeto de lei da CDRU presentes no debate, tanto em 1991, quando o projeto foi aprovado em 1ª votação, quanto em 1992, quando é encaminhado para a 2ª votação. Nos depoimentos divulgados pelos jomais se sobressaem os vereadores de oposição ao projeto. "*O projeto institucionaliza a miséria e abre precedente para uma progressão geométrica de ocupações de áreas deste tipo*"; "*a comunidade do entorno é que estaria sendo lesada*", uma vez que compraram terras vizinhas às áreas da coletividade que estavam previstas para serem áreas verdes; "*a Prefeitura está querendo legalizar a ilegalidade*"; "*a Prefeitura não poderia dispor de áreas públicas para atender interesses de algumas pessoas*".³⁸

O que se verifica nestes argumentos é que eles deslocam e escamoteiam o significado principal do projeto de lei da CDRU. Sobretudo, enquanto peça fundamental de uma política social que visa conferir aos favelados - aqueles "outros" ainda tão estigmatizados pela sociedade brasileira -, o estatuto de cidadania. A manipulação da questão da permanência das favelas na paisagem urbana da cidade mal esconde as medidas de remoção e expulsão, contidas nestes discursos. Assim, toda a perspectiva do processo de urbanização que visava, com a participação dos favelados organizados através de suas entidades, transformar estas favelas em bairros cai no vazio do debate sobre o projeto de Lei da CDRU. Ressurge o fantasma dos preconceitos, dos estigmas, do não-reconhecimento dos favelados como portadores de interesses legítimos de se tornarem proprietários e, assim, abandonarem o mundo da exclusão conquistando o direito à moradia e à cidade.

NOTAS:

- (1) TAESCHNER, citada por BONDUKI, 92
- (2) BONDUKI, 1982:87.
- (3) idem, ibidem.
- (4) Ver PAOLI, 1991 e ADORNO, 1990.
- (5) Construção de moradias em fins de semana, envolvendo por vezes o trabalho de toda a família, sem nenhuma assessoria técnica e em lotes sem infra-estrutura básica a não ser, geralmente, uma precária linha de transporte; sacrifícios pessoais para construção da casa própria como aumentos da jornada de trabalho, vendas de férias, "bicos", etc. Enfim, eram erguidas casas que muitas vezes vinham abaixo pois feitas sem nenhuma segurança e de péssima qualidade. Ver também BONDUKI, 1992.
- (6) "Neste período a expansão horizontal da cidade desenvolveu-se através da ação de empreendedores privados que se beneficiaram da total permissividade do poder público quanto à dispersão de loteamentos clandestinos desprovidos de infra-estrutura". (BONDUKI, 1992:24)
- (7) TAESCHNER, 1978, citada em BONDUKI, 1992.
- (8) BONDUKI, 1992:26
- (9) Idem, ibidem, p. 26.
- (10) VÉRAS & TAESCHNER, 1990:53). Nosso estudo (vide cap. 2) mostra como são múltiplas as trajetórias dentro da cidade antes de se adotar a favela como alternativa habitacional.
- (11) Dados sob a responsabilidade do Grupo GEU/FAVELAS, 1992.
- (12) Somente na região da Vila Mariana, foram removidos mais de mil barracos, em um ano, em função da construção do Metrô. BUENO, Laura M.M., 1992, citado..
- (13) TAESCHNER, 1986, citado, p. 88
- (14) BUENO, citado.
- (15) Paralelamente, o governo federal, através do BNH - Banco Nacional de Habitação, cria o PRÓ-MORAR - Programa de Erradicação da Sub-Habitação, na região de São Paulo. Esse programa previa a melhoria do padrão habitacional nas favelas. Mas, na prática atuou mais no sentido da remoção para a construção de grande obras públicas.
- (16) Ver GOHN, M.G., 1991.
- (17) RESCHKE & BOLL, 1992:4.
- (18) Vários Autores: Direito à Moradia - uma contribuição para o debate. São Paulo: Loyola, FASE/ UMM, 1992.
- (19) Ver GOHN, op. cit., p. 59.
- (20) Citado na nota 8.
- (21) Algumas destas federações já existiam no início dos anos 80 como a FAMERJ - Federação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1978, para articular associações de bairro e unificar as lutas não apenas pela habitação e pelo direito à terra mas também articulando lutas por transportes, saúde, etc.; e, a FRACAB - Federação Rio Grandense de Associações Comunitárias de Moradores do Rio Grande do Sul que embora já existisse desde os anos 60 passa, a partir dos anos 80, a articular associações de moradores e movimentos comunitários articulando lutas por transportes, saúde, moradia, etc. Para um estudo dos movimentos de moradia, ver GOHN, 1991.
- (22) SILVA, A. A., 1993; VÁRIOS AUTORES, 1993, FASE.
- (23) Ver BOCCHI & CAMARGO, 1990. Hoje, a UMM engloba movimentos e federações não apenas na Grande São Paulo, mas se espalhou por cidades do interior do Estado, tendo já criado (em fase de consolidação) a União Nacional por Moradia.
- (24) "Nos dois primeiros meses de sua administração, houve 12 invasões de terrenos ou prédios da COHAB em construção na cidade e 23 tentativas". (Folha de São Paulo, 16/12/92)

(25) Este estudo, em uma fase posterior estará concentrado na experiência de autogestão aqui descrita. Encontram-se maiores referências quanto a esta experiência em duas publicações: MUÇOUÇAH & ALMEIDA, 1991; PALUMBO, PEREIRA & BALTRUSIUS, 1992, já citado e BONDUKI, ANDRADE & ROSSETO, 1993, também já citado.

(26) Em São Paulo, "65% se encontram em terras públicas, 18% em propriedades particulares e 9% das favelas estão em terrenos mistos". Esses terrenos, geralmente são vedados à construção pelos códigos legais - beira de córrego, alta declividade, ou doados pelos loteadores para compor as áreas verdes do loteamento, que quase sempre correspondem às partes da gleba menos propícias à edificação. Os rios e córregos transformaram-se em canais de esgoto e de lixo. A área impermeabilizada de São Paulo é tão grande que as enchentes se repetem a cada chuva, sendo as favelas as primeiras vítimas". GEU/FAVELAS, 1992:8.

(27) LIMA, 1992 em Revista CONSTRUÇÃO, p. 12.

(28) GEU/FAVELAS, citado p. 16.

(29) O artigo ainda acrescenta que "em outras capitais do país, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, programas de urbanização de favelas são articulados. No contexto sócio-econômico brasileiro, essa parece ser uma solução que alcança mais resultados em prazo menor. A Prefeitura de São Paulo suspeita que suas obras já têm efeito na saúde da população e por isso começa a pesquisar uma possível queda nos índices de mortalidade infantil dos núcleos atendidos". LIMA, 1992:11, citado.

(30) Entrevista realizada em 1992, com Paulo Conforto, Coordenador da UMM - União dos Movimentos de Moradia de São Paulo

(31) Esta parte do texto foi escrita com base em dados de uma entrevista realizada em julho de 1993, com o advogado Nelson Saule Jr. Chefe de Gabinete de HABI durante a gestão Luiza Erundina, Nelson Saule Jr. é, também, assessor jurídico de vários movimentos de moradia. Atualmente, é coordenador de estudos no PÓLIS e atua junto à Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Reforma Urbana que articula movimentos sociais, ONGs e entidades diversas. Agradecemos a entrevista que nos foi concedida.

(32) Não cabe no escopo deste trabalho uma análise mais detalhada de todos os matizes e tendências envolvidas no debate do projeto de lei. Apenas registrar que, durante o processo de encaminhamento e acompanhamento do projeto, permaneceram as divergências entre concessão do direito real de uso e concessão onerosa. Entre os movimentos de favelados e lideranças mas, também, entre os técnicos da SEHAB e HABI, podendo-se citar que estavam divididos "meio a meio" entre as duas propostas (conforme entrevista citada).

(33) Para se transformarem em bens dominiais - aqueles que o Poder Público pode utilizar para fins privados, isto é, vender, alugar ou conceder -, essas áreas precisavam ser desafetadas para depois se dispor delas.

(34) Shopping News - City News - Jornal da Semana, 8/09/91.

(35) Proposta inserida na questão do uso e ocupação do solo urbano ao nível dos Planos Diretores, propõe o zoneamento de áreas da cidade de acordo com o assim chamado interesse social. Por exemplo, podem ser delimitadas áreas ou zonas de interesse ambiental, áreas de preservação histórica e cultural, áreas preferenciais de urbanização para populações de baixa renda, áreas de empreendimentos de impacto, etc. Ver SILVA, A.A. & SAULE Jr, 1993.

(36) Segundo a entrevista citada, "isso não deveria mais ser chamado de concessão de direito real de uso, embora os movimentos assim continuassem chamando".

(37) O projeto encaminhado para a segunda votação em 1992, visava beneficiar 1.200 favelas situadas em áreas municipais (excetuando-se as localizadas em áreas de risco ou sob pontes e viadutos). Pelo projeto, os favelados tinham o prazo de 10 anos para pagar e as prestações não deveriam ser superiores a 10% da renda familiar. O dinheiro da venda dos terrenos seria depositado em um fundo municipal destinado à urbanização das favelas.

(38) Depoimentos dos vereadores Bruno Feder (PDS); Arnaldo Madeira (PSDB); Jamil Achoa, Andrade Figueira, etc. In: jornais Folha de São Paulo e Shopping News, com datas de setembro de 1991; abril e maio de 1992.

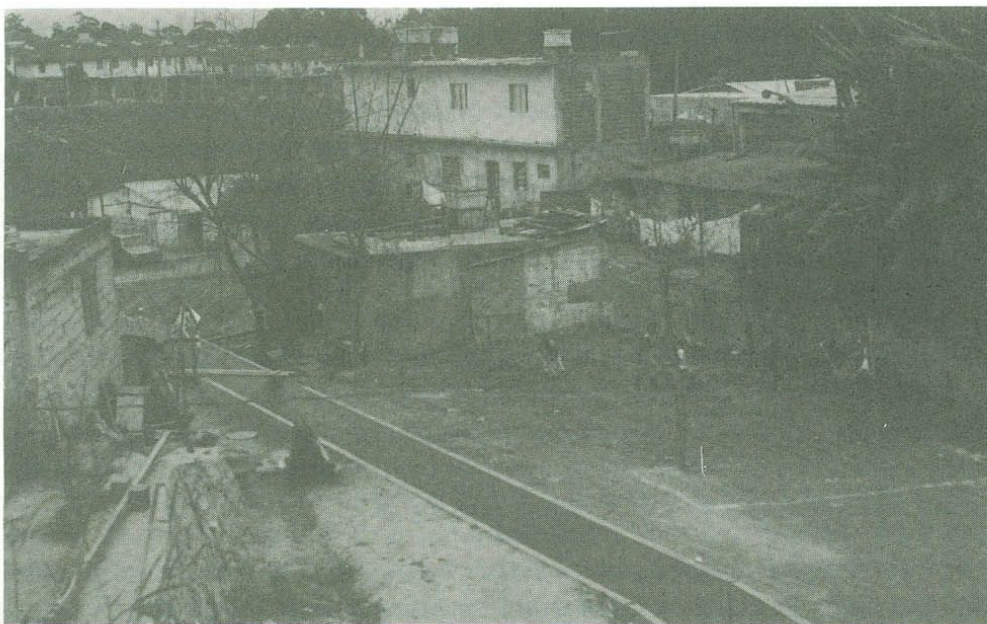
II. Cenário e Pesquisa de Campo

Traçar minimamente o cenário das duas favelas analisadas é importante para entender o significado das trajetórias de seus moradores, a ocupação das áreas e as lutas e representações sobre o significado das suas condições de vida.

FAVELA JARDIM ICARAÍ

Situada no distrito de Capela do Socorro - área de proteção de mananciais da região de Parelheiros -, zona sul da cidade, a favela Jardim Icarai compõe-se de 228 famílias. Caracteriza-se, assim, como uma das menores favelas da cidade localizada em área municipal. Seus principais pontos de referência são a Av. Senador Teotônio Vilella (antiga estrada de Parelheiros), uma estrada de ferro e o conjunto habitacional Palmares.

Hoje, a favela Icarai apresenta 80% de suas casas construídas em alvenaria, apesar das condições de insalubridade da área. Apenas 20% são de madeira e precárias, localizadas junto ao campo de futebol e nas áreas de risco, às margens de um córrego.



Favela Icarai

A sua consolidação enquanto favela se dá no início dos anos 80, em um contexto de progressivas invasões e ocupações coletivas de terra na periferia de São Paulo. Como recorda uma das lideranças do Jardim Icarai, que participou ativamente do processo de ocupação, naquela época houve uma "epidemia" de invasões de terras públicas. Entre elas, se destaca a do terreno do IAPAS, junto à torre da TV Record, na região da represa de Guarapiranga. Ocupada por aproximadamente 400 famílias, sofreu medidas de grande repressão por parte do governo da época. Segundo esta liderança, outros terrenos menores da Prefeitura foram invadidos na mesma ocasião, porque "*todas as atenções estavam dirigidas em desocupar o terreno do IAPAS na Record*". Enquanto isto, os moradores construíram rapidamente suas casas "*sem se preocuparem com a estética das casas (...). Era preciso ganhar tempo para não perder a área*", enfatiza a liderança.

Todavia, o grande traço que particulariza a ocupação da favela provém da base social de seus moradores. Metalúrgicos, em sua maioria, foi a partir da sua organização nas fábricas da região sul de São Paulo e da experiência no trabalho sindical que planejaram a invasão do Icarai, como aparece no relato de uma liderança da favela:

"Então o pessoal dessa região que trabalhava na minha firma se organizou e viemos para cá, onde cada um pegou um pedacinho (...). Se não fosse o trabalho da fábrica não daria para ter conseguido o contato. O pessoal estava organizado. Todos estavam atuando em movimentos. Apesar de tudo parecer espontâneo, a invasão destas terras foi muito bem organizada. Os que dirigiam davam toda a orientação necessária. Estavam juntos, resistindo (...)".

Estes metalúrgicos não apenas ocuparam e consolidaram a favela do Jardim Icarai como ajudaram a estruturar a organização dos outros moradores no sentido de reivindicarem melhorias para o local. Estas atividades culminaram, em 1984, com a fundação de uma associação de moradores envolvendo, também, outras favelas próximas. Pouco depois, enfrentando problemas com a direção desta associação, os moradores decidiram-se por uma organização própria - o Núcleo de Moradores da Favela Jardim Icarai. Através dela, várias ações visando melhorar as condições do local foram realizadas a partir do trabalho em mutirão.

Através de insistentes mobilizações e reivindicações os moradores conseguiram viabilizar algumas obras com recursos públicos e, quando não, com seus próprios recursos, como o recapeamento de vielas e escadarias. Além disso, prepararam o terreno para a implantação de alguns serviços como a rede de água.

"De lá para cá começou a luta pela água (...). A SABESP informava que não possuía pessoal para instalar a rede de água. Fizemos, então, mutirões e todo mundo se comprometeu a fazer a escavação.

A SABESP instalou a água e cada barraco, aqui, ficou com seu cavalete individual (...)" (Morador)

A Associação de Moradores, vinculada à CONAM possibilitou, ainda, a instalação de uma série de melhorias e continua a reivindicar diversos serviços no local, ainda muito carente de recursos de utilidade pública, à exceção de um telefone comunitário e o comércio de bares. Neste sentido, os moradores terminam por recorrer a locais vizinhos, como a vila São José para acesso a um posto de saúde ou fazer suas compras em um supermercado, farmácia e padaria. Próximo à favela existe uma escola de primeiro grau que atende as crianças da região. As linhas de ônibus passam na av. Teotônio Vilella, dificultando o acesso dos moradores aos meios de transporte. Para este acesso, os moradores do Icarai têm que percorrer longos trechos cortados por um matagal e o vale da linha do trem, área sem pavimentação e iluminação.

Atualmente, a favela Icarai tem grande parte de seus metalúrgicos fora do mercado formal de trabalho, apresentando um grande contingente de desempregados que trabalham de forma precária e instável em serviços e atividades de "bico" do chamado mercado "informal".

FAVELA NOSSA SENHORA DA APARECIDA.

A favela Nossa Senhora Aparecida, considerada a segunda maior favela incluída no projeto de urbanização de HABI, é constituída de 3.000 famílias, mais ou menos 15 mil pessoas. A composição social dos moradores é formada, basicamente, por trabalhadores do setor da construção civil e trabalhadores nas indústrias do município de Guarulhos - que compõe a área metropolitana da Grande São Paulo.

Localizando-se na região de Ermelino Mattarazzo, zona leste de São Paulo, existe há mais de vinte anos. Abrangia, inicialmente, um núcleo situado em área municipal chamado Nossa Senhora Aparecida e outro em área particular denominado Santa Inês. Posteriormente, a área particular foi comprada pela EMURB, passando toda a área a ser conhecida como favela Nossa Senhora Aparecida.

Há muito tempo a favela tem sido objeto de ações paliativas do poder público, tais como atendimento à áreas de risco, passagem de máquinas em áreas críticas para garantir o trânsito ou pequenas obras de infra-estrutura. Essas ações ocorreram sobretudo em resposta a longos anos de reivindicações dos moradores.

Contrastando com a insuficiência de infra-estrutura em boa parte da favela, existe uma grande quantidade de recursos sociais e equipamentos comunitários, graças ao trabalho realizado pela Igreja Católica e pelo conjunto de seus moradores: marcenaria e padaria comunitárias, quadra de esportes pública, em precárias condições, casa de formação

do menor (fábrica de vassouras), Rádio do Povo (rádio comunitária), mercearia, clube de mães. Além disso, através de muita pressão, alguns setores da favela conseguiram água, luz, etc. Embora a presença da Igreja Católica junto a comunidade seja marcante, os moradores dividem-se quanto à sua formação religiosa, freqüentando as Igrejas presbiteriana, evangélica, Assembléia de Deus e Igreja pentecostal, todas situadas na região da favela.

Parte significativa das construções da favela são de alvenaria (70%), enquanto que o restante se divide em madeira (20%) e outros materiais (10%). A área da favela é bastante heterogênea, dividindo-se, basicamente em três setores: o setor 1, onde residem os moradores mais antigos. É a melhor área da favela, dotada de infra-estrutura como água, luz, esgoto e pavimentação e as construções das casas apresentam condições razoáveis pois são quase todas de alvenaria. O setor 2 também possui as mesmas características do setor 1, excetuando-se a falta de pavimentação. Finalmente, o setor 3, localiza-se numa área onde as casas são bastante precárias com ausência de infra-estrutura, inclusive abrangendo uma área de risco onde existem vários barracos espremidos entre a avenida e o córrego, causando muitos transtornos a seus moradores devido às constantes enchentes. A sua ocupação é recente.

No entorno da Nossa Senhora Aparecida, existe uma creche, centros de juventude, duas escolas de primeiro grau, centro de saúde e o centro social São Francisco. O transporte coletivo localiza-se à av. Abel Tavares, de acesso complicado aos moradores, pois dependendo da área onde moram, precisam atravessar quase toda a favela para tomar um ônibus.

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa nas favelas selecionadas envolveu, inicialmente, uma série de atividades necessárias para se compor um quadro de compreensão das experiências a serem aprofundadas através dos estudos de caso. Tais atividades abrangeram: 1) levantamento de dados secundários e de documentos referentes às favelas selecionadas e a seu processo de urbanização, junto à Superintendência de Habitação, da Prefeitura de São Paulo; 2) entrevistas com técnicos vinculados ao programa habitacional e de urbanização de favelas; 3) participação em fóruns, seminários e reuniões entre HABI, assessorias técnicas e lideranças dos movimentos de moradia, onde se debatia a questão da autogestão; e, 4) visitas prévias e pesquisa de campo exploratória nas duas favelas selecionadas visando adequar o roteiro de entrevistas. Nestas ocasiões, a equipe do projeto teve a oportunidade de participar de diversas reuniões importantes da Associação de Moradores na favela Icarai.

O roteiro de entrevistas foi elaborado pela equipe do projeto visando apreender os múltiplos significados, as imagens e as diversas representações de cidade e cidadania que compõem o imaginário de moradores nas duas favelas. A hipótese inicial era de que a vivência da experiência de urbanização com autogestão estaria abrindo um caminho para a conquista do direito à moradia e, desta forma, para a ampliação dos direitos de cidadania. Neste sentido, a reflexão principal se centrou em um universo de representações que pudessem estar atribuindo ao espaço cotidiano da cidade, uma "cartografia simbólica dos direitos".¹ O pressuposto é que através dessas representações poderiam ser mapeadas as lutas e as iniciativas de construção de novos direitos, sobretudo, o direito à moradia e à participação na gestão da cidade. Para a equipe, a compreensão da cultura política da população envolvida, construída a partir da experiência vivida, forneceria elementos para informar a luta por novos direitos.

O roteiro de entrevistas em profundidade procurou abordar vários elementos agrupados por temas, como: 1) trajetórias migratórias; trajetórias de vida na cidade; mobilidade espacial; experiência ou não de remoção de favelas, etc. 2) temas relativos à leitura da cidade, do bairro e da casa; 3) temas relativos à situação de emprego e trabalho; 4) idéias sobre poder e mudança social, especialmente relativas às condições do bairro e da moradia; 5) representações sobre pobreza, leis, direitos e justiça social incluindo a participação nas lutas e mobilizações em torno do projeto de Lei da Concessão do Direito Real de Uso; 6) temas sobre a política; e, 7) avaliação da experiência de trabalho nos mutirões e a questão do meio ambiente.

Dada a multiplicidade de temáticas nem todos os relatos puderam ser trabalhados em toda a sua amplitude, como já assinalado anteriormente. Todavia, fornecem insumos para temas instigantes de futuras reflexões.

NOTAS:

(1) Conforme termo utilizado por Boaventura de Souza Santos.

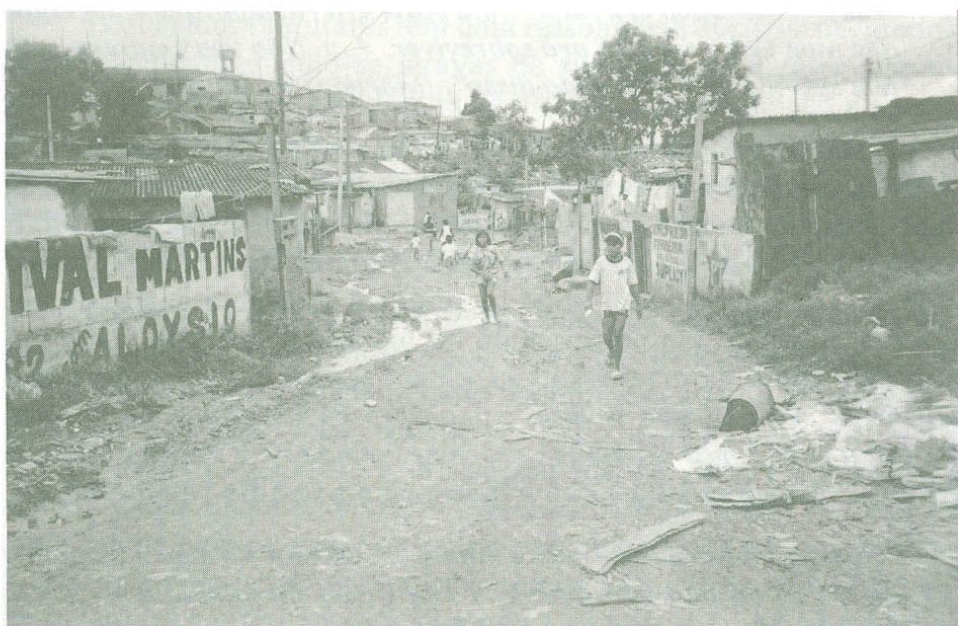
III. Trajetórias, Carências e Estigmas

ORIGEM E DESTINO DE MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS

"Eu vou contar minha história que é quase como cigana. Não sou bem cigana, não tenho família cigana, mas meu pai era como cigano. (...) Então a minha vida praticamente foi assim (...): um ano em um canto, dois, três anos em outro canto, dois três anos em outro lugar. Então me criei assim (...) em Alagoas e aqui em São Paulo. Quer dizer que nem sou alagoana, nem sou paulistana (...)"
(Moradora do Icarai)

As trajetórias dos moradores da N. Sra. Aparecida e do Icarai são muito diversas, mas entre elas há um traço comum: a intensa mobilidade espacial. Esse nomadismo não se refere apenas às migrações de outros estados do país com destino à São Paulo. Também aparece nos caminhos desses moradores no interior da cidade através das constantes mudanças de bairro.

Várias são as razões e motivações que levam à esta intensa mobilidade. Um universo multifacetado de necessidades, carências e aspirações, de sonhos e projetos define estratégias de vida que deságuam na experiência de viver em São Paulo e em um imaginário sobre a cidade.



Favela Nossa Senhora Aparecida

Nordestinos em sua maioria, logo seguidos por mineiros, são quase todos migrantes - com exceção dos poucos jovens entrevistados que aqui nasceram. No entanto, o fato fundamental a ser assinalado refere-se à trajetória que percorreram entre os anos 60 e 80. Com efeito, a maioria dos entrevistados concentra sua vinda para São Paulo na década de 70. Residindo na cidade, portanto, há mais de uma década, e se movimentando pelos vários bairros antes de chegarem à favela, possuem uma experiência urbana bastante consolidada. Perdem a condição de migrantes recentes para se tornarem moradores típicos da cidade de São Paulo. Ou melhor, moradores que têm nas suas histórias, direta ou indiretamente, múltiplas trajetórias de migração ao longo do tempo. São assim, "nem" nordestinos ou mineiros, "nem" paulistanos, talvez definindo um dos traços marcantes de São Paulo - isto é, uma cidade de intensa mobilidade espacial.

Seus relatos retratam histórias de um passado recortado por dramas familiares, por limites impostos pelo trabalho e pelas dificuldades referidas às suas condições de vida no lugar de origem.

A escassez de oportunidades de emprego e a falta de condições de vida e de um mínimo de bem-estar são aspectos que se colocam na intenção de migrar.

"Tudo era difícil por lá. Então alguns conhecidos que vinham e voltavam para lá falaram que aqui o campo de trabalho era melhor. Naquele tempo eu estava com 18 anos. Tanto para estudar, quanto para trabalhar (...) porque é pobre o lugar que a gente vivia. Viemos pela influência de outros que vieram na frente, escreveram e insistiram. Veio eu e minha mãe. (...) A gente morava, também, numa favela. (Moradora da N. Sra. Aparecida).

"Em Pernambuco era ruim. Uma parte era ruim porque é um lugar que num tinha recurso prá sobreviver. (...). Não tem emprego, não tem serviço, não tem nada disso". (Morador do Icarai)

Todavia, tomada isoladamente, a necessidade de trabalho ou a precariedade das condições de vida não circunscreve de forma acabada a motivação de migrar. A intenção de sair da cidade natal pode surgir após o processo de separação do marido, como relata uma moradora do Icarai. Em outro caso, pode se referir à violência cometida por parentes. Segundo um entrevistado no Icarai seu padraço "judiava" tanto dele como da mãe; resolveu, então, sair de casa e migrar para "não fazer 'sujeira', que às vezes a gente cresce fica com a 'cuca' meio revoltada com a mãe da gente". Às vezes o medo e a impossibilidade de defesa tomam qualquer convivência com a família insustentável:

"Nós morávamos lá na roça e minha mãe deixou do meu pai quando eu tinha um ano de idade. (...) Um irmão da minha mãe, já era casado, começou a abusar de mim. Então, eu fui criada debaixo de

medo, ameaça, porque ele me usava e dizia assim: 'Se falar para sua mãe você vai apanhar, e eu também vou te bater'. Então, para não apanhar eu não falava nada (...). Quando eu estava com 12 anos ele disse para minha mãe que me tirasse de lá, porque eu não podia ficar junto com as filhas dele; porque eu não era mais nada e que eu era uma mulher à toa; que ela me pegasse e me levasse para a 'zona'. (...) Aí eu fugi para Belo Horizonte". (Moradora de N. Sra. . Aparecida)

Iniciativa freqüente perante os conflitos de natureza familiar, a migração ganha um sentido que ultrapassa as necessidades estritamente econômicas. Aparece como resposta a um casamento acabado, situação vivida sobretudo pelas mulheres entrevistadas. Mas, também, como única maneira de estancar o processo de violência desencadeado por parentes próximos. A migração, neste caso, torna-se uma alternativa para não irromper uma seqüência de possíveis vinganças pessoais contribuindo, assim, para a manutenção do núcleo familiar.

As migrações se dão não apenas marcadas pelos conflitos familiares mas, também, pela tentativa de reatar laços familiares com os que já migraram, como ocorreu com uma moradora do Icarai que veio para São Paulo para enviar notícias sobre o irmão mais novo, a pedido de sua mãe: *"como de fato eu escrevi uma carta para minha mãe de 12 folhas de bloco para contar a vida dele"*.

Quando a notícia da morte de algum parente que já partiu elimina qualquer possibilidade de contato, resta encontrar na cidade uma forma de recuperar alguma imagem como lembrança. Como recorda um morador da Icarai, após a morte de seu pai em São Paulo, seguiu-se a solidão e a desorientação, levando-o a migrar: *"não sei se era curiosidade, chegar aqui e conhecer. Ver onde meu pai tinha falecido e vir para cá também"*.

As questões familiares têm uma ressonância decisiva na intenção de migrar manifestando-se através de situações de caráter distinto: problemas conjugais, a violência doméstica, a preocupação e a busca de notícias que tentam a retomada de contato com aqueles que já partiram, a morte de seus membros, entre outras circunstâncias. A trajetória migratória significa, neste sentido preciso, a experiência da fragmentação e a tentativa de restauração dos vínculos familiares.

Assim, o rompimento e a tentativa de recuperar, ainda que parcialmente, os laços familiares; a insatisfação advinda pelas limitações impostas pelo trabalho - tanto econômicas quanto simbólicas; o desejo de "aprender" outro tipo de profissão, quando *"puxar a enxada não faz mais o gênero"*; e, a necessidade de alargar o círculo de sociabilidade, quando ocorre a *"necessidade de viver no meio de gente"*; delineiam os contornos dessa experiência migratória, ampliando o sentido do que comumente chamamos de "melhorar de vida". Mas em todas elas a referência são parentes e amigos que aqui já vivem ou

relatos de pessoas que já conhecem São Paulo. Desta forma, a cidade não é totalmente desconhecida pois aqueles que aqui vivem fornecem um esboço do que vão encontrar.

O IMAGINÁRIO SOBRE SÃO PAULO

"Eu vim porque (...) tudo aqui é novidade. A 'turma' vem de lá e quando volta para lá faz toda 'fuliência', que é para o outro que vem (...) 'tirar' as dúvidas. Então é isso que é o pensamento do outro que nunca veio - quer 'tirar' a experiência". (Morador do Icarai)

Não possuindo um significado unívoco, o imaginário, ou os imaginários sobre São Paulo, são tecidos a partir de uma série de elementos que articulam o que é vivido, o que é narrado e o que se espera da cidade. Essas percepções são elaboradas de tal forma que se torna difícil precisar seus limites. São imagens construídas a partir dos meios de comunicação de massa, dos relatos orais e escritos por parentes, amigos e conhecidos que já migraram, dos sonhos e aspirações que se formam a partir da confrontação de juízos sobre a vida no lugar de origem e as possibilidades colocadas pela cidade de destino e pela própria vida na cidade.

A "novidade" de São Paulo deve ser posta em um horizonte social e histórico. Por um lado, se existe um imaginário consagrado, recorrente, que nomeia São Paulo como a cidade do "movimento", do "progresso", do "dinheiro" e que abre perspectivas de ascensão social, há também uma elaboração deste imaginário em função do surgimento de novos elementos referidos à história individual e social.

Como narram dois moradores do Icarai, que chegaram em São Paulo, um nos anos 50 e o outro nos anos 70.

"Ah!, na época que chegamos não tinha nem um 'convívio'. (...) Só havia vantagem de bastante trabalho que abrigava todo mundo. Mesmo que a pessoa chegasse só com uma mala na mão, já com dois, três dias, encontrava serviço. Então não ficava ninguém parado naquela época. (...) Quer dizer ninguém tinha medo de vir para São Paulo, não".

"Foi na época que houve a primeira greve do ABC e os operários aqui 'pegaram' 63% de reajuste. E eu lá na Bahia passei 1 ano e 6 meses trabalhando nessa firma sem um tostão de reajuste. (...) Então me entusiasmei aquela conquista dos operários daqui. Lá na Bahia, jamais a gente ia conseguir aquilo (...). No meu entender porque não tinha organização para isso, nem sindicato. Peguei uma parte do dinheiro que eu tinha dessa firma e vim embora (...). Só que meu objetivo, era vir para a área do ABC, que é aonde tinha acontecido tudo aquilo. Mas eu não distinguia ABC de São Paulo.

Porque para mim tudo era São Paulo. Apesar de já ter estado aqui há 3 anos atrás (...)".

Nos dois relatos acima, as imagens sobre São Paulo estão relacionadas ao trabalho. Todavia, circunscrevem-se a contextos históricos distintos. O primeiro expressa um período de intensa industrialização no qual as oportunidades de trabalho eram abundantes, criando-se assim a imagem de São Paulo como um lugar repleto de possibilidades de ascensão social. O segundo relato remete a um contexto diverso, que aponta São Paulo como a cidade em que os trabalhadores começam a se mobilizar pela conquista de direitos através da luta sindical, alargando os espaços de participação política.

As imagens elaboradas por estes migrantes não estão vinculadas exclusivamente às experiências vividas pelo trabalho. Também têm como referência uma história pessoal, pelo sentimento de ter conquistado uma vida mais tranqüila, como aponta uma moradora do Icarai, com 70 anos: *"aqui eu sosseguei meu espírito porque quando eu morava na minha terra a gente sofria muito"*. Ou então, são imagens construídas por narrativas transmitidas por parentes próximos a respeito do que a cidade tinha a oferecer.

"O marido de minha avó sempre teve o sonho de vir para São Paulo e contava coisas da cidade. Ele, quando jovem, já tinha vindo para cá. Então, ele passava uma imagem de São Paulo como terra boa. 'Se Deus quiser um dia eu volto a São Paulo, porque lá a gente ganha dinheiro. São Paulo tem cinema, São Paulo tem ponte' O que ele falava parecia um sonho. E nós, menores de idade, ficávamos ouvindo aquilo. E quando ele foi despedido 'catou' a 'bolada' dele e viemos embora para São Paulo. Foi aí que começou mesmo (...)". (Moradora do N. Sra. . Aparecida).

VIVER EM SÃO PAULO

O percurso do migrante na cidade inicia-se através do contato com familiares e amigos, que além de abrigá-lo temporariamente em sua casa também encaminham-no para o primeiro emprego. Assim, nesse contato inicial com a cidade, conseguir trabalho e um lugar para morar permitindo quebrar a dependência que a ajuda familiar ou de amigos propicia, torna-se um dos objetivos primordiais do migrante recém chegado a São Paulo.

A primeira opção que se abre então reside na moradia de aluguel próxima ao local de trabalho. Pela dificuldade de conciliar o valor do aluguel da moradia e a proximidade do local de trabalho, geralmente situado nas regiões centrais da cidade, as constantes mudanças de bairro a caminho da periferia também aparecem associadas às mudan-

ças de emprego e à procura de aluguel mais barato. Este processo torna-se uma constante na vida desses moradores.

A insegurança derivada dos constantes aumentos de aluguéis e dos baixos salários fazem do anseio à casa própria não apenas um sonho, mas uma necessidade primordial. O acesso à casa própria significa a busca de um enraizamento frente à instabilidade vivida pelos diversos deslocamentos na cidade. É também uma das únicas formas de canalizar os recursos do pagamento do aluguel, por exemplo, para a alimentação.

Diante da impossibilidade de realizar o sonho da casa própria a moradia na favela aparece como alternativa para afastar o pesadelo do aluguel, apesar da instabilidade e insegurança que isso também representa. Morar em favela significa viver sob o fantasma da remoção, na precariedade implícita à falta da posse da terra ou, então, na insegurança de viver em áreas de risco. Esta experiência de instabilidade e insegurança é retratada na trajetória de uma moradora de Icarai. Após morar de aluguel com a família durante 10 anos em São Miguel Paulista, casou e foi morar na Vila Joaniza, durante 2 anos, também de aluguel. Premida pelo aumento do aluguel, muda-se para o Icarai e compra uma casa perto do córrego, numa área de risco, com a intenção de reformá-la posteriormente: "*nós só ganhávamos para pagar o aluguel e comer. Não sei se foi tanta a vontade de sair do aluguel, que para mim aquela casa era maravilhosa. Por maior perigo que tivesse para mim aquilo era bom (...) sabia que aquilo lá ia ser meu*". Após 1 ano é obrigada a sair e se abrigar na casa de amigos pois a enchente invadira a sua casa, deixando-a bastante traumatizada. Posteriormente, conseguem comprar outra casa no Icarai, onde moram atualmente.

Na maior parte das vezes, a auto-construção da casa no terreno da prefeitura é um projeto que envolve estratégias familiares, experiências de sacrifícios e investimentos materiais e afetivos: a articulação do trabalho dos membros da família, o dinheiro poupado e revertido quase todo na compra de materiais, a construção da casa nos finais de semana. Tudo isso representa a concretização de aspirações e necessidades carregadas por toda uma vida, revestindo a moradia de um valor simbólico que se refere à própria identidade de seus donos.

"Bom, eu pensava construir a minha casa. (...) Porque naquele tempo que eu cheguei aqui em São Paulo eu morava em casa de família, trabalhando como empregada doméstica. Então, lá comia e dormia. (...) Então eu pensava que um dia eu ia possuir a minha casa, certo? (...) Porque eu achava muito bonito a pessoa ter a sua casa e poder mandar dentro de uma casa. Porque eu queria ter o meu canto para (...) mandar. Queria sair para trabalhar e chegar dentro da minha casa, fazer a comida e dormir. O meu desejo era ter a minha casa". (Moradora do Icarai).

Muitas vezes a precariedade das construções, mais do que revelar uma imperícia ou precariedade das técnicas utilizadas por seus moradores, demonstra a falta de recursos para a compra de uma parte do material ou para a aquisição de material de boa qualidade, deixando as casas com um aspecto sempre inacabado, frágil, e expondo seus moradores a uma insegurança crescente sobretudo frente às intempéries. Para enfrentar estes riscos, a casa de familiares torna-se um dos únicos abrigos, ainda que temporários. Como ocorreu com uma moradora do Icarai que reside na casa emprestada por parentes enquanto tenta reformar a sua casa, com grandes dificuldades financeiras. Numa noite muito chuvosa as telhas do sobrado do vizinho foram arrancadas e caíram sobre as telhas de sua casa, *"foi o maior sufoco que eu passei na minha vida (...), esse dia eu dei o maior escândalo na minha casa, a água invadiu a casa e ave Maria! No outro dia os vizinhos vieram ajudar meu marido a arrumar a telha"*. Alguns meses depois, ao chegar do serviço depara-se com problema semelhante. O muro do mesmo vizinho não aguentou o peso das garotas que brincavam em cima caindo sobre a sua cozinha: *"não fazia nem 5 minutos meu filho estava na mesa; quase que aquele destroço cai em cima do meu filho e acaba com ele. Mas não sei se porque eu sou religiosa, eu tenho muita fé em Deus, sabe, então acho que foi isso"*. Com a ajuda do vizinho consertaram parcialmente os estragos.

A insegurança portanto vai ganhando outras conotações para a vida destas pessoas, como bem expressa uma moradora da N. Sra. Aparecida quando define, a partir da própria experiência, o que seria viver numa casa decente :

"Uma casa decente. Uma casa que eu me sinta bem dentro dela, que eu tenha segurança. Não segurança por motivo de violência. Mas que eu deite na cama e a parede não caia em cima de mim. A gente vive nesse risco hoje em dia, sabe? A minha cozinha está toda (...) está tudo caindo. O meu banheiro está podre. Porque é de madeira. Então, vai batendo água. Tem dia que a gente fica assim, quando está chovendo, olhando para um lado e para o outro, vendo como é que está, se vai cair ou não para poder correr. Porque senão (...)".

A insegurança e a precariedade das casas revelam uma imagem que expressa os sonhos truncados e incompletos desses moradores. Sonhos que nunca ganham forma pela instabilidade e ausência de garantias que permitam concluir os seus projetos. Essa falta de garantias reforça-se no mundo do trabalho, onde os baixos salários e o desemprego impedem a concretização desses sonhos que impulsionam os projetos desses moradores, entre eles o mais importante: morar dignamente em sua própria casa. Ter o seu lugar no mundo.

A aspiração de ter uma casa própria confronta-se cotidianamente com os altos preços do aluguel, levando às várias mudanças de casa pelo temor da remoção e de morar em áreas de risco nos terrenos

públicos, ou pela falta de recursos para terminar a construção ou reformar casas bastante precárias.

A insegurança e a instabilidade no mundo da moradia também se somam à insegurança vivida no mundo do trabalho, impossibilitando qualquer planejamento e realização de projetos gestados há muito tempo, quase sempre por toda uma vida. Apesar de muito diversas, as trajetórias profissionais convergem para a seguinte realidade: dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ausência de garantias de emprego, insegurança no trabalho. Configura-se, aqui, também, um outro processo de nomadismo - o nomadismo ocupacional.

Estes problemas aparecem de várias formas: conflitos com as chefias, geralmente causados por arbitrariedades. Como ocorreu com uma liderança de Icarai. Começou sua profissão como metalúrgico no início de 1972, passando por diversas seções dentro de várias empresas metalúrgicas. Na penúltima firma onde trabalhou, já no início dos anos 80, foi despedido em razão de um conflito com o chefe de seção:

"Ele falou alguma coisa, no meio das pessoas, que eu não gostei e eu também falei para ele algo de que ele não gostou. Aí ele falou um palavrão que não vou repetir aqui. (...) Falei para ele: 'eu nunca aceitei um homem gritar comigo. E nem aceito'. Eu sempre respeito os meus superiores. Se ele é o chefe, respeito ele no cargo que ele é. Mas como cidadão, a primeira coisa que eu exijo das pessoas é a de me respeitarem. Mas, acabei saindo de lá numa boa, tranqüilo".

Na última firma em que trabalhou a arbitrariedade no cotidiano de trabalho ganha um conteúdo político por ser sindicalista e uma das lideranças na organização das greves. Após a deflagração de uma destas greves, acabou sendo o "cipeiro" mais votado durante 2 anos, pois já tinha conseguido sindicalizar as pessoas. Noventa por cento já era sindicalizado". Depois de uma greve a empresa em combinação com a ala oposicionista do sindicato, o demitiu:

"Eles perceberam que eu trabalhava com o sindicato, dentro do sindicato. Conhecia muito bem a estratégia do sindicato. E não fazia aquele papel que muitos operários ainda fazem até hoje. Ficar batendo palmas para o Luiz Antonio Medeiros. Eu estava no sindicato todo dia, eu tinha um bom relacionamento, mas eles não conseguiam me dominar como queriam (...). Então eu estava percebendo que estava lutando, quando o inimigo maior meu era o sindicato e não a empresa. (...) E dessa época pra cá (...) já é uma época muito difícil de se arrumar emprego. Isto já era em 1989, já tinha começado o Plano Collor".

Com a recessão agravada pelas políticas adotadas pelo governo Collor, aqueles que ainda mantinham-se em seus empregos, a despeito da grave crise econômica que acompanhou toda a década, começam a

viver a realidade do desemprego. Este passa a ser algo quase permanente e não como anteriormente, uma situação freqüentemente temporária. As fileiras daqueles que se engajam no trabalho informal começam a aumentar, tomando a experiência de fazer "bicos" uma solução imediata para garantir a sobrevivência. Foi o que fez um morador de Icarai que trabalhou de metalúrgico durante 4 anos numa indústria. Depois ficou 2 meses em outra metalúrgica. Na terceira empresa que trabalhou foi demitido após 4 meses de serviço. Finalmente, trabalhou numa pequena firma *"logo que entrou o presidente - esse que saiu agora-, o Collor de Mello. Aí a coisa apertou lá e eles alegaram que a situação estava ruim. Me mandaram embora. Daí para cá não consegui mais emprego de metalúrgico.(...) Depois comecei a trabalhar como pedreiro, fazendo bico, pintura (...)".*

Todavia, não é suficiente explicar o desemprego unicamente pela recessão ou por determinada política econômica adotada pelo governo. Sem dúvida, não se trata de subestimar esses fatores, mas apontar para uma situação vivida por parcela significativa dos trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho e que é tão grave quanto a ausência de vagas. Refere-se à segurança no local de trabalho, uma garantia quase inexistente que priva muitos trabalhadores de suas capacidades e habilidades para o trabalho.

Revela-se na ausência de condições mínimas de segurança provocando problemas de saúde devido à poluição causada pelas máquinas. Como relata uma moradora do Icarai, que trabalhou como cozinheira e, depois, como faxineira. Como ganhava pouco, decidiu sair e trabalhar numa metalúrgica onde ficou durante 2 anos. Saiu pois ficou doente. Depois chamaram-na de volta e trabalhou mais 2 anos, quando finalmente saiu:

"E foi agora que eu saí. (...) A bronquite me atacou. Era muita poluição lá dentro.(...). Eu estava muito doente, estava cansada e não dava para trabalhar lá. (...) A seção da fábrica era a de embalagem e tinha toda aquela poluição das máquinas. Então, eu não aguentava. E vim embora. Pedi as contas".

A falta de segurança no trabalho vai causando, gradualmente, danos à saúde, freqüentemente irreversíveis. Quando não, ela se manifesta de forma abrupta, violenta, nos acidentes de trabalho, como ocorreu com um morador da N. Sra. Aparecida. Sempre trabalhou de ajudante. Com poucos dias de trabalho num frigorífico, escorregou na câmara e se machucou. Desde então resolveu fazer pães caseiros, *"nunca mais eu entrei em serviço nenhum; do modo como me machuquei nunca mais pude trabalhar de ajudante para ninguém".*

As seqüelas deixadas pelas doenças e acidentes de trabalho não se restringem apenas à saúde dessas pessoas. Permanecem, também, na impossibilidade de conseguir outro emprego agravando, na situação de invalidez, a experiência de insegurança. No seu último emprego na

indústria, após ter trabalhado em duas outras firmas, uma moradora de N. Sra. Aparecida resolveu fazer alguns "bicos" escavando fossas para os moradores na favela afim de complementar o seu parco salário. Teve, então, que se aposentar devido a um grave acidente ao realizar o "bico" - a terra cedeu quebrando as suas duas pernas. O baixo valor da aposentadoria e o obstáculo intransponível colocado pelo mercado de trabalho para quem está na condição de deficiente físico, eliminam as oportunidades para realizar suas outras aptidões, praticamente não deixando alternativas para a sobrevivência, sobretudo quando se é chefe de família, como no seu caso.

"Olha, eu me deparo com muita dificuldade. Dificuldade financeira, falta de alguma coisa prá fazer. Porque se eu arrumasse um trabalho que pudesse fazer sentada eu aguentaria (...) até mesmo dentro de uma fábrica. Só que os empresários não pegam pessoas deficientes. Então eu me deparo com muita dificuldade e muita responsabilidade. Porque eu tenho responsabilidade com a doença, com a roupa, com a comida, com o calçado, com tudo. E deparo com muita dificuldade, sim".

Se o desemprego se deve ao agravamento da crise recessiva e à insegurança interna ao processo de trabalho, a entrada no mercado de trabalho se torna praticamente inacessível para muitos dos novos aspirantes ao trabalho. Aqui, nem o nível de escolaridade consegue sobrepujar uma nova imposição: a "falta de experiência". *"Como a pessoa vai ter experiência na carteira se nunca trabalhou?"* questiona uma moradora de N. Sra. Aparecida, ao comentar o desemprego das 4 filhas. Cita o caso das mais velha, com 19 anos, que possui o segundo grau completo, fez curso de datilografia e computação e, ainda assim, as suas qualificações não são suficientes para conseguir um emprego, pois *"não tem um ano na carteira"*. Nem a preocupação e o investimento na educação dos filhos toma-se garantia de emprego, mesmo quando o objetivo não visa um trabalho qualificado, como o de "balconista", como relata esta moradora. *"Aí fica difícil. Pensava que com todo estudo de minha filha seria fácil arrumar emprego"*. A carteira de trabalho que poderia oferecer uma certa garantia de direitos para o trabalhador, acaba por se tornar um empecilho para se conseguir um emprego ao exibir a falta de experiência para determinada ocupação.

Numa situação semelhante, embora em outro contexto, a ausência da carteira toma-se uma "vantagem", pois frente à falta de experiência o recurso para arrumar um emprego, conquanto precário, pode ser a "mentira". Ao chegar em São Paulo, há muito tempo atrás, uma moradora da N. Sra. Aparecida conta a dificuldade de conseguir um trabalho de empregada doméstica - para alguém que tinha vindo da roça e não tinha experiência, nem o mínimo de intimidade, com o tipo de serviço que iria fazer:

"Olha, você para trabalhar às vezes tem que mentir. Eu tinha que dizer que tinha experiência. Eu não sabia nem pegar numa louça porque lá na roça não existia louça. Era prato esmaltado e panela de ferro. Panela de alumínio eu não conhecia. Fui trabalhar numa casa que eu mais quebrei do que lavei (risos). Então, é horrível, sei lá, dá uma falta de confiança em você próprio. Porque você acha que tudo que você vai fazer na vida vai ter que mentir. Eu custei a cair na real".

A exigência de experiência anterior, a ausência de segurança no local de trabalho levando às doenças crônicas e à invalidez, as arbitrariedades das chefias e os conflitos políticos motivados pela participação no sindicato e nas greves, a recessão agravada por políticas econômicas levando ao desemprego, os baixos salários e o trabalho informal, configuram um nomadismo ocupacional, que "circula entre o trabalho, o desemprego e a inatividade".¹

Este ciclo que não consolida uma profissão determinada e onde nem se completa o assalariamento leva à insegurança e à instabilidade que terminam por afetar a identidade destas pessoas, minando quase sempre a confiança que têm em si mesmas.

ESTIGMAS E EXCLUSÃO.

"Eu estava conversando dentro de um ônibus com uma moça, conversando ali na boa e ela me viu bem vestidinha, bem arrumadinha(...) Ai ela perguntou onde é que eu morava. Eu falei em Icarai, Jardim Icarai. Ai ela disse assim: 'é naquele conjunto do Palmares?' Eu falei: 'não, eu moro mesmo ali no terreno da Prefeitura'. Olha, sinceramente, não é que eu estou mentindo, não; eu notei no mesmo instante que a mulher foi disfarçando, já foi procurando assunto com as outras, eu fiquei tão sem graça. Eu sei que as pessoas são mesmo discriminadas". (Moradora do Icarai).

O universo de carências sociais no qual se insere a maioria dos favelados entrevistados é atravessado pelos estigmas e preconceitos em relação a todos os que "moram em terreno da Prefeitura". E isto está presente até mesmo nas representações que os moradores têm das diferenças e desigualdades que vivenciam em seu cotidiano.

A percepção do quanto são estigmatizados aparece de diversas formas. No relato acima morar em "terreno da Prefeitura" levanta preconceitos que operam no sentido de transformar a condição de ilegalidade ou da clandestinidade da posse da terra em atributos pessoais. O preconceito generaliza todos que se encontram nesta condição como bandidos, ladrões e vadios.

A lógica moral que preside os estigmas e preconceitos transfere a precariedade das condições de infra-estrutura e moradia para o corpo dos favelados, construindo imagens de "sujeira" e "degradação". É isso o que, muitas vezes, está por trás das medidas de remoção das favelas:

"Mas eles [os policiais que faziam a segurança na Câmara] dão razão à gente, eles sabem que aquilo ali é 'sacanagem' deles [dos vereadores]. Eles fazem isso para massacrar mesmo (...). Imagine que chamaram a gente de vermes. O Andrade Figueira chamou todos os favelados de vermes. Porque aqui é uma área de manancial e aqui [ao redor da favela] só moram pessoas de alto nível, e que os favelados estão 'contagiando' a represa de Guarapiranga. Chamar a gente de verme! Ah! meu Deus! foi uma revolta tão grande que faltava pouco para descer dali de cima da galeria e matar todos eles lá embaixo. Ai! que horror!"

O relato acima, de uma moradora do Icarai, refere-se ao episódio ocorrido na Câmara Municipal quando da mobilização dos favelados durante a tramitação do projeto de lei da Concessão do Direito Real de Uso - o enfrentamento ao discurso estigmatizador de alguns vereadores com relação ao fato da favela estar localizada em área de proteção de mananciais (próximo a represa de Guarapiranga) e, cercada por algumas residências de melhor nível.

Portanto, frente ao perigo da "contaminação física e moral", (re)atualiza-se o velho mito tão presente nas medidas de reordenamento das cidades brasileiras, ao longo de sua história - as favelas como algo que deve ser extirpado da cidade. Imagens que se traduzem nos discursos de alguns dirigentes municipais (caso do ex-secretário Melão, apontado na introdução), de vereadores, de segmentos significativos da população e, que, não raro, encontram seu veículo de disseminação nos órgãos de comunicação de massa, como jornais e TV.

Se as imagens que associam pobreza à ignorância, criminalidade e vadiagem jogam os pobres para o lugar da incivilidade², o que vemos aqui é como a pobreza é "ambientalizada" por discursos onde a localização da favela joga para os favelados os atributos de "sujos", "vermes", "anti-higiênicos". Em nome de uma suposta preservação ambiental se ergue a solução da remoção - pura e simples -, rejeitando-se as medidas de urbanização.

"Se eu tivesse poder para mudar, eu ia tirar o nome de favela, dar posse à cada um de seus moradores - o título de posse. Tirava porque esse nome é muito inferior a qualquer coisa. Prejudica as pessoas. Se você chegar num ambiente que tiver bastante gente e chegar alguém que seja de uma favela, ele é tratado com inferioridade, pode ser quem for. Desde há muito tempo que eu pergunto o porque disto, nas assembleias, reuniões na Prefeitura, em qualquer

lugar. Qual o motivo desse nome maldito! E, até hoje ninguém respondeu". (Moradora do Icarai)

Estigmas que se repetem por inúmeras e variadas situações como é o caso da situação vivida por um jovem morador da favela Icarai, hoje cursando o colegial. No relato abaixo, fala dos conflitos relativos ao tempo em que cursou a pré-escola e as primeiras séries do primeiro grau. Uma história de preconceitos em que tinha "vergonha" de falar que morava numa favela. Era muito bom aluno e tirava boas notas e isso era um motivo a mais para esconder a sua situação frente a uma colega de classe que competia com ele pelas boas notas:

"Eles achavam que eu morava numa casa, num sobrado, numa 'casona'. Eu nunca tinha levado ninguém para minha casa. Alguns sabiam onde eu morava. Tanto é que a menina quando vinha aqui com uma colega dela, passava pela minha casa. Eu, geralmente, estava na rua brincando. Aí eu saía correndo, me escondia. Então, esse era um dos preconceitos. Muitas vezes insistiam em perguntar 'como é a sua casa, qual a cor da sua casa'. Eu respondia: 'não tem cor, é de bloco, é cinza da cor do bloco' (...)"

Todavia, o estigma de morar em uma favela assume uma face mais cruel, traduzindo a situação generalizada de exclusão, quando aparece associada ao mercado de trabalho, sobretudo para grandes contingentes de favelados atualmente desempregados. É o caso de um metalúrgico desempregado da favela Icarai, que após percorrer e preencher fichas em diversas firmas, defronta-se, em uma indústria, com uma socióloga que lhe pergunta:

"Você paga aluguel ou você mora em casa própria?", perguntou a socióloga. Eu respondi: 'moro num terreno da Prefeitura'. 'Você mora num terreno da Prefeitura?', perguntou. 'Certo', respondi. Então ela disse: 'Infelizmente nós não vamos 'pegar' o senhor, não. Eu lamento muito. O senhor foi sincero, porque tem alguns que dizem que moram em terreno próprio e depois percebemos que moram em terreno da Prefeitura. O senhor foi sincero em dizer, mas infelizmente eu não vou poder empregá-lo'. Eu respondi: 'está bom'. Quer dizer, por aí você vê que a sociedade maior trata o favelado como se fosse um (...) bandido".

Um ou outro morador afirma não se importar com o fato de ser favelado. Um morador do Icarai diz que ser favelado, hoje, é um privilégio em relação aos moradores de rua, ou então, aos moradores em cortiços. Outra moradora afirma não se importar com o que pensam dela, mas acha que se ao menos fosse retirado "este nome de favela e usado o nome de 'jardim', o lugar ia ter mais valor; ia evoluir mais".

Estes relatos, contudo, não são a regra, aparecendo, apenas, nas falas de dois entrevistados. Em sua maioria, os relatos expressam o significado da percepção das hierarquias e divisões implícitas nos

preconceitos que estigmatizam os favelados enquanto *bandidos, ladrões e vagabundos*. E, é em função disto que as diferenças estruturam a percepção que os favelados tem de si próprios e dos outros. Os relatos apontam para uma tentativa reiterada de marcar diferenças e, através delas, afirmar sua própria dignidade.

Por exemplo, isto aparece em um relato de uma moradora da favela N. Sra. Aparecida onde, após dividir os bairros em "ricos", "pobres" ou "miseráveis", classifica a favela onde mora de "miserável". Aponta, então, para o estigma que sofrem por parte dos moradores do Santa Inês, bairro vizinho e separado por um simples córrego e (...) "pobre, apenas":

"As pessoas de lá vêem a gente como bandido. A teoria é esta: só bandido mora em favela. Bandido, marginal, prostituta, trombadinha (...). Ai, quando aparece uma pessoa de lá a gente logo pensa que vai dizer que sou pobre, nojenta, indecente, suja e fedida. Mas, eu penso que não é tanto pelo local que a gente mora (...). O problema é que não temos aquele dinheiro para arrumar aquela casa bonitinha. E, também, não tem o asfalto (...)".

Na mesma direção, outros relatos apontam para as discriminações que sofrem os favelados quando se defrontam com aqueles que vieram de lugares onde "*moravam melhor*". Este é o caso de pessoas que viviam em casas alugadas e vieram morar na favela N. Sra. Aparecida. Um morador antigo da favela, reclama: "*eles te xingam, desvalorizam a gente, demais. Nos chamam de porcos, imundos, ladrões, bandidos. Detestam que chamem isto de favela. Vejam, só! (...), agora terão que morar aqui!*".

As hierarquias podem se repor, também, entre aqueles que moram em um local já urbanizado e os que ainda se encontram em áreas sem melhorias. Em geral, estes últimos passam a serem considerados como os "*favelados*" e podem se romper os canais de sociabilidade entre as duas áreas. Na favela N. Sra. Aparecida, os moradores do setor 1, já urbanizado, passaram a não mais freqüentar as reuniões do setor 3, não urbanizado, por não quererem entrar "*naquela favela*".

As percepções que tentam afirmar a sua dignidade enquanto morador(a) de um bairro, trabalhador(a) honesto(a), marcam as diferenças contra os estigmas do vagabundo, do "*acomodado que não quer conquistar melhores condições de vida*", do "*não-trabalhador*", do "*briguento*" e, enfim, dos bandidos, ladrões e criminosos.

"Ser favelado é aquele que se dá o 'deboche'. (...) Uma pessoa sem escrúpulo, uma pessoa que briga com Deus e o mundo na rua, que rouba e quer humilhar todo mundo. (...) Eu acho que a pessoa tem que se colocar no seu lugar. Sem briga, sem confusão, não arranjar atrito com ninguém". (Moradora do Icarai).

"Eu sou favelada mas não me sinto 'favelada'. Se eu fosse uma favelada, de verdade, eu tinha procurado briga com aquele homem que construiu o muro que encostava na minha casa (...). Então, se todo mundo fizesse assim, não existiam favelados. Podia existir pessoas morando em favela, mas não 'favelados'". (Moradora do Icarai)

A exclusão advinda dos estigmas pelo fato de se morar em favelas é, assim, reiterada cotidianamente, nas falas dos entrevistados ou nos discursos dos outros. Aparece nas situações frente à possibilidade de se inserir no mercado de trabalho; nos julgamentos subentendidos nas falas de moradores de bairros vizinho; e, aparece, também, nas falas em que se afirma uma não-identidade dos moradores em favelas enquanto bandidos, vagabundos ou não-trabalhadores. São falas que procuram se opor às visões que empurram as favelas para o mundo da criminalidade, da vadiagem e da bandidagem, reiterando as marcas das hierarquias no espaço configurado como *apartheid* urbano.

Contudo, a compreensão do significado maior da exclusão não se apóia apenas no fato de se reconhecer que os favelados são estigmatizados. É através de suas percepções de inexistência ou denegação dos direitos e da injustiça social que a exclusão ganha seu sentido completo e, todavia, brutal.

NOTAS:

(1) TELLES, 1993a:14.

(2) TELLES, 1992.

IV. Direitos, Lei, Justiça Social e o Sentido da Exclusão

POBREZA, DESIGUALDADE E INJUSTIÇA SOCIAL

Pobreza e riqueza - condições que estão na base da percepção da desigualdade alarmante e da injustiça social na sociedade brasileira - podem ser vistas, por alguns, como condições "naturais".¹ Com efeito, quando se introduz a diferença entre ricos e pobres e o que pensam em termos do "futuro da pobreza", alguns relatos reiteram a desigualdade como algo "natural", uma espécie de "destino fatal" cuja explicação encontra, por vezes, uma raiz divina ou sobrenatural. "A pobreza faz parte da natureza e ela não vai acabar porque seria o final dos tempos", diz um morador entrevistado. Ou: "a pobreza não vai acabar porque é bíblico: não seria possível uma sociedade onde todos fossem iguais". Em outro relato aparece o fato da pobreza não acabar "porque vem de longe, do tempo da escravidão e não há o que fazer". Ou, ainda: "a pobreza já é uma criação de Deus e, também, vem de antigamente (...) do tempo do cativoiro".

Tomados isoladamente esses relatos podem parecer fatalistas. No entanto, perspectivas de "melhorias de vida e progresso" também aparecem nas representações desde que "se lute por isto".²



Jardim Climax

SEHAB/SP
Robson Martins

Além do mais são falas que expressam, em seus próprios termos, uma percepção da desigualdade.

Por vezes, as percepções podem aparecer assinalando formas genéricas de eliminação da pobreza, como: "*se tiver todo mundo unido (...) com uma consciência limpa (sic), a pobreza não acaba mas melhora muito*". Ou: "*pode-se combater a pobreza, amenizar e isto depende do governo*". Por outras, a questão da desigualdade pode aparecer através de uma percepção mais politizada como é o caso do relato de uma liderança da N. Sra. Aparecida: "*a pobreza pode diminuir mas é difícil porque sempre haverá uma reserva de pobres. Existe uma reserva muito grande de pobres. Então, nunca vai acabar, porque se a pobreza acaba, os ricos também acabarão. Eles sobrevivem da gente*". Outra liderança do Icarai afirma: "*a pobreza não vai acabar porque a desigualdade é muito grande, nem no 'socialismo' acabaria. Mas o grau de desigualdade pode diminuir uma vez que haja: distribuição de renda e diminuição da miséria do povo*". Contudo, esta liderança termina sua fala assinalando: "*no momento isto não interessa à burguesia*".

Em que pesem matrizes diversas de representações sobre a desigualdade, o ponto que gostaríamos de enfatizar aqui é que, em vários relatos, a superação de níveis mais agudos da pobreza passa pela necessidade da "luta por direitos". Refletir, pois, sobre as percepções de direitos, leis, cidadania e justiça social e suas matrizes diversas é importante para entender o significado das experiências que estão sendo analisadas neste trabalho.

DIREITOS E CIDADANIA

"O que é ser um cidadão? Para mim ser um cidadão é uma pessoa que tem o direito de trabalhar, ele tem direito de comer, de dormir. Porque o brasileiro hoje, ele não está tendo mais estes direitos. Para onde ficou isso? Só para a classe mais alta. A classe mais pobre ela não tem estes direitos. (Moradora N.Sra.Aparecida).

"O que seria direitos para mim? Eu acho que o direito de ter a minha casa própria, direito de ter o meu trabalho, direito de ter a minha alimentação digna, eu acho que tudo isso é direito". (Moradora, N.Sa. Aparecida)

É a partir da experiência partilhada da exclusão, da estigmatização e da pobreza que se pode compreender a percepção dos favelados sobre leis, direitos e justiça social. É uma experiência elaborada no interior de uma linguagem pela qual se desenha um mosaico de múltiplas percepções e representações daquilo que são direitos; o que

é a cidadania; para que e para quem servem as leis; e, o que é justiça social num mundo de desigualdades.

Trabalho, moradia, alimentação. Eis os três direitos básicos de sobrevivência, ainda não conquistados para a grande maioria da população pobre na sociedade brasileira. Aliás, como nos apontam as estatísticas recentes, são 32 milhões de miseráveis no país. A maioria se concentra nos limites das cidades onde o déficit estimado de 13 milhões de moradias se expressa nas favelas, palafitas, cortiços, mocambos, loteamentos clandestinos, moradores de rua, etc. São estes mesmos 32 milhões que delineiam um quadro de fome que assola o país, de ponta a ponta. Enfim, é este contingente de indigentes que coloca como necessidade imprescindível a criação de, ao menos, 9 milhões de empregos nos dias de hoje, em todo o país.³

Como assinalam os dois relatos iniciais deste capítulo, sem estes direitos básicos não se pode pensar em cidadania como condição de uma vida com dignidade. Portanto, trabalho, acesso a uma moradia digna e não passar fome têm uma dimensão de universalidade - são direitos que deveriam valer para todos. Como universais, estes direitos dão uma medida das diferenças entre ricos e pobres, operando uma divisão entre cidadãos e não-cidadãos, como aparece no relato de uma moradora da favela N. Sra. Aparecida que afirma que a "*classe mais pobre não tem estes direitos: comer, trabalhar, ter a casa própria*". Esta mesma moradora nos conta que, freqüentemente, manda "*a filha buscar folhas de verduras que sobram na feira para misturar no angu*".

O significado da exclusão vem dado por essa inexistência de direitos básicos. A fome, então, aparece como consequência da falta de condições de acesso ao direito à uma alimentação condizente com as necessidades mais elementares de sobrevivência. Todavia, é o direito a um trabalho digno que aparece como pressuposto ou condição de acesso aos direitos básicos de vida. E, por isso mesmo, aparece como crítica de uma exclusão que retira a garantia desses direitos. Afirma-se algo como: "estou aqui e não sou vagabundo ou bandido; mereço, portanto, ter acesso a um trabalho digno". Se esta não é uma visão explícita de todos os moradores ela aparece claramente na percepção das lideranças:

"Para mim direitos é você ter, em primeiro lugar, o direito a um trabalho digno, porque é um direito de todos. E, depois, ter pão na mesa e escola, também. Se você não trabalha porque você não quer, isso cabe a você. Agora se você não trabalha porque sai todos os dias de manhã e não encontra trabalho (...) isto é terrível!". (Liderança da favela N. Sra. Aparecida)

Igualmente, o direito a uma moradia digna aparece em seu caráter universal, tanto na percepção dos moradores quanto na das lideranças. Ou seja, na fala de todos aqueles que compartilham, em seu cotidiano, a experiência do *apartheid* social. Dessa forma, colocam a moradia

como um "direito do cidadão", ou seja, como um direito dos "mora-
dores de favela, os de cortiços, os dos 'aluguéis' e de todos aqueles
que não tem casa".

E, se o direito à moradia tem caráter universal é porque este
direito está associado à noções de pertencimento e de dignidade. Ter
casa é, de um lado, pertencer a "algum lugar". É sair do mundo em que
se está "jogado do lado de lá" e vir a ocupar um lugar na cidade de
onde pode ser reconhecido como portador de direitos básicos. É, enfim,
como apontam muitas falas, encontrar uma "razão para viver".

Por outro lado, é "viver bem melhor". O acesso aos direitos
básicos confere dignidade à vida. E isso se expressa nos adjetivos
"decente" e "digna":

*"Porque não adianta você pegar uma família com seis pessoas e
botar em dois cômodos e banheiro, isso para mim não é digno. Eu
acho que a pessoa tem que ter uma moradia decente. Não precisava
ser de luxo, mas pelo menos que fosse decente". (Moradora, N. Sra.
Aparecida).*

JUSTIÇA SOCIAL E LEIS

"As leis do país são uma pouca vergonha".

"Lei é para quem ganha mais".

*"Você procura a justiça e não tem lei (...) a não ser que faça a sua
própria lei".*

"A lei é coisa de rico".

"As leis protegem os grandes no país".

"Não tem leis para os pobres, a lei do pobre é só trabalhar".

*"As leis no país protegem o 'colarinho branco' (...) pobre não tem
vez".*

"As leis favorecem uns e não outros".

*"A lei é a lei do dinheiro. Se você tem dinheiro você tem a lei a seu
favor".*

"Para o favelado não existe justiça, ele está à margem da lei".

As frases acima pontuam as falas de moradores e lideranças, nas
duas favelas estudadas. Compõem um quadro que vai da indignação
moral com a injustiça, até a noção precisa de que a lei não garante a
igualdade entendida como tratamento justo e como proteção aos mais
fracos. Revelam, pois, a percepção e o sentimento de uma ruptura da
reciprocidade subjacente à noção de igualdade - aquilo que lhe é devido
por ser um cidadão. Por outro lado, há a percepção de que as leis
consagram a impunidade e, portanto, preservam os privilégios que
delineiam as fronteiras da desigualdade entre ricos e pobres. Estes

últimos estão à margem do estatuto de cidadania. São subcidadãos para os quais o acesso à justiça está vedado.

Estes relatos não aparecem soltos no espaço ou no tempo. Expressam uma experiência compartilhada da lei, das instituições e da desigualdade. Portanto, esta experiência é elaborada através de uma linguagem que enuncia uma noção precisa de cidadania, de igualdade e de justiça. Isto aparece em um relato de uma moradora da favela N. Sra. Aparecida quando conta uma reunião com um diretor da Eletropaulo, em que estava presente:

Moradora: Faz muito tempo já que eu estava numa reunião com o diretor da Eletropaulo e ele olhou para mim e falou assim:

Diretor da Eletropaulo: Ah!, você, mocinha, vai falar para o seu povinho aí, viu, pode ir avisando seu povinho aí que vocês vão começar a pagar água e luz (...) aliás, a pagar conta de luz, hein?

Moradora: Aí eu perguntei: Mas a gente já não paga?.

Diretor: Vocês não pagam, vocês pagam uma taxinha. Agora, vocês vão pagar luz, porque o cidadão para ser respeitado como cidadão tem que pagar.

Moradora: A mesa assim de gente; eu já 'rodei a baiana', já 'me estourei' e falei: Quer dizer então, que o cidadão para ser respeitado, ele tem que pagar? Quer dizer, o cidadão ele não tem que ser respeitado por simplesmente ser um cidadão?. Isso é justiça?"

A indignação desta moradora referia-se à "injustiça" implícita na fala do diretor da Eletropaulo pelo fato dos favelados pagarem taxa pelo serviço público, reiterando que este serviço não era fomecido "de graça". Na fala do diretor, segundo ela, aparecia o "desrespeito ao cidadão favelado". "Respeito", "humanidade" e "justiça para todos" aparecem nas diversas falas como valores essenciais que definem a cidadania.

Por outro lado, as falas expressam uma noção de justiça como uma relação de reciprocidade. Isto aparece, por exemplo, em um relato de uma moradora da N. Sra. Aparecida:

"Justiça para mim, por exemplo, é se você trabalhou mais conseguir chegar ao final do mês e receber uma coisa justa, um pagamento justo. Você olhar para teu envelope e falar: 'Ah! Puxa vida! Valeu a pena! Justiça para mim é quando você olha para você mesma e diz: Valeu a pena fazer o que fiz. Então justiça para mim é quando você faz valer seus direitos".

Para "fazer valer seus direitos" é preciso acabar com a desigualdade e ter acesso à justiça. As lideranças reconhecem que existem leis neste país mas elas, assim como a justiça, não consagram "direitos iguais": "os pobres não tem o mesmo valor que os ricos, porisso vão

presos; não tem como pagar". Ou então, "as leis existem mas não são cumpridas e quando o são valem apenas para os ricos". Ou ainda, "as leis existentes são claras só que não são aplicadas com justiça, pendem para o lado dos que tem dinheiro". Portanto, para a maioria dos entrevistados, "fazer valer seus direitos" ou conquistar o acesso à justiça significa colocar a questão em um campo de lutas, mobilizações e reivindicações.

DIREITOS, LEI E JUSTIÇA SOCIAL ENQUANTO CAMPO DE LUTAS.

"Olha, eu não entendo muito de lei (...), mas algumas leis são boas. E existe outras que são criadas pela grande maioria da burguesia; essas leis só servem para prejudicar a população de baixa renda. Porque quando vem um lei dessas aí, para nos dar um direito, ela tem que ser muito 'lutada', muito 'jogada' ou 'rebolada' para a gente poder conseguir". (Moradora do Icarai)

Para os entrevistados a conquista da cidadania exige muita luta. Novos direitos, leis e justiça social só podem existir como campo de lutas.⁴ É isso o que aparece em percepções e discursos:

"O que eu acho é que os favelados devem se unir mais, ir à luta (...) para conquistarem seus direitos". (Moradora do Icarai).

"Então, se houver organização, os direitos serão conquistados". (Liderança da N. Sra. Aparecida)

"Para conseguir seus direitos os pobres têm que lutar, reivindicar. É isto o que restou para os pobres". (Moradora N. Sra. Aparecida).

Só com briga a gente consegue. Fazendo caravanas para reivindicar (...). Porque o governo sabe que temos direitos mas não facilita. (Moradora N. Sra. Aparecida).

"O único direito que ficou para a classe pobre (...), eu não digo nem para a remediada, para a classe pobre, mesmo, é reivindicar seus direitos (...) que são tantos mas a gente não tem nenhum". (Moradora N. Sra. Aparecida).

"Só deve ter acesso aos direitos aqueles que lutam por eles". (Morador do Icarai).

São percepções vinculadas à experiência de longos anos de ocupações e invasões de terras em busca de um lugar para viver, de amplas lutas reivindicativas e de toda uma mobilização recente em torno do projeto de Lei da Concessão do Direito Real de Uso.⁵

Por exemplo, é a inexistência do direito à uma moradia digna que dá, para os favelados, a medida de sua exclusão, informando a percepção da necessidade de se agir de forma "ilegal" para o acesso à terra e a um lugar para morar - conquanto precário.

"Às vezes eu fico pensando: 'Meu Deus!, será que precisaria a gente estar invadindo terra para viver, para ter aonde morar? Seria necessário isso?' Eu às vezes vou nas reuniões e a gente escuta: 'Olha! está havendo uma invasão em tal lugar'. Eu fico imaginando: 'Meu Deus!, em que ponto que nós chegamos? A ter que invadir um local que é dos outros, de alguém, para poder morar?' (...) Eu fico imaginando: será que se tivesse um governo que financiasse moradia para o povo, mas moradia digna para o povo, dignamente, poder pagar". (Liderança, mulher, N. Sra.. Aparecida).

A transgressão representada pela invasão e ocupação de terras, - prática generalizada em todas as grandes cidades do país -, aparece como a única forma legítima de acesso a um lugar para morar. Inva-de-se terras públicas ou privadas pela impossibilidade de continuar pagando aluguéis abusivos e, trata-se, então, de construir "rapidinho as casas, sem cuidar muito da estética".

"Todo trabalhador deveria ter o direito à sua moradia (...) Mas como é uma coisa complexa esse negócio de direito (...) cada um se vira como pode. Nós nos instalamos aqui, todo mundo com pressa para construir, não dava tempo para cuidar da estética das casas. Cada um deu um jeito, comprou material e construiu rapidinho as suas casas. (Liderança do Icarai).

É no interior dessas percepções que se pode entender porque o direito à posse da terra é tão fundamental e porque mobiliza tanto os favelados em suas lutas. O acesso à moradia digna envolve a questão da propriedade. Questão esta, crucial, cuja conquista permitiria afastar o fantasma da remoção e abandonar o espaço da ilegalidade.

É justamente porque não se tem o direito à posse da terra que a invasão de terras é transformada em um "direito". Invadir, pois, "um local que é dos outros" não é algo considerado em termos legais. O que se demanda, então, é o acesso à cidadania através da possibilidade de se pagar por uma casa "digna", "decente", que fosse financiada "por um governo", dentro de suas condições e possibilidades. Este é o marco principal que explica o fato da maioria dos favelados preferirem a concessão onerosa e não apenas a concessão do direito real de uso, como será visto nos próximos capítulos.

Para os favelados, ter a posse da terra é condição para ter um lugar na cidade e na sociedade. E, desta forma, superar a injustiça que identificam na condição favelada. Enfim, sair do mundo da exclusão e da estigmatização é lutar por um direito cuja conquista significa construir a noção de pertencimento. Como diz uma liderança da favela

Icarai é uma "injustiça" jogar o "cidadão" na favela, na periferia: "o cidadão passou um tempo da vida dele trabalhando, produzindo e a ele não foi dado o direito de ter uma moradia ou, pelo menos, uma oportunidade (...) e isto é injusto".

Mas, a percepção da luta por direitos pode, também, aparecer em um registro negativo, fatalista: "não adianta os pobres lutarem por direitos". Esta visão apareceu, por exemplo, na fala de um morador do Icarai: "embora os pobres sempre tenham a opinião certa (sic), eles não tem poder 'altivo'. Quando chega no meio da estrada a força que a gente tem é desligada pelos mais altos". Os "mais altos" são: "os deputados, presidente, tudo o mais; é a própria classe alta que tem fábricas, tem indústrias (...)". Por vezes, as falas aparecem no interior de uma visão tutelar, de longa tradição na história brasileira: "os direitos devem ser dados pelos governantes".

Mas há os que têm uma noção de direito construída a partir da experiência das lutas e reivindicações pela regularização da terra e por melhores condições de vida nas favelas. Neste caso, são as lideranças que expressam de forma mais articulada a percepção de que a cidadania não se restringe apenas ao acesso aos direitos de sobrevivência.

"Olha, os direitos são o direito à moradia, direito a emprego, direito à saúde, direito a direitos, direito a tudo, sabe? Direito de ser respeitado enquanto cidadão, enquanto pessoa, enquanto mulher (...)". (Liderança, mulher, N. Sra. Aparecida).

Relatos como este que colocam a conquista da cidadania nos termos do "direito a ter direitos". Inserem a demanda por direitos no universo mais abrangente da ação conscientizadora, voltada à informação sobre direitos e acesso à justiça. Isso coloca uma perspectiva crucial para aqueles que se dedicam à assessoria aos movimentos populares.

"Hoje (...) é necessário se organizar, ter conscientização dos direitos que se possui e saber como poder usá-los. E, tem uma grande maioria que não sabe os direitos que tem. Aí, tem pobre ignorante 'para caramba'; quando digo ignorante é por falta de informação. Então, hoje, o que é necessário é ter um tipo de formação para as pessoas saberem seus direitos (...) terem a consciência dos direitos delas. (Moradora N. Sra. Aparecida).

Coexistindo em um mesmo espaço social são estas visões diferenciadas da forma como a cidadania deve ser conquistada, provindas de tradições e matrizes também diversas da cultura política, que são fundamentais de serem captadas ao se pensar na elaboração e implementação de políticas sociais. Pois, de um lado, pode-se apontar para matrizes modernas da concepção de cidadania onde a luta por direitos é vista em uma dimensão mais igualitária que pressupõe a consciência do direito a ter direitos. De outro, ainda persiste a visão onde os direitos

deveriam ser doados por obra de um Estado protetor e benevolente, restando aos favelados ficarem no aguardo de direitos sociais e políticos denegados ao longo da maior parte da nossa história. É este movimento da cultura popular que oscila entre o "conformismo e a resistência", para usar os termos de Chauí⁶, que desafia lideranças e técnicos e que vem expresso no discurso que contrapõe a necessidade de luta e de consciência de direitos com a "*acomodação de muitos que não querem fazer valer seus direitos*".

Portanto, podemos concluir que a demanda por direitos tem uma dimensão simbólica importante de ser compreendida. Sempre carrega uma percepção do que é justo e do que é injusto. E, sempre define - ao menos, implicitamente - uma medida da igualdade que é demandada e da desigualdade que é sofrida e vivida como injustiça. Constrói, dessa forma, as balizas a partir das quais se elaboram e se expressam sentimentos de pertencimento ou de exclusão da cidade e da sociedade.

NOTAS:

(1) Ver, por exemplo, CALDEIRA, Teresa, 1984.

(2) Idem, *ibidem*, p. 166.

(3) Dados constantes da campanha Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza. In: Folha de São Paulo, 22/11/93, p. 1-8.

(4) SILVA, 90; SILVA & SAULE Jr., 93; TELLES, 92; PAOLI, 90.

(5) A análise mais detalhada dos relatos em torno da luta pela CDRU aparece no capítulo V.

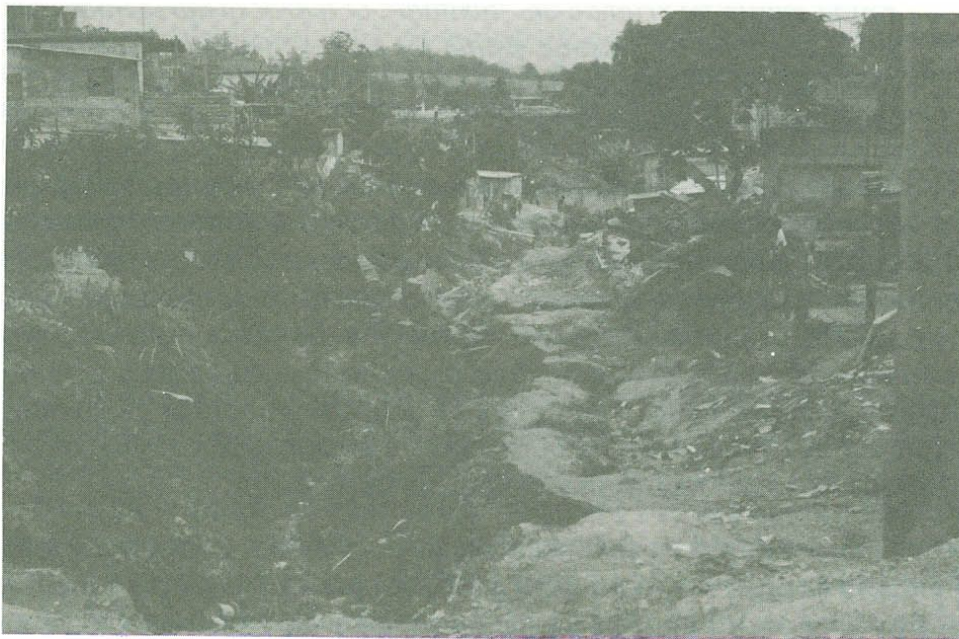
(6) CHAUÍ, Marilena, 1986.

V. A Experiência de Urbanização Na Favela Icarai

A TRAJETÓRIA DE LUTAS PARA A URBANIZAÇÃO DA FAVELA.

"Pelo tempo em que a gente está reivindicando a urbanização da favela ela já devia estar urbanizada. Durante muito tempo nós não tínhamos um entendimento do que estávamos reivindicando. Se fosse uma coisa que outros prefeitos tivessem feito no passado, outras favelas urbanizadas (...), uma coisa que a gente tivesse visto em outro local para implantar aqui(...). Não foi bem isso. Foi uma palavra. E aí a gente começou a perguntar: o que é urbanização?, uma infra-estrutura?, reconstrução das casas? (...)". (Presidente da Associação dos Moradores da Favela Icarai)

A luta pela conquista da urbanização na favela Icarai, se constituiu em uma aprendizagem não apenas quanto ao seu significado mas, também, em relação às formas de incentivar a participação dos moradores. Muita luta, mobilização e uma tarefa árdua de conscientização para conseguir inserir a favela Icarai no projeto de urbanização, aparecem nas falas das lideranças. O processo todo incluiu vários encontros com a prefeita Luiza Erundina, reuniões com técnicos da Prefeitura e inúmeras mobilizações na Câmara Municipal.



arquivo Apoio

Favela Icarai
Córrego antes das obras de urbanização

As mobilizações visaram, em uma etapa inicial, incluir a Favela Icarai como prioritária dentro do Projeto Piloto das seis primeiras favelas a serem urbanizadas através de mutirão e autogestão. Em um segundo momento, as mobilizações significaram, sobretudo, a luta pelo projeto de lei de Concessão do Direito Real de Uso. Além das demandas por melhorias na favela, como a iluminação de vielas, as lideranças levaram à prefeitura a principal reivindicação que era o "direito de posse". *" Fizemos uma documentação, assim, bastante extensa. Nem sabíamos bem como redigir mas assim mesmo elaboramos o documento e levamos para a Erundina",* diz o presidente da Associação.

A possibilidade de conseguirem a legalização da posse da terra foi o que incentivou a maior parte dos moradores a se organizarem. A urbanização, veio como consequência desta reivindicação primordial, já que era uma das condições impostas pela prefeitura para que a favela pudesse entrar no projeto de lei que lhes concederia a posse.

O marco inicial da luta aparece nas falas das lideranças como o dia 20 de janeiro de 1989 quando, juntamente com outras associações de moradores da zona Sul, estiveram presentes em uma audiência com a prefeita Luiza Erundina, que estava há apenas 20 dias do início de sua gestão.

"A partir daí, começamos a 'levar ofício' pedindo, também, a urbanização. Mas nessa época, eu como presidente, eu ia sozinho. Então chegava na HABI, entregava o documento, conversava com as pessoas (...) e eles colocavam na gaveta. Eu cobrava e (...) nada. Quando nós percebemos que só uma pessoa indo lá não ia resolver, nós começamos a ir em comissão. Quando o MUNRI¹ fazia reunião, apareciam 4 ou 5 entidades, cada entidade com uma pessoa representando. Nós chegávamos com 15 pessoas representando o Icarai. Então aquilo foi criando um 'tumulto'. O Icarai se apresentava em peso. Um bolo de pessoas. Então foi essa a forma de chamarmos atenção para a favela. E isso deu resultados. Acabou saindo".
(Presidente da Associação).

Várias táticas e estratégias de mobilização foram utilizadas em um processo de lutas para enfrentar os trâmites burocráticos e as indefinições iniciais dos programas habitacionais. Cabe registrar que ao mesmo tempo que precisava dar respostas à mobilização dos movimentos de moradia, a gestão Luiza Erundina enfrentou enormes problemas no início da administração. As dívidas deixadas por Jânio Quadros, um orçamento comprometido com obras públicas de grandes empreiteiras e uma máquina burocrática marcada pelo fisiologismo e clientelismo marcaram os passos iniciais da gestão.

Como a política de Urbanização de Favelas e Regularização Fundiária da prefeitura exigia a organização prévia dos moradores, não apenas através de uma Associação ou de uma cooperativa mas, tam-

bém, nas mobilizações e na participação organizada, as lideranças relatam o intenso esforço feito para mostrar que realmente estavam organizados visando convencer os técnicos da prefeitura.

"Porque cada reunião que a gente ia levava um grupo de pessoas diferentes. Quando você começa a participar de uma movimentação sempre com as mesmas caras, os outros desconfiam. Nós temos sempre a preocupação de levar pessoas que não foram na reunião anterior, para mostrar que realmente a gente tinha razão no que falava". (Liderança, diretor da Associação).

Fica evidente, também, na fala das lideranças um certo orgulho pelo fato da favela Icarai ter sido uma das incluídas no Projeto Piloto de urbanização por mutirão e autogestão. A referência à urbanização como uma conquista aparece em vários relatos, dado que sem todo esse esforço dos moradores, a favela Icarai não teria sido incluída nos planos da Secretaria de Habitação. Associada à conquista da urbanização aparece a percepção de que a gestão Luiza Erundina abriu espaço para a participação dos movimentos populares, dando "acesso" à população para expressar suas reivindicações. Frequentemente referiam-se à prefeitura como um lugar aonde se sentiam como se estivessem em "sua própria casa". Isto, em contraposição à gestão anterior do prefeito Jânio Quadros, que os recebia com um "cordão policial".

"Nós nunca tivemos o direito de chegar na Câmara, que é a casa do povo e falar o que a gente sente, exigir o que a gente precisa. Na gestão da Erundina nós tivemos esse direito. Espero que o Maluf não corte este direito (...) falar o que a gente sente e exigir o que a gente precisa". (Moradora)

A participação dos moradores nas mobilizações na Câmara Municipal e as várias reuniões realizadas com técnicos da prefeitura, além de terem efetivado um canal democrático de negociação, propiciaram aos moradores um maior entendimento do funcionamento da máquina administrativa. Tornaram transparentes os trâmites burocráticos que permitem a concretização de um projeto, ou o atendimento das reivindicações da população. Muitos moradores relatam que a partir desta experiência com a urbanização, perceberam que um (a) prefeito (a) não delibera isoladamente e que suas decisões dependem de um corpo de funcionários e políticos, que muitas vezes podem representar um entrave para a concretização de algumas medidas.

Se a inclusão da favela no projeto de urbanização exigiu intensas mobilizações não menos difícil foi o trabalho de informar os moradores sobre o significado e as demandas deste processo. Convencer as pessoas para tarefas em mutirão de construção de moradias é mais fácil do que conseguir mobilizar os moradores para a construção de infraestrutura necessária à urbanização de uma favela. Isto, porque, grande parte dos moradores consideravam que obras de infra-estrutura de-

veriam ser realizadas pela própria prefeitura. Muitos, no início das obras, indignaram-se pelo fato de que eles mesmos teriam que realizar obras como a canalização do córrego e o calçamento de vielas, entre outras, através de mutirão. Achavam que deveriam ser realizadas por uma empreiteira paga pela prefeitura. Somente após várias reuniões é que os moradores se convenceram de que o mutirão era a forma de viabilizar a obra em função dos custos. Passaram, então, a ver vantagens neste tipo de trabalho pelo fato de poderem ter maior controle sobre a qualidade do que estava sendo feito.

"No começo alguns ficaram revoltados - que ninguém ia fazer nada, que a Luiza Erundina que tinha que fazer, nunca se viu disso. Mas, agora, depois que foi explicado a coisa, a turma está achando que é isso mesmo, tem que melhorar e a gente pode fazer isso. (...) As pessoas entenderam que era melhor fazer por mutirão porque era muito mais barato e melhor do que se fosse feito por empreiteira".
(Morador)

MOBILIZAÇÕES E ORGANIZAÇÃO PARA AS TAREFAS DE URBANIZAÇÃO.

Após a resistência inicial, os trabalhos em mutirão, realizados, em sua grande parte, nos finais de semana, deixaram de serem vistos enquanto um fator negativo. Os moradores passaram a encarar o "sacrifício" à luz das razões de compensação pelos benefícios trazidos com a urbanização. Para a tarefa de organização e conscientização dos moradores, foi fundamental a participação dos arquitetos e sociólogos que compunham a equipe de Assessoria Técnica, denominada APOIO, contratada pela Associação dos Moradores da favela Icarai.

Com relação à construção das casas (40 unidades que estavam em área de risco) a resistência para o trabalho em mutirão foi bem menor, pelo fato de que o benefício individual é muito mais imediato. Isto aconteceu, igualmente, nas mobilizações para a posse da terra que contou com a presença de vários moradores. Segundo o relato abaixo, de uma liderança, é muito mais importante, para os favelados, ter a documentação do terreno do que a urbanização da favela.

"Para o morador que não mora próximo do córrego é difícil perceber a importância da canalização, A urbanização da favela é mais difícil porque você tem que convencer a pessoa de que um córrego que passa a 100 metros distante da casa onde mora pode estar afetando a ela. A pessoa não tem consciência. E não quer acreditar nisso: - 'Ah! não!', o que é que tem a ver a minha casa aqui toda arrumadinha com um córrego que passa a 100 metros da minha casa, e que eu joga o meu esgoto lá?' Mas, na medida em que a gente explica que um esgoto canalizado, um córrego bem

arrumado, umas pracinhas para as crianças brincarem, isso é benéfico para todos(...), aos poucos ela vai se convencendo disso. Aí ela passa a ver a limpeza do córrego e da favela como se estivesse fazendo uma limpeza dentro de sua própria casa.(...)". (Diretor da Associação).

A dificuldade das lideranças no início da urbanização era a de mostrar para os moradores que a canalização de um córrego, por exemplo, interferiria diretamente em sua vida evitando doenças e tomando o ambiente mais saudável. Em geral, os moradores não estabelecem uma relação direta entre o espaço interno de sua casa e o ambiente externo da rua, ou pelo menos, estabelecem um valor diferenciado entre estes. Realizam um esforço para manterem suas casas "arrumadinhas", mas ignoram o que está à sua volta, poucos metros "distante".

"Em várias assembleias que tivemos, em reuniões por setores, com tudo que a gente pôde fazer estávamos sempre frisando que urbanização e concessão eram dois processos diferentes. Que o processo de urbanização significava uma infra-estrutura e que isso é que vinha viabilizar a posse da terra. Só que a posse da terra dependia de leis. Mas as pessoas (...) durante o tempo em que a gente está explicando uma coisa elas estão conversando com os outros (...) e acaba não entendendo. Essa que é a dificuldade. (...) Aham que a associação deve pagar alguém para fazer a obra. É obrigação deles. 'Contrate, faça qualquer coisa, a Prefeitura está dando dinheiro é prá isso mesmo'. (Presidente da Associação)

As dificuldades iniciais deram-se, também, pela dificuldade de se estabelecer canais de comunicação com os moradores que sempre se mantiveram mais afastados de qualquer atividade realizada pela associação. Fazer reuniões, discutir problemas e tentar soluções coletivas, são práticas pouco usuais para grande parcela da população. O caminho mais utilizado são os comentários entre vizinhos, as lamentações domésticas que, em geral, não encontram espaços de expressão coletiva. Por isso, talvez, muitos iam às reuniões e se intimidavam de exporem suas dúvidas, dificultando o trabalho das lideranças.

Acontece assim, às vezes a gente chega em uma assembleia e fala, e fala (...) Só que elas não perguntam, elas comentam as coisas entre elas. Então, (...) a gente fica batendo em uma tecla diferente". (Presidente da Associação).

Aos poucos, a rotina das assembleias para resolver os problemas do mutirão e estabelecer metas, foi trazendo cada vez mais pessoas e propiciando um aprendizado para este tipo de organização. As próprias lideranças comentam que as assembleias apresentavam, a cada vez, melhores resultados.

É consenso entre as lideranças que a grande dificuldade para conscientizar para as tarefas do mutirão é a atitude de "acomodação" de muitos favelados provinda, segundo eles, de um descrédito geral na ação política. Isto, inclusive, é comparado com a mobilização dos moradores para as tarefas de mutirão em outras épocas como, por exemplo, na gestão de Mário Covas.

"Veja bem, naquela época, em 1984, o entendimento das pessoas e a 'ansiedade' de luta era muito diferente de hoje. Naquela época você conseguia organizar as pessoas (...) você podia falar em política(...). Quer dizer, qual era o inimigo maior do povo naquela época? Era o regime militar. Tudo que se falava politicamente o povo estava acreditando: nós tivemos aquela luta pelas Diretas Já, depois veio aquela grande campanha pelo Tancredo Neves. De repente entra o Collor, um presidente eleito diretamente. Aí o povo teve uma decepção muito grande. Por isso, hoje, é mais difícil você chegar e falar de política perto do pessoal. Hoje, eles parecem não acreditar mais em mudanças, estão acomodados mesmo. Estão 'desacreditados' das coisas. Nem procuram entender." (Presidente da Associação)

Processo penoso e lento para as lideranças que trabalham na mobilização para as tarefas no mutirão, cheio de idas e vindas nos quais a palavra corre solta tentando convencer os outros e que causa muitas vezes um desânimo intenso, mas que, ao final, pode trazer resultados em termos de aprendizagem e experiência. Conquanto extenso, o relato do presidente da Associação que já foi um metalúrgico combativo serve de exemplo, inclusive quando coloca a sua experiência anterior de trabalho sindical. Ao ser perguntado sobre a tarefa de ensinar aos outros a importância das leis e dos direitos, responde:

"Em todos os lugares que a gente convive, pode ser uma fábrica, pode ser num bairro, numa escola, a gente consegue selecionar as pessoas que param para te ouvir e também dar a sua opinião. E às vezes a gente pensa que está ensinando as pessoas, pensa que ela só está aprendendo com a gente, mas muito pelo contrário. E o que é importante é o momento em que você passa a entender as pessoas. Quer dizer, a pessoa pode falar errado como for. Ela expressa da forma que ela sabe. O importante é você estar entendendo o sentimento de cada um. O que a pessoa fala está expressando um sentimento, um momento que se vive, é a vida que se vive. Portanto, na medida que você quer explicar, você descobre alguma coisa que gostaria que a sua classe, o seu povo, entendesse que nem você está entendendo. (...) Aí tudo que você conhece você procura passar para as pessoas aquilo que você conheceu, que você ouviu, que você achou interessante. Então você está passando uma experiência. (gr. nossos). E... eu acho que é dessa forma que você se desenvolve também. É uma das coisas que eu me sinto bem no meio progressista é isso, é você poder expressar, não só ouvir. (...) A

coisa que mais me chama atenção é quando você vê um operário saber se expressar, , conversar, saber falar, entender as coisas, se interessar para ler (...)" (Presidente da Associação).

Se mobilizar as pessoas para construção de casas é mais facilitada por sua maior motivação, convencer os moradores da área de risco a deixar suas casas e ir para um alojamento enquanto esperam a construção de suas novas casas, é penoso. Notícias frequentes nos jomais dão conta da resistência de favelados em áreas de risco a deixar casas que construíram à custa de grandes sacrifícios. Abaixo, há o relato de uma liderança expondo os motivos pelos quais considera que um morador resiste à remoção:

"O nível de vida do povo hoje é tão carente que ele já demonstra estar satisfeito onde está, entendeu? A dificuldade de vida é tão grande (...) na medida em que você pensa que está melhorando o local que ele mora, isso, na verdade, está criando um encargo social para ele. A gente tem um exemplo aí quando nós tentamos retirar as pessoas da área de risco para levar para os alojamentos provisórios. Hoje, para elas os alojamentos são um 'paraíso' mas até chegar lá foi terrível. - 'Eu ir para um barracão de madeira? Não! Imagina! O meu aqui está feito 'em material' (...). Aí você vê que aquilo é um pedaço de parede quase caindo em cima delas, uma área insalubre, onde se pisa na lama, nos dejetos (...). A questão é tão complexa (...). Você está tirando um cidadão de uma casa que ele fez com as próprias mãos dele. Mesmo que para nós aquela casa não esteja adequada para ele existe o apego a tudo aquilo. E, também, ele não acredita que vai receber uma casa. O nosso povo está muito revoltado. Já não acredita mais em nada. O 'cara' balha durante toda a semana. Chegar no fim de semana, deixar tomar uma cachacinha e tal, para trabalhar em mutirão (...) é difícil mobilizar. (Presidente da Associação)²

O que aparece nas entrevistas com moradores que tiveram de deixar suas casas é a perda que representa sair de uma casa "*que ele fez com as próprias mãos*". São anos de investimento, e vários finais de semana utilizados na autoconstrução. Para o observador alheio, parece difícil entender porque alguém se recusa a sair de uma casa que está caindo e que se encontra em condições precárias de uso. Mas, as falas revelam os aspectos simbólicos que representam cada detalhe daquela casa. Por exemplo, uma moradora que foi removida da área de risco, diz ter sentido grandes perdas. Até mesmo pelo fato de abandonar uma árvore que lá havia plantado há muitos anos. Relata, então, o que representou ter que deixar para trás a sua casa:

"Porque, sabe? Eu não tinha esperança porque eu tinha muita dó de sair da minha casa, sabe? Que custou o nosso suor, embora o terreno não fosse nosso. Mas o que a gente fez era nosso. Aí eu fiquei naquela, vai hoje, vai amanhã. E a gente indo na reunião. Aí foi o tempo em que o Presidente da Associação disse que no dia

tal iam derrubar as casas. Aí quando eu chegava em casa e dizia, 'Aí! Meu Deus!, a casa ainda está de pé!' Quando foi chegando o dia meu coração desesperou. Aí arrumaram o povo todinho para tirar as coisas e puseram aqui dentro (alojamento provisório). 'Ah, minha filha! Mas me deu um desespero tão grande, acho que tinha morrido uma pessoa. Aí eu mais que chorei. Chorei mesmo. Aí me disseram que eu logo ia receber uma outra casa nova e eu fiquei mais alegre. Estamos trabalhando duro e se Deus quiser eu tenho esperança de ganhar a minha casa". (Moradora).

Como as entrevistas se deram na fase inicial da urbanização, uma das lideranças diz que as mudanças ainda eram pequenas na favela. Mas, já notava diferenças com relação às pessoas que foram desalojadas, que estavam na área de risco. De uma grande resistência inicial, que podia incluir algumas manifestações de agressão física, os desalojados aos poucos vão percebendo que já não estão mais localizados à beira do córrego, suas crianças já possuem um lugar melhor para brincar, longe do esgoto ou da água suja do córrego e, inclusive, começam a discutir com a assessoria técnica o projeto de suas futuras casas.

Passam, também, a criar expectativas de como ficará o lugar após a urbanização. Um dos moradores, por exemplo, sonha com o dia em que o Icarai terá uma praça, onde poderá conversar com seus filhos e sua esposa, já que sua casa é muito pequena e moram dezesseis pessoas.

"Outro dia eu passei lá em Diadema, eu vi muita gente sentada naqueles banquinhos da praça, na Floriano Peixoto ali, de tardezinha assim para noite, aqueles velhinhos ficam sentados lá, eu digo - como eu gostaria de ter uma pracinha lá junto de mim." (Morador)

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A participação significativa de mulheres tem sido observada em todas as tarefas dos mutirões com autogestão no decorrer das experiências destes projetos em São Paulo. Essa participação tem apresentado um significado positivo para a ação coletiva: seja na mobilização e conscientização dos moradores, seja nas próprias tarefas da obra, elaboração de projetos e administração de recursos, ou ainda na liderança dos movimentos de moradia.

Todavia, o que interessa registrar como experiência na favela Icarai é como várias mulheres, algumas participando pela primeira vez das mobilizações, passam a encarar de maneira diversa a ação política. Admitem, mesmo, uma nova atitude como a de se liberar parcialmente das tarefas de casa e da tutela dos maridos. Várias delas passam a fazer parte da Associação de Moradores e se elegem como representantes

de vielas fazendo o difícil trabalho de cadastramento dos moradores, sem o qual o trabalho de urbanização não se viabiliza.

Uma das entrevistadas, esposa de um dos diretores da Associação, conta que "*não era chegada muito em reunião*", mas participou de um Assembléia de Moradores, onde foi escolhida como líder de viela. Seu marido era vice-diretor da Associação de Moradores e no início ela pensava que não poderia aceitar a liderança da viela: "*será que como mulher do vice-diretor eu posso fazer isso aí?*". Mas depois de refletir um pouco, resolve que "*não, não importa, pois ele é uma coisa e eu sou outra*" (gr.nossos). Conta como ofereceu para ser líder e ajudar no trabalho de urbanização depois que foi uma primeira vez na frente da Câmara Municipal, lutar para sair a verba para o projeto do Icarai.

"Aí saiu eu e outra moradora daqui para a rua, chovendo assim como hoje. E nós abandonamos casa, filhos, abandonamos tudo (...). Tinha dias que nem comida eu fazia porque não dava tempo. Na Câmara a luta começava às 8h da manhã, e eu chegava em casa às 7h da noite. Chegou num ponto que até dormi lá para poder conseguir (...)". (Moradora)

Existe, no entanto, uma tarefa mais árdua que é a de convencimento e conscientização dos moradores para preencherem o cadastro sócio-econômico, requisito essencial colocado pela Prefeitura para registrar a demanda de casas que entram no projeto de urbanização. E aí a tarefa apresenta maior dificuldade pois trata-se de explicar às pessoas a importância do trabalho.

"Sabe, as pessoas não participam da reunião da Associação e não entendem. Para conseguir preencher o cadastro eu e outra companheira tivemos que inventar que trabalhávamos para a Prefeitura. Senão nós apanhávamos, pois eles achavam que era 'papo furado', pois já estavam 'desacreditados'. Outros agrediam a gente, falavam palavrão. Nós chegávamos na casa e batíamos palma Muitos pensavam que éramos crentes e nem saíam à porta. Isto para não falar de algumas casas em que punham o cachorro atrás da gente e tínhamos que sair correndo (...)". (Moradora).

Preencher as fichas do cadastro é uma tarefa que aparece no relato dessas mulheres como algo "*que nem os homens têm coragem de realizar*" e que "*dava uma grande canseira*". Além de terem que explicar a importância de todo este levantamento, grande parte dos moradores desconfiavam destas mulheres terem que anotar número de documentos, número de filhos, número de cômodos e outros dados essenciais.

Ao ser perguntada como foi a participação das mulheres na Câmara Municipal para exigir o convênio da urbanização e outras mobilizações para a luta pela lei de Concessão do Direito Real de Uso,

a mesma entrevistada se refere, com orgulho, ao fato de ter ido pela primeira vez à Câmara Municipal e à participação das mulheres.

"Meu marido já tinha ido várias vezes. Mas eu não. Acabei indo e agora eu vou à luta (gr.nossos). Lá apareceram mais mulheres que homens e tinha cada mulher que vou te contar. Se todos os homens do mundo fossem como as mulheres que eu vi lá não tinha nada de ruim, não. (risos). Porque olha, aquelas mulheres eram de luta mesmo e os vereadores não aguentavam muito o barulho daquelas mulheres. Nós estávamos dando a vida para lutar pelo direito de posse. Anoitece, amanhece o dia e nós estávamos lá. Quer dizer que tudo isto é muito importante (...) para tudo que é movimento é preciso 'direitos de lutar' que sem luta ninguém consegue nada". (Moradora)

Os relatos de várias mulheres no Icarai mostram como elas vão descobrindo a importância da luta e do papel do poder legislativo. Inclusive, se referem à companheiras idosas que mesmo doentes não faltavam às mobilizações em frente à Câmara Municipal. Nesta trajetória que vai da descrença na luta para uma participação ativa, a importância da visibilidade através dos meios de comunicação, é assinalada.

"Eu acho que logo no começo eu não acreditava que ia sair a urbanização. Foi só quando eu vi a luta que saiu na televisão (...) aquela multidão de gente lá na Câmara, que eu me convenci. Deixei tudo que tinha que fazer aqui e fui lá também lutar. Alugamos um ônibus e todos os dias ia aquele 'bando' de mulheres para a Câmara para lutar pelo direito da urbanização". (Moradora)

Fundamental nesta trajetória em que as mulheres descobrem a importância da ação coletiva não é apenas a descoberta de um outro espaço diferente do universo doméstico. Mas também como, aos poucos, vão perdendo o "medo" da participação ao mesmo tempo em que descobrem vários outros espaços de sociabilidade.

"Antigamente eu era muito medrosa. Medo de muita coisa, não sei como explicar. Hoje não, a cada dia, cada ano, a gente vai vivendo e aprendendo coisas mais diferentes. A gente vai tendo assim mais (...) é contato com as pessoas. Quer dizer, eu acho que é muito importante a gente conhecer as pessoas, assim, diferentes, participar de reuniões. Vai surgindo aquela amizade com as pessoas e a gente vai aprendendo muita coisa que a não sabe. Eu acho que é muito importante isso aí."

A luta das mulheres é relevante porque o machismo tradicional brasileiro é ainda muito grande, inclusive entre as lideranças. Esse líder da favela Icarai que hoje destaca o grande papel que teve a luta das mulheres para as mobilizações de conquista da urbanização, conta

como foi mudando de opinião acerca das mulheres, principalmente através de sua experiência no plano sindical.

"Nessa época eu também era conservador (risos), e foi quando eu comecei a perceber a luta das mulheres. Porque pra mim, naquela época, mulher só teria que saber dirigir fogão (risos). Então foi a partir daquele momento (fala da participação em uma greve) que eu comecei a aprender a ver as pessoas de forma igual. É, a gente vê esse povão aí, povo humilde mas que é alheio a tudo. Ele não tem acesso a nada. É na luta do dia-a-dia, na vida política da gente que a gente aprende ser pelo menos um pouco mais civilizado. Eu me lembro que em 82, numa campanha sindical, eu, numa madrugada, mais ou menos umas quatro horas da manhã, me jogaram dentro de um carro lá, numa Brasília, junto com a Rosana. Eu não conhecia a Rosana, aquela mulher bonita e tal. E só o que eu sabia que ela era dona de casa. E vamos para porta de fábrica. Aquilo pra mim, eu quase morri de susto. Porque aquilo era um absurdo, já pensou? Dentro de um carro só eu e uma mulher? E, uma mulher casada! Eu não era diferente de ninguém. A única diferença, talvez, é que eu gostaria de fazer umas perguntas para mim mesmo e nunca tinha encontrado resposta em lugar nenhum. E a única resposta que eu encontrei foi a luta e o o conhecimento político. Essa foi a resposta, e só foi 'abrir as cortinas' para que eu pudesse ver o mundo para frente".

A LUTA PELA POSSE DA TERRA.

Na luta pela aprovação do projeto de lei da Concessão de Direito Real de Uso, a favela Icarai viveu alguns momentos dramáticos segundo suas lideranças e vários moradores. Após toda a mobilização dos moradores na Câmara Municipal, juntamente com outros movimentos vinculados ao MUF - Movimento Unificado de Favelas e outras articulações, as lideranças do Icarai ficaram sabendo que a favela não estava incluída no projeto original que previa a urbanização e a posse da terra para apenas 134 favelas da cidade. Frente ao drama de explicarem para os moradores mobilizados que a favela não estava incluída, as lideranças do Icarai resolvem pressionar por uma emenda ao projeto original. Nesta tarefa foram assessorados pelo vereador Vital Nolasco do PC do B. As lutas e pressões que se seguiram deram origem a um substitutivo que passa a incluir no projeto original 1200 favelas da cidade de São Paulo a serem urbanizadas e terem a sua regularização fundiária.

"Quando eu descobri que a favela Icarai não estava incluída no projeto já foi quase no final da votação. Era um problema. Era a favela que levava mais gente para a Câmara. Ai eu fiquei muito bravo com a (...) (fala o nome de uma técnica da Prefeitura). Não

sei por que eles fizeram isso, mas aí eu pedi para fazer uma emenda que incluísse o Icarai e aquela emenda deu um 'ribu'. Aí desmanchou todo o processo e criaram um substitutivo, que aí sim, várias outras favelas conseguiram entrar. Em vez de 134 favelas foram incluídas 1200". (Presidente da Associação)

A luta pela posse da terra através das mobilizações pela aprovação da CDRU, para muitos daqueles que participaram, significou a descoberta da importância da lei e das relações com o legislativo. E também mostrou a dificuldade das negociações e o enfrentamento com vereadores. Descubrem então, como é difícil obter uma lei "que ajude os pobres": "bom, a princípio eles negaram assinar o projeto de Direito Real de Uso, partiram para um outro dispositivo, um outro projeto que vendia, dava direito à venda e eles também não aprovaram. Daí começou a me dar entender que lá não é tão fácil".

"Fomos várias vezes. Teve até acampamento. Eu não fiquei para dormir mas fiquei lá a tarde toda, até mais ou menos umas 10, 11hs da noite, aí vim embora. No outro dia, eu fui trabalhar, mas trabalhei e pedi saída. E fui novamente por dois dias seguidos. Os outros acamparam lá, dormiam, saía cafezinho (...) era até gostoso, sabe? Pressionavam pelo direito real de uso e precisavam de 27 votos para poder ser votado (...) No dia em que foi para votação tinha mais de 2 mil pessoas e aí eles não votaram porque tinha mais é vereador da direita e (...) eles não são muito a favor dos pobres não, filha". (Moradora).

Nas falas dos moradores do Icarai o que se detecta é que o projeto de concessão onerosa - a compra e venda dos terrenos -, era a opção desejada na medida em que viabilizaria a segurança e estabilidade da propriedade. Para a maioria dos moradores a posse da terra não deveria ser apenas doada pela prefeitura mas consideravam justo que se pagasse pelo terreno. Para eles, isso era condição de segurança, pois a concessão do direito real de uso, mesmo que por 90 anos, poderia ficar sujeita à modificações em funções de mudanças no governo municipal.

"Porque aí, minha filha, morando na casa da gente, no terreno da gente, temos uma segurança. Sabemos que compramos o que é nosso e ninguém mais pode colocar a mão. Porque se entra um governo que resolve dar um pontapé na gente, a casa é nossa mas o terreno não é. Então, a gente quer ter esta segurança (...) e nós podemos comprar parcelado. Sendo parcelado, todo mundo pode comprar (...) uma parcela pequena todo mundo pode pagar". (Moradora).

Para uma das lideranças, a questão da segurança e da estabilidade com a posse da terra, é defendida como um direito na ótica das políticas públicas: fundos de investimentos podem ser criados para melhoria das próprias condições de vida dos favelados. Esta perspectiva está estreitamente vinculada às experiências de autogestão ou co-gestão viven-

ciadas ao longo das lutas pela urbanização e regularização fundiária das favelas:

"O que a gente propunha era a venda de lotes mesmo, propunha a compra que apesar da gente ser favelado a gente gostaria de pagar o pedaço que ocupa para ter o direito de fato"..(gr.nossos) Então o substitutivo mudou a concessão por 90 anos como propunha o projeto da prefeita e se alterou para compra e venda(...). No projeto, inclusive, a gente propunha, também, onde seria aplicado o dinheiro arrecadado. Seria criado um outro fundo que era para o benefício das próprias favelas (...) favelas teriam que ser urbanizadas e com condições decentes de moradia". (Diretor da Associação).

A percepção da relação dos moradores em favelas com a ação dos vereadores é também registrada como uma experiência de muita "humilhação" quando percebem, então, as reações de vereadores distanciados dos interesses populares. Uma entrevistada que se orgulha de ter assistido à sessões da Câmara "da tribuna" cita os vereadores que tiveram atitudes de desprezo e desqualificação do movimento dos favelados.

"Aquele Caruso, o Gilberto Nascimento e aquele Brasil Vita, eles humilham muito a gente. São os da 'direita'. Eles só faltavam falar assim (mas davam a entender) que pobre era o inferno. Só faltava dizer que pobre era o inferno. Só que eles esquecem que os pobres também são iguais a eles. Vieram de onde eles vieram e se a gente chegou neste ponto de morar em favela é porque a gente não tem condições de comprar um terreno próprio".

Os relatos se sucedem e deles consta, com detalhes, a "raiva" e a "humilhação" sentidas quando o vereador Andrade Figueira chamou os favelados de "vermes" por estarem ocupando área de proteção de mananciais, inclusa na represa de Guarapiranga, como já relatamos no capítulo 3.

"Embora a gente tenha vereadores que são bons (...) que são os pobres iguais à nós (...) mas tem aqueles que se vendem por besteira para as imobiliárias (...) que são estes vereadores 'imobiliaristas'. Eles não querem nos dar a posse porque as imobiliárias pressionam para eles votarem contra. (...) As imobiliárias perdem muito com esse negócio de favela (...). Porque se a gente sai daqui eles vão vender os terrenos mais valorizados (...)". (Moradora).

Inúmeras outras falas poderiam ser arroladas. Todavia, é mais importante assinalar que apesar da "raiva", da "humilhação" e da revolta, existe a percepção de que a continuidade das lutas é fundamental uma vez que foram abertos canais de negociação, o que para os favelados é considerado como uma conquista.

"Eu não gosto de ir sempre (à Câmara Municipal) porque quando chego lá eu tenho raiva e volto nervosa, viu? Mas às vezes é gostoso, lá. Como quando a gente vai assistir à votação de um projeto que vai nos beneficiar e alguns votam a favor. Aí nós elogiamos muito os vereadores que votaram com a gente. Os outros, falta pouco para matar. Mas é bom a gente participar disso aí. Quando eles votam a favor a gente sente que é uma coisa que conquistamos com muita luta mas que valeu a pena. Porque agora, pelo menos, temos um caminho aí aberto para caminhar atrás do que a gente precisa".
(Moradora)

A IMPORTÂNCIA DA URBANIZAÇÃO E DA AUTOGESTÃO.

Como em todos os mutirões que se baseiam no processo de autogestão, grande parte das atividades são realizadas nos finais de semana. Na favela Icarai foram erguidas várias frentes de trabalho, cada qual responsável por uma etapa da obra. Os homens encarregam-se das tarefas mais pesadas como a canalização do córrego e abertura de ruas, e as mulheres auxiliam na organização do material necessário para as obras, além de cuidarem da alimentação.

A rotina diária do mutirão é planejada pela associação dos moradores em conjunto com a entidade de assessoria técnica. Cabe à esta última esclarecer a população sobre as questões técnicas viabilizando o que foi determinado no projeto de urbanização. Além da assessoria, alguns moradores são contratados pela associação para coordenar a obra e garantir sua continuidade durante a semana. Existem outras instâncias dentro da associação com o objetivo de assegurar a organização do mutirão como o conselho fiscal e o almoxarifado ambos compostos pelos próprios mutirantes.

Mais do que descrever uma experiência de trabalho importa registrar que a experiência da urbanização através da autogestão é considerada como uma experiência de luta e participação fundamental pelos múltiplos espaços de sociabilidade que pode criar.

A expectativa de ter a favela urbanizada é vista por uma moradora do Icarai como a possibilidade de mudar o nome de favela, uma vez que o espaço físico-territorial se transforma e, com isso, o local deve adquirir uma nova feição. Significa um local de moradia reconhecido como um lugar "digno", expresso por ela como um lugar "mais social"; desaparece a imagem da favela, como um ambiente sujo e degradante e precário. A incorporação à cidade significa, entre outros, que seus moradores poderão usufruir de infra-estrutura - água, luz, asfaltamento e esgoto.



arquivo Apoio

Favela Icarai
Mutirão para canalização do córrego durante as obras de urbanização



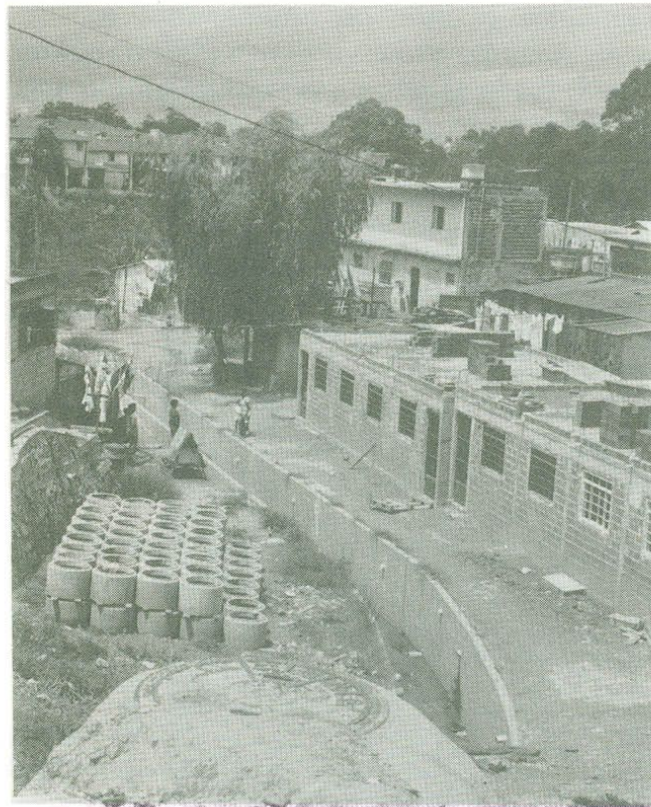
arquivo Apoio

Favela Icarai
Córrego já canalizado durante as obras de urbanização em mutirão



arquivo Apoio

Favela Icarai
Canalização do córrego em regime de mutirão



arquivo Apoio

Favela Icarai
Construção de casas para os moradores
removidos das áreas de risco

"Olha! A única coisa que eu queria aqui na favela é que essa favela ficasse muito bonita (...) tirasse esse nome de favela e colocasse um nome bem mais elegante (...) Jardim Icarai (...). Porque, praticamente, fica um lugar assim mais social (...) depois de todo esse trabalho aí feito, esgoto, encanamento (...) é (...) tudo prontinho, bonitinho. Aí depois que nós terminarmos tudo isso aí, nós vamos lutar pela creche, pela (...) cozinha comunitária e pela padaria e, mais alguma coisa (...) a coleta de lixo. A coleta de lixo é muito importante também". (Moradora)

A mudança não é apenas valorizada do ponto de vista do plano físico-territorial mas no que ela pode trazer enquanto espaços onde podem ser forjadas novas sociabilidades. Com a abertura de ruas, construção de praças e locais apropriados para as crianças brincarem, a favela tem a possibilidade de tornar-se um bairro com todos serviços básicos necessários à população. Os moradores do Icarai deixam claro em seus relatos que continuarão, mesmo após o término da urbanização, lutando para a instalação de uma creche, de escola e outros equipamentos que possibilitem de fato a construção do bairro.

O próprio trabalho realizado no decorrer da urbanização criou os alicerces para que estes moradores se organizem a fim de atingir estes objetivos. Pois, a vida comunitária da favela foi intensificada, não só porque melhorou-se as condições de moradia mas, principalmente, porque se estabeleceram canais coletivos para se pensar e tentar soluções para problemas que são comuns a todos. Tomou-se prática corrente o diálogo a respeito dos problemas cotidianos.

"Um nível de bastante pessoas trabalhando, conversando ou qualquer coisa que esteja fazendo: um fala uma coisa, outro fala outra, e as pessoas vão evoluindo (...). Eu acho que melhora bastante". (Moradora)

Outro fator que garantiu o estabelecimento destes espaços coletivos e que facilitam a solução de questões referentes à favela, foi a autogestão dos recursos financeiros pelos próprios moradores. Devido à responsabilidade de lidarem com altas quantias de dinheiro, exigiu-se uma grande organização interna para a administração destes recursos. Isto garantiu que todas as decisões fossem tomadas de forma transparente e discutidas por representantes de cada viela. A utilização dos recursos tornou-se de domínio público.

A autogestão permitiu aos moradores uma autonomia com relação ao andamento da obra, direcionando os gastos para as necessidades por eles elencadas. Além disso, estando estes recursos nas mãos da Associação dos Moradores lhes deu maior segurança de que a urbanização seria de fato concluída, uma vez que não dependeria de liberação de verbas para cada "tijolo" a ser comprado. Evidentemente, que havia uma dependência com relação à prefeitura já que o valor total não foi liberado numa única parcela. Mas em cada fase da obra

as "regras do jogo" eram transparentes conferindo autonomia e segurança.

"Olha, eu não sei o meu pensar se é certo, mas eu acho que o dinheiro tem que vir para as mãos dos moradores. Porque eles é que sabem o que fazer. E estando lá (na Prefeitura), não se sabe o que pode acontecer. De repente, eles podem recolher. E, aí 'babau' dinheiro (...). Estando aplicado no banco, sabendo que aquilo lá é da gente, para lutar, para fazer as casinhas (...) eu acho que está bem mais seguro (...)". (Moradora)

Esta autonomia não ficou restrita aos recursos financeiros. Também, puderam decidir à respeito do projeto de instalação de infra-estrutura e sobre o projeto das casas que seriam construídas. Em conjunto com a assessoria técnica, a APOIO, os moradores da favela Icarai participaram de todo o planejamento da urbanização, e de como estas obras seriam realizadas.

Foi consenso entre os moradores que a autogestão dos recursos deveria ser mantida. Apesar de não terem um esclarecimento do seu exato significado, percebem que esta forma de gerenciamento garante maior agilidade, já que elimina-se a burocracia necessária para a liberação de verbas, e lhes dá maior garantia de que o planejado será cumprido.

Muitos defendem a experiência de autogestão sobretudo informados por experiências de gestões passadas quando o envio de verbas ou realização de obras não se concretizavam. Esta relação de desconfiança para com a administração municipal leva-os a defender que o dinheiro precisa ficar nas mãos dos moradores, evitando que seja desviado para outros fins. A desconfiança, infelizmente, tem encontrado sua justificativa na atual gestão do prefeito Paulo Maluf. Logo após a sua posse interrompeu o pagamento das novas parcelas de verbas para a urbanização de favelas, liberando-as, posteriormente, com enorme atraso, e, além do mais, enviando quantias inferiores ao que já havia sido programado. Esta é a nova agenda de lutas da favela Icarai.

NOTAS:

(1) O MUNRI - Movimento Unificado de Moradia da Região de Interlagos é um expressivo movimento da Zona Sul da cidade, que atua também em defesa do meio ambiente, pois a maioria dos movimentos a ele filiados respondem por favelas e ocupações em área de proteção de mananciais.

(2) Esta entrevista foi feita um pouco antes de se começar a mobilização para a construção das 40 casas retiradas da área de risco.

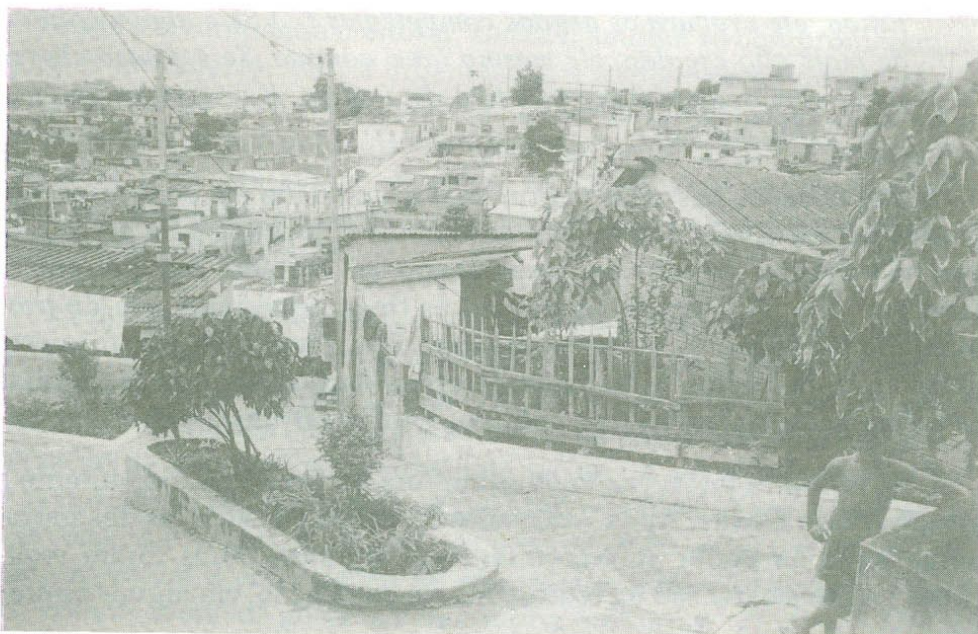
VI. A Experiência de Urbanização na Favela N. Sra. Aparecida

HISTÓRICO DA LUTA PELA URBANIZAÇÃO:

Na virada da década de 1980, a favela Nossa Senhora Aparecida não se diferenciava das demais favelas de São Paulo, no que diz respeito à precariedade de seu espaço físico. Caracterizava-se pela ocupação irregular do terreno, casas mal construídas, carência de infra-estrutura e ausência de serviços básicos essenciais como água, luz e esgoto.

Nesse período, os moradores começaram a se organizar para reivindicar não apenas o acesso a esses serviços públicos essenciais, mas também, a regularização jurídica que lhes permitisse a posse da terra. Inúmeras passeatas até a prefeitura forjaram o caminho para a conquista das demandas. Frequentemente, isto significou uma tarefa árdua, parcial e até mesmo temporária. Exemplo disso, foi a lentidão com que foram sendo implantadas as melhorias - apenas, até o momento, para certas áreas da favela.

A igreja, através das CEBS - Comunidades Eclesiais de Base, teve um papel crucial na mobilização dos moradores, no interior de



Favela Nossa Senhora Aparecida
Setor Urbanizado

uma atuação que foi marcante para várias favelas de São Paulo, a partir do final da década de 1970. O trabalho social realizado pela Pastoral da Moradia mobilizou vários moradores nas lutas para a conquista da urbanização. Estas atividades deram origem, em 1983, à instalação de uma série de equipamentos comunitários na favela, como: a criação da marcenaria, serralharia, fábrica de vassouras, farmácia comunitária, padaria, rádio comunitária, o trabalho com crianças e adolescentes e um grupo de alfabetização.

Neste período, também, iniciou-se uma mobilização para a instalação de luz na favela. Realizaram-se mutirões, onde os próprios moradores instalaram os postes de rede elétrica.

"A gente lutou bastante, sabe? Inclusive para entrar luz aqui. Eu mesma estava grávida, com barriga de 8, 7 meses, barrigão total e puxando poste com corda. Amarrávamos a corda no poste e saíamos naquele mutirão: homem, mulher, criança, todo mundo para aqueles 'bequinhos', sabe? Porque não tinha rua. Fizemos um poste aqui no barranco. Hoje em dia você vê muito poste fora de 'esquadro', por aí. Foi manual mesmo. Daí já veio a luz, depois já veio a água. Foi uma luta tremenda. (...). É uma coisa, é outra (...). É água, é luz, é esgoto." (Moradora)

A Igreja Católica sempre foi um forte ponto de referência; orientava o acesso aos órgãos administrativos, contribuindo para que os moradores adquirissem conhecimento e conquistassem uma autonomia na luta por melhorias dentro da favela.

"Eu vejo a Igreja aqui de muita valia. Pelo menos na gestão do 'Ticão'. Enquanto Ticão estiver aqui, a gente pode contar com muita coisa, porque ele além de Padre, ele se preocupa muito com as pessoas. (...) Ele ajuda a ir brigar, ele ajuda a reivindicar, ele procura os órgãos competentes. Porque ele tem um contato maior. Então, ele procura os órgãos competentes (...) Se é algum contato de mais alto escalão, ele mesmo faz o contato. Se é o caso ele vai junto com a gente fazer esse tipo de contato. E orienta as pessoas (...)".. (Moradora)

Em décadas passadas, a principal dificuldade era conseguir melhorias para a favela devido aos obstáculos colocados pela prefeitura que não admitia investir em áreas ocupadas. Durante este período, a favela N. Sra. Aparecida ocupava dois tipos de terreno: um de propriedade particular e, outro, municipal. Em consequência, foi neste último que se iniciou o trabalho de organização para que as famílias tivessem acesso aos serviços públicos e infra-estrutura básica.

A primeira intervenção da prefeitura na favela se deu durante a gestão Mário Covas. Após várias mobilizações e instâncias dos moradores junto ao poder público municipal algumas obras foram realizadas, como a extensão da rede de luz e a colocação, em alguns pontos

da favela, de encanamentos para o esgoto. Estas obras começaram a ser realizadas através de mutirão; os técnicos da prefeitura apontavam que as máquinas a serem utilizadas não podiam entrar na favela devido ao traçado estreito e tortuoso das vielas. Assim, os próprios moradores encarregaram-se de abrir as ruas a fim de possibilitar a passagem das máquinas. Como relata uma assistente social da favela, *"as famílias se organizaram e iniciaram o trabalho de mutirão abrindo as ruas com as mãos. Abriam a rua no braço, mesmo, e davam condições de entrar a máquina"*.

Em função de trabalhos parciais deste tipo, realizados ao longo de alguns anos, a palavra "urbanização", a princípio, não representa novidade para estes moradores. Alguns dizem ter ouvido falar de urbanização há 12 ou 14 anos atrás. Comentam que várias gestões assumiam o compromisso de iniciar as obras de urbanização, mas isto não ultrapassava o campo da promessa. Uma das iniciativas lembradas foi a do governo estadual, na gestão de Orestes Quércia. Uma enorme placa foi colocada na frente da favela: *"Urbanização da Favela N. Sra. Aparecida - Projeto Piloto"*. A tentativa fracassou quando se colocaram tubos para o esgoto e água que logo ficaram entupidos.

Também na gestão municipal de Mário Covas, foram instalados tubos para o esgoto em alguns locais da favela. Posteriormente, como aponta um líder da favela, *"se descobriu que, em alguns locais, os canos estavam invertidos. Então o projeto que saiu muito caro não foi uma coisa bem feita. Hoje a prefeitura de Erundina teve que gastar não sei quantos milhões para consertar apenas um trecho"*.

A partir da gestão Luíza Erundina, essas intermitentes e restritas intervenções das administrações municipais anteriores ganharam um outro caráter e amplitude. As obras de infra-estrutura foram assumidas como um projeto global de urbanização de toda a favela.

Ainda em campanha eleitoral, Luíza Erundina se comprometera, perante os moradores, com a urbanização e regularização de favelas, durante um ato público em Itaquera. Uma semana após sua vitória, os moradores da N. Sra. Aparecida mobilizaram-se junto aos movimentos de moradia para pressionar e cobrar as promessas de campanha. Realizaram uma grande manifestação em frente ao gabinete da prefeita reivindicando a urbanização.

Foi um processo demorado e difícil, pela sua novidade e complexidade. Várias vezes a população teve que se mobilizar e se reunir com técnicos da prefeitura. Em princípio, a idéia da prefeitura era apenas fazer melhorias em algumas favelas de São Paulo, tais como a canalização de córregos e a limpeza de vielas. Após várias reuniões com os movimentos de moradia se decidiu pela urbanização de algumas favelas, entre elas, a N. Sra. Aparecida. Para esta, o programa adotado envolvia a contratação de empreiteira para a realização das obras, com os recursos geridos pela própria prefeitura.

Como as obras começaram apenas no final de 1991, alguns moradores não acreditavam que ela fosse ser realizada. Consideravam que a iniciativa não passava de mais uma promessa política com fins eleitoreiros tendo em vista as eleições para prefeito em 1992.

"Quando começou a urbanização na 'vila' e comecei a ver as máquinas passando, eu ia lá 'xeretar' e falava assim: 'Ah!, tem coisa com a política, só por que é época de eleição! Os peões falavam: 'Ah!, eu acho que é!'. Até o ponto em que chegou na minha porta (...)". (Moradora).

Além da contratação da empreiteira foi necessário a organização dos moradores através de representantes de rua (ou vielas). Estes deveriam participar opinando e deliberando sobre os projetos e sobre o andamento da obra. Ao contrário de outras favelas, a N. Sra. Aparecida não possui uma associação formalizada juridicamente e sim uma comissão formada por moradores que coordenam as atividades de urbanização. Alguns anos atrás, havia uma associação na vila, a ACORP, que começou o trabalho apoiada pela Igreja. Posteriormente, ela foi desmantelada, pois sua sede foi queimada e todos seus documentos foram perdidos.

Atualmente, há uma disputa entre dois grupos para coordenar as atividades. Um deles está ligado à Igreja e, até o momento, é o que coordena o trabalho de urbanização. O outro, é um grupo que pertence a Vila Santa Inês (área vizinha que não entrou no programa de urbanização) e que já participou da associação da favela há alguns anos atrás.

PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NA URBANIZAÇÃO

Embora o processo de urbanização tenha sido executado por empreiteira, isto não significou que a participação dos moradores tivesse sido excluída. Ao contrário, exigiu-se um engajamento de cada um em todo o andamento da obra, na medida em que os moradores deliberavam sobre as mudanças a serem realizadas, através da discussão dos projetos, e mesmo posteriormente, quando do seu término, na conservação do que já havia sido concluído.

Para este fim, fomentou-se a organização dos moradores para acompanhar o trabalho. As reuniões semanais começaram a se incorporar no cotidiano da favela. Através delas, os técnicos da prefeitura, os representantes de rua e vielas eleitos e os moradores opinavam e decidiam sobre o projeto apresentado. Posteriormente, estas deliberações recebiam o parecer técnico da empreiteira sobre a viabilidade das modificações. Nessas ocasiões, os problemas surgidos no cotidiano da obra como a abertura de ruas e entupimento do esgoto, entre

outros, eram discutidos. Isto possibilitava o estabelecimento de uma linguagem comum lançando uma ponte entre o saber técnico e o saber nascido da experiência do próprio morador, sem ultrapassar as especificidades e os limites de cada forma de conhecimento.

A presença da rádio comunitária possibilitou a continuidade e o incentivo à participação, facilitando a divulgação das informações acerca da urbanização e enfatizando a importância do engajamento de cada morador durante o processo.

A participação dos moradores foi bastante diversificada. Haviam aqueles que faziam parte da coordenação dos trabalhos, os que eram os representantes de rua, os moradores contratados pela prefeitura que trabalhavam diretamente na obra, e outros que participavam, esporadicamente, de alguma atividade.

As formas que a coordenação encontrou para estimular a participação dos moradores na urbanização eram aquelas que já vinham sendo utilizadas pela própria Igreja, como por exemplo, os grupos de rua. Estes originalmente organizados pela Igreja se constituíam como grupos bíblicos. Na favela esta atividade foi readaptada a partir de 1980 com o objetivo de discutir temas da realidade dos moradores. Reuniam-se grupos de vinte pessoas para debaterem sobre os problemas locais. Outras atividades foram desenvolvidas durante a urbanização como gincanas, festas, encontros de mulheres etc.

Foram múltiplas as iniciativas da Igreja e da coordenação dos trabalhos para dar um novo sentido à sociabilidade na favela, tentando aproximar diversas formas de práticas comunitárias ao engajamento mais efetivo na urbanização. Apesar disto, existiu um grau de dificuldade considerável em contar com a participação de muitos moradores. Este fato contrastava com a expressiva participação das mulheres em todas as atividades, transformando até mesmo a sua rotina doméstica.

De maneira geral, os moradores começam a participar da urbanização para reivindicar melhorias para a sua rua, ou para o setor da favela em que moram. O incentivo à participação emerge com a possibilidade de um benefício mais imediato. Este fato revela a dificuldade de envolver moradores em atividades de caráter mais abrangente, que não se restrinja à sua casa ou à sua rua, mas que englobe a favela em sua totalidade. Por outro lado, este caráter mais imediatista significava para alguns o primeiro contato com a perspectiva de uma participação mais articulada.

Uma das moradoras conta que começou a participar da urbanização porque não queria que em frente à sua casa fossem construídos degraus mas sim uma rua, onde os carros pudessem passar. Para reivindicar isto decidiu ir à uma reunião dos representantes de rua com

os técnicos da prefeitura. A partir deste momento passou a fazer parte da coordenação dos trabalhos de urbanização.

"Quando chegou a obra na minha rua, quer dizer, quando eu vi que ia entrar, eu fiquei desesperada, porque eles iam fazer degraus. E eu queria uma rua onde os carros pudessem passar. Aí eu vinha para as reuniões e ficava em cima do pessoal da empreiteira.(...) Até que um dia eu fui convidada para participar de uma reunião com os técnicos da prefeitura para ouvir da boca deles, que a minha rua não dava para ser asfalto, tinha que ser degrau (...). E aí por diante eu comecei entrar na luta, ir para a Regional, HABI central, qualquer canto eu estava lá". (Moradora)

"A gente queria melhoria para nossa parte também. A gente até gritava porque que a parte do Padre tem melhoria e o nosso buraco não tem. Só porque nós não temos Padre? Nós vamos arrumar um Padre também. Mas gritávamos só de brincadeira, né? Então, a gente começou a se envolver e ir para a luta (..) com muita divergência, ainda". (Moradora)

"Porque eles falavam que iam ajudar a gente (área de risco), arrumar um local melhor para morar. Principalmente porque nos barracos em que moramos, toda vez que dava chuva grossa tinha enchente e a gente precisava sair correndo com os filhos. Então, eu tinha que participar para ajudar. Se a gente não ajuda nada vai em frente. (...) Eu vou continuar até o fim, até conseguir". (Moradora)

Da perspectiva de uma das lideranças que coordenava as atividades da urbanização, a dificuldade de mobilização dos moradores envolve a conscientização para uma mudança de postura em relação ao seu cotidiano. *"O momento é que faz participação"*, isto é, os moradores só compareciam nas reuniões quando o assunto era a sua rua. A partir do momento que a obra era concluída naquele local, os moradores dali já não apareciam mais nas reuniões. Com esta postura torna-se difícil novas conquistas para a favela.

"Porque assim, se você não tem um grupo que trabalha a consciência das pessoas, se você não fizer um trabalho de conscientização não adianta nada. "preciso fazer ver que não é só a sua rua que é importante, que não é só a sua caixinha de esgoto que entope, mas a do seu vizinho também (...)". (Liderança)

Outro problema apontado são as relações assistencialistas que ainda persistem entre os moradores e a associação. Há uma considerável dependência dos moradores em relação à associação na solução de problemas cotidianos e as lideranças consideram importante que os moradores tenham mais autonomia para resolver seus próprios problemas.

"Porque eu acho que é assim, eu lembro de algumas Associações serem assistencialistas demais. Não haveria necessidade nenhuma

de você sair daqui debaixo e ir lá em cima fazer um complô, por causa de jogar lixo na frente da casa do outro. Eu acho que é assim, você precisa saber de seus direitos e reivindicar. Mas o que acontece, na maioria das vezes, é que se corre atrás de uma outra pessoa: "Olha fulano, estão jogando lixo dentro da minha casa, o que é que eu vou fazer?". (Liderança).

Essa "dependência", contudo, pode também ser interpretada de outra forma. Ou seja, pode revelar a constituição de um espaço de mediação para a solução de problemas ocorridos entre vizinhos em relação à obra, ou com o poder público. Neste sentido, a associação representa um dos canais mais próximos possibilitando a retirada dessas pessoas do isolamento em que vivem. Esse isolamento expressa as inúmeras formas de exclusão geradas pela pobreza e pela ausência de referências simbólicas de uma sociabilidade cotidiana que ainda não encontrou seus espaços de expressão pública mais acabada. Pode-se, portanto, afirmar que o processo de urbanização garantiu a efetivação destes espaços coletivos para a solução de problemas comuns, mesmo que nem todos atuassem de maneira mais efetiva na urbanização. Algumas ações e relatos revelam a importância que dão à ela e que se constitui também em uma forma de participação. É o caso daqueles que cedem um pedaço de sua casa para a abertura de uma rua ou dos que trabalham diretamente na obra. Independentemente de possuírem carro ou não, os moradores atribuíam um grande valor à abertura de ruas. Um morador comenta os motivos pelos quais não gostaria de morar numa viela:

"Aqui em baixo eu não pretendo morar porque não chega carro. Eu quero um ponto que chegue carro na porta, por causa de uma doença. Qualquer uma de vocês que Deus defenda, adoce, o marido de vocês pega no braço e joga no carro e leva. Aqui, uma adoce [a sua esposa] eu agarro ela e não posso jogar dentro do carro. E como vou carregá-la nas costas num lugar difícil? Não tem condições!". (Morador)

Já outros, preferiam a permanência do traçado das vielas, preocupados com a segurança e o lazer das crianças. *"Não eu não queria rua, eu quero viela; as minhas crianças vão ficar mais à vontade"*.

Um caso emblemático ocorreu no córrego dos Mellos. Nessa área, que está no limite entre a área municipal e a particular, houve uma grande disputa entre os moradores e a prefeitura, pois uma grande parte de terra deveria ser removida do córrego. Por consequência, não havia possibilidade de ser feita uma rua. Optou-se, então, por se fazer uma grande viela. Algumas famílias não gostaram porque não poderiam colocar o carro na frente de casa. Ainda assim, continuava-se a estacionar os carros na viela, mesmo sendo proibido.

Muitas vezes eram pensadas soluções que pudessem mesclar pedaços de viela e de rua para que não fosse necessário cortar algumas

casas. Em geral, as casas são muito pequenas e retirar um pedaço representa uma perda significativa para o morador. Alguns colocavam resistências que eram resolvidas através de uma negociação e esclarecimento das vantagens da abertura da rua.

"Para passar a rua, muitas casas precisaram ser cortadas. Então, é um trabalho meio lento porque ele não é feito na marra. É espontâneo. Então vem a Assistente Social, conversa com o morador. De repente, a pessoa tinha uma casa grande, precisava tirar um quarto. Precisava tirar um pedaço da cozinha. Então muitas pessoas não aceitavam. E aí a urbanização parava até convencer a pessoa. Já parava ali, ali ele ia atrás da coordenação daqui, atrás do pessoal da Prefeitura, Então ele vinha para a gente fazer reunião com todos os moradores da rua, para dizer para todo mundo a vantagem da rua aberta". (Moradora)

A abertura de ruas ou mesmo a realização de obras que envolvessem um grau de complexidade maior demandavam, algumas vezes como último recurso, a remoção de alguns barracos. É o caso de um morador que deixou sua casa para que ali fizessem uma rua. Contudo, na favela Nossa Senhora Aparecida teve apenas dois casos de remoção, procurou-se interferir o menos possível no seu traçado original.

Cabe registrar, ainda, a inexistência de divergências quanto a prioridade de se urbanizar uma região da favela. Havia várias frentes de trabalho e em cada uma executava-se um tipo de infra-estrutura: esgoto, calçamento, ou asfaltamento etc, conforme as necessidades mais urgentes de cada área. Como afirma uma das lideranças não havia disputa ou rivalidade pois o estabelecimento de prioridades quanto à urbanização era realizado com os representantes de ruas ou vielas. Quando uma área da favela não possuía representantes, o conjunto dos moradores decidia. *"É impossível se pavimentar e se colocar frentes de trabalho em toda essa vila num momento só. Então, dava prioridade, começa aqui, faz um setor, enquanto se elabora o projeto da outra rua. Até hoje não houve essa disputa, que seria assim, você criar uma rivalidade".*

A RÁDIO COMUNITÁRIA

A rádio, organizada pelos próprios favelados, foi um dos recursos mais poderosos para a organização e participação dos moradores no processo de urbanização. Segundo uma moradora da favela o início de sua atuação esteve associado aos avisos dados pela rádio: *"anunciavam na rádio, os moradores iam chegando lá. Aí eu cheguei e comecei a ouvir nas reuniões".*

Realizando campanhas educativas a rádio orientava os moradores nos múltiplos aspectos que envolviam a urbanização alertando, por exemplo, para não jogar lixo nas caixas de esgoto evitando problemas de entupimento.

"Ah!, informação a gente passava assim, sempre alertando as pessoas para não jogar coisa dentro das caixinhas que estavam sendo feitas para não entupir. Porque as pessoas acostumadas com esgoto à céu aberto jogavam tudo lá dentro. Quando viram a caixinha, começaram a jogar dentro da caixinha. Ai pronto, as primeiras caixinhas, dentro de um mês, dois, já estavam entupidas. Então, a gente estava fazendo assim um tipo de trabalho de conscientização com as pessoas". (Moradora que trabalhava na rádio comunitária)

Além disso, a rádio esteve presente no cotidiano dos moradores, indicando endereços, pedindo ajuda para moradores em dificuldades, anunciando festas, atividades comunitárias, oferecendo músicas, etc.

"Era um serviço muito gostoso. Se morria uma pessoa eu ia lá anunciar. Às vezes a família não tinha condições de enterrar. Então eu ia pedir ajuda pela rádio para as pessoas ajudarem a fazer o enterro. Tudo. O rádio aqui dentro é um meio de comunicação. A gente anuncia festas que vai ter. Festas juninas, carnaval, mesmo festas assim do cotidiano. Bingos que a gente faz muito para poder ajudar na escola, porque lá na escola é assim, vem a comida, vem professor. Mas não vem verba para pagar as cozinheiras. Então, a gente está sempre fazendo uma coisinha aqui, uma coisinha ali para entrar algum dinheirinho para pagar as cozinheiras. E para comprar produtos de limpeza e o gás que isso a Prefeitura não dá. Não fornece. Então, é muito gostoso, sabe? É uma coisa que eu fazia porque eu gostava mesmo. Oferecer música para o povo. Ai, que gostoso! Ah, vai passar a música para o namorado num sei o que. Ah, eu quero uma música para a mamãe. Eu quero uma música para o meu namorado. Quero uma música para o meu filho que está fazendo aniversário hoje. Ou Então, se sumiu uma criança, se sumiu um animal eles vinham correndo: 'sumiu meu gato. Anuncia aí se alguém achou'". (Moradora que trabalhava na rádio)

A rádio surgiu em 1983, conjuntamente com a instalação de outros equipamentos comunitários na favela. A criação da rádio surgiu da necessidade de informar e chamar os moradores para as reuniões e mobilizações na prefeitura ou no interior da favela. Inicialmente, eram entregues panfletos em frente à Igreja que não surtiam efeito; eram jogados fora pois a maioria das pessoas não sabiam ler ou escrever. Resolveram, então, tomar de empréstimo um megafone da Paróquia e com ele percorriam a favela anunciando as reuniões, eventos e atividades. Essa estratégia deu resultados positivos, mas o deslocamento com o equipamento por toda a favela era uma tarefa trabalhosa. Foram feitas reuniões para discutir o problema e se elaborou um projeto de

apoio à compra de equipamentos. O financiamento foi obtido e a rádio foi montada.

A partir de seu funcionamento, vários programas foram realizados além dos avisos que eram dados diariamente. Veiculava-se um noticiário sobre temas gerais e também sobre movimentos populares, entrevistas com os moradores da favela, receitas caseiras, esportes, horóscopo e, também, momentos de reflexão religiosa. Atualmente, por motivos vários, essa programação diária não funciona mais.

MUDANÇAS TRAZIDAS PELA URBANIZAÇÃO

Para os moradores da N. Sra. Aparecida, o local já não apresenta mais a aparência de favela. Tornou-se uma "Vila" como desejavam desde o início de suas lutas por melhorias. Segundo eles, atualmente, o local assemelha-se a um bairro como qualquer outro da cidade de São Paulo, pois já quase não existem barracos de madeira, os carros podem entrar pelas ruas recentemente abertas e, futuramente, esperam que até linhas de ônibus passem por ali. Mas, as alterações não dizem respeito somente ao aspecto físico e paisagístico da favela. Existe toda uma relação complexa com o local e que pode gerar atitudes contraditórias. Por um lado, o enraizamento de alguns moradores ao local já que se sentem mais seguros pelo fato de ter sido urbanizada; e, por outro, a existência de moradores que pensam em sair da Vila.

Para os primeiros, a urbanização afasta a possibilidade de remoção e os incentiva a investir em suas casas, como demonstra o comentário abaixo de uma liderança:

"Porque ele acaba tendo uma segurança de que ninguém vai conseguir jogar mais ele para fora. O que não aconteceu na era Jânio, quando todo mundo vivia com medo de ser tirado à força da favela. Então, não tem como você investir numa coisa insegura. Mas, a partir do momento, que começou a urbanização, foi muito rápido, hoje tem vários sobrados aqui dentro, casas a ponto de sobrado, cada vez mais, porque os moradores, eles se sentem já com uma certa segurança para construir".

Quanto aos que desejam sair cabe registrar que a favela N. Sra. Aparecida vem sofrendo inúmeras modificações no seu perfil. Antigos moradores com um nível de renda mais baixo, freqüentemente desempregados, vendem suas casas para pessoas que antes pagavam aluguel, muitas vezes sem a noção do valor real do que estão vendendo. Encontrando dificuldades em outro local - na terra natal ou em outro bairro - terminam voltando para favela sem conseguir se estabelecer nas mesmas condições.

"Eu acho que elas vendem porque pensam que o dinheiro que estão recebendo tem um valor, que elas vão poder sair ou ir embora e chegar lá no Norte com muita grana, e comprar alguma coisa. Na verdade, quando ela for comprar a passagem, ela vai ver que o dinheiro já não dá. (...) Aqui acaba valorizando, na medida que, o pessoal está pondo asfalto. (...) Então, as pessoas pegam 40 milhões e vão embora. Só que o cara que veio de aluguel, ele tem uma outra formação, ele entra, ele consegue fazer um sobrado, consegue melhorar rapidamente, então ele vai conseguir mais grana com aquele espaço. Tem acontecido muito isso". (Assistente Social)

Os motivos para quererem vender suas casas são inúmeros. Com o crescimento da especulação imobiliária no local, a casa torna-se uma possibilidade de investimento capaz de viabilizar antigos projetos pessoais. O que frequentemente se relata é o sonho de poder voltar para a terra natal, com um capital suficiente para se montar um negócio próprio. Pensa-se em voltar mas em uma situação diversa daquela vivida na cidade, isto é, não submetendo-se à condição de empregado e ou às experiências de trabalho já vividas.

"Vou chegar lá independente, não vou depender de ninguém, vou ficar na minha casinha, vou ter meu dinheirinho onde comprar meu arroz e feijão, eu acho que prá mim tá bom do que ficar aqui, só no meio de estranho. (...) Eu vou por um negócio, se Deus quiser eu vou por um negócio na Bahia". (Morador)

Com o processo de valorização dos imóveis há casos de moradores que vendem suas casas e compram outra na própria favela. Estimulados pelo lucro que adquirem entre as diferenças de valor de compra e venda, acabam por comprar um barraco em local não urbanizado e ainda bastante precário.

Todavia, é ampla a concordância de que a urbanização trouxe uma série de benefícios: a abertura das ruas possibilitou o acesso aos serviços públicos como a coleta de lixo, a passagem do caminhão de gás, a entrada de carros, a locomoção das pessoas.

"Melhorou porque aqui não tinha lixeiro. Não entrava aqui dentro na favela. (...) Geralmente o lixo era jogado por aí de qualquer jeito. Tem o esgoto, tem as águas pluviais, tem as drenagens das minas. Cem por cento, melhorou. Porque não tinha nada. Não tinha acesso a coisa nenhuma. Ambulância não entrava. Um carro não entrava. A gente tinha que sair com o doente nas costas. (...) Eu não tenho do que queixar, não. Eu tenho que queixar que não está pronto o resto ainda, só isso". (Moradora)

"Acho que a urbanização é o primeiro passo para que as pessoas saiam daquela situação de calamidade que viviam, que era o quê? As pessoas não tinham esgoto, as pessoas não tinham uma condição mínima. Tanto que muita gente quando começamos o processo de

fazer caixinhas de esgoto individual, têm pessoas até hoje que elas fazem o quê? Ela lava roupa todo santo dia, todo dia ela vai no tanque dela, ela tira aquela água de cândida, ela joga, destampa a caixinha dela, joga bastante cândida, lava e tampa de novo. Você imagina o que é isso? (...) Hoje ela não tem que passar lá por cima com o esgoto a céu aberto, ela sabe que tem a caixinha dela".
(Moradora)

A urbanização da favela contribuiu para que os seus moradores se sentissem menos estigmatizados em relação ao seu local de moradia. Passam a dar seu endereço para correspondência e entrega de compras.

Atualmente, uma das principais preocupações da Pastoral e das lideranças refere-se à questão da cultura política. Procura-se atuar frente às atitudes individualistas que podem aparecer de forma mais acentuada após as melhorias advindas da urbanização da favela. A Pastoral tem como meta fundamental orientar os moradores para outras necessidades e reivindicações da região, que ultrapassem o processo de urbanização. Para isto, colocam a ênfase e o estímulo nas atividades culturais e comunitárias.

"A tendência é assim, o morador (...), ele subir esse muro, fazer aquela casa individual, onde ele não queira mais ouvir a voz do vizinho, onde ele tem horror da telha, e onde só esteja ele (...). Isto é ruim, porque você cria, a partir daí, um individualismo muito grande. Hoje, a gente tenta trazer o pessoal (...), que é uma proposta nossa, fazer eventos, trabalhos com teatro, até mesmo cinema, tentar telões. É este o objetivo do trabalho da Pastoral - que a gente atue nesse lado cultural, porque se isso vier acontecer a gente tem um lado garantido, que é o lado da participação, que é o lado mais cultural" .. (Liderança)

A questão cultural vem sendo uma das principais preocupações das lideranças da favela. Segundo eles, através de atividades culturais há a possibilidade de integrar os jovens e garantir uma maior participação dos moradores. Através de festas, shows e teatro reúne-se as pessoas e, neste momento, se pode, também, discutir problemas comuns relativos à favela.

O PROBLEMA DO LIXO

Um dos problemas principais da favela está ligado ao despejo de lixo nas vias. Durante vários anos existiram alguns mutirões de limpeza na favela numa tentativa de compensar a ausência de coleta de lixo. Atualmente, embora existam pontos estratégicos de coleta de lixo reconhecidos pela população, muitos persistem em depositá-lo em locais não apropriados.

Um caso exemplar foi o que ocorreu na entrada da favela onde, espontaneamente, um ponto de lixo foi criado. Os moradores de outras áreas depositavam seu lixo doméstico naquele local ocasionando uma série de transtornos para seus vizinhos. Após uma reunião organizada na própria entrada da favela, alguns moradores incumbiram-se de limpar a área. Plantões foram feitos à noite para avisar e proibir as pessoas de jogarem o lixo e uma placa de proibição foi afixada. Assim o problema na entrada foi sanado, apesar de continuar em outras partes da favela.

Algumas maneiras de solucionar a colocação indiscriminada de lixo vem sendo adotadas pelos moradores. Entre elas, estão as reuniões realizadas por rua e a vigilância. Esta pode ser em grupo, quando atinge os moradores de uma rua, como foi o caso citado acima, ou individual, quando o problema afeta particularmente a frente da casa.

"Porque eles não tem reconhecimento, certo. Porque ninguém admite sujeira na sua porta, certo. Foi anunciado na igreja que não era prá colocar. Eu pego meu lixo, levo lá em cima, levo no 'Cinturão Verde' (área em torno da favela). Todo mundo deveria fazer isso e ninguém faz. Agora, hoje eu vou trabalhar de vigia aqui em cima da laje, 'tocaiando' que ninguém vai colocar lixo (...), de hoje para amanhã ninguém coloca lixo". (Morador).

Estas iniciativas colocam em evidência a dificuldade de solucionar este problema na medida em que ele comporta uma série de significados diversos pelos quais os moradores se relacionam e apreendem o espaço de uso comum e o espaço privado da sua própria casa. Neste sentido, não bastaria, apenas, proporcionar aos moradores uma educação ambiental para que deixassem de jogar o lixo em lugares inadequados. A relação que estabelecem com o que está à sua volta pode estar entrelaçada com questões de diversas ordens. Pode se tratar de uma resposta à negligência do poder público em atendê-los através de serviços essenciais e que lhes possibilitaria uma melhora na qualidade de vida. Visto desta forma, poderíamos entender o descuido com equipamentos de uso coletivo na favela como uma relação de reciprocidade - pouco recebem e portanto pouco zelam.

Além disso, o problema com o lixo revela um conflito presente em qualquer esfera social e não restrito à favela N. Sra. Aparecida. Este poderia ser traduzido pela ausência de vínculos sociais que garantam a percepção do outro. As posturas são extremamente individualistas por não existirem códigos coletivos de conduta que estabeleçam uma referência de respeito para com o outro.

"A FAVELA DEVE SE TORNAR UM BAIRRO"

Apesar da urbanização ter concretizado uma série de melhorias, alterando significativamente a condição de vida dos moradores, anti-

gas carências ainda pendem, algumas ganham novos sentidos e outras novas surgem.

A conclusão das obras da urbanização tornou-se um dos pontos de referência centrais norteando e ampliando o universo de necessidades e aspirações dos moradores. O término das obras não só representa a possibilidade concreta de acesso aos serviços básicos mínimos, mas também a abertura para outras demandas e a própria transformação e ampliação da noção do que seria viver num local urbanizado.

Água, luz, esgoto e calçamento deixaram de ser uma preocupação mais imediata, pelo menos, no setor já urbanizado da favela. Neste setor, apesar das obras de infra-estrutura já estarem consolidadas, os trabalhos de urbanização não são considerados como encerrados, pois ainda não existe para os moradores a percepção de que a favela tenha se tomado de fato um bairro. Faltam ainda a construção de um posto de saúde, de uma delegacia, de espaços de lazer e atividades culturais que incentivem a preservação do que foi realizado no decorrer dos últimos anos, assim como a conclusão das obras nas demais áreas.

"Ah!, eu acho que ter uma delegacia também é bom. E, também, um lazer. Lazer para as crianças se divertirem, brincar. E fazer um lugar assim (...), no tempo de calor colocar uma piscina. Fazer uma piscina para tomar banho. Fazer um clube. Divertimento, né? Aqui não tem. Que creches? Creches tem bastante. Um campo de futebol, também. Para os rapazinhos. Aqueles que estão crescendo, estão iniciando. Ter um campo de futebol para jogar bola, porque tinha campo de futebol, era ali no campinho. Ai tiraram o campo porque diz que ali no campinho tinha um dono. Ai resolveram fazer os prédios. Mas ali quando estava o campinho era bom, nossa! Domingo, todo do mês vinha time. Porque eu sei, porque moro há muito tempo aqui. Muitos anos aqui. Vinha time de longe. De carro, de ônibus, de caminhão (...)". (Moradora)

"Terminar a urbanização. Aqui na favela ainda falta muita coisa. Falta terminar essa urbanização que foi começada. E ampliar a rádio. Agora, em primeiro lugar, mesmo, é o término das obras. Urbanizar a vila como um todo que tem uma parte dela lá embaixo que ainda não entrou benfeitoria nenhuma". (Moradora)

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A urbanização transformou de modo marcante a rotina de parte considerável das mulheres da Nossa Senhora Aparecida. A partir do momento em que se integraram às atividades ligadas à urbanização,

passaram a viver uma experiência de referências mais coletivas que ultrapassavam os limites do espaço doméstico.

São elas, em geral, que mais participam por estarem mais presentes na rotina diária da favela. Através desta participação adquirem uma nova percepção do local onde moram e de seus vizinhos. Entram em contato com diversos moradores durante as atividades de urbanização reconhecendo a dimensão dos problemas que existem em torno delas.

Anteriormente à urbanização, encontravam-se isoladas no núcleo doméstico e restritas a questões particulares. A urbanização representou a possibilidade de poderem pensar e contribuir para problemas de ordem coletiva.

"Eu me empolguei demais com aquilo [a urbanização]. De repente, me vi numa tal situação (...). Porque aí eu tinha duas vidas, tinha uma vida aqui na favela, que é o lugar onde eu moro e tinha uma vida dentro da minha casa. E chegou num ponto que eu acabei até esquecendo da minha vida em casa (...). Hoje eu não consigo mais me imaginar sem fazer o que eu faço, não só em termos de urbanização, mas tenho hoje um papel desenvolvido mais para o lado da cultura, que é trazer atividades culturais aqui para o pessoal".
(Liderança)

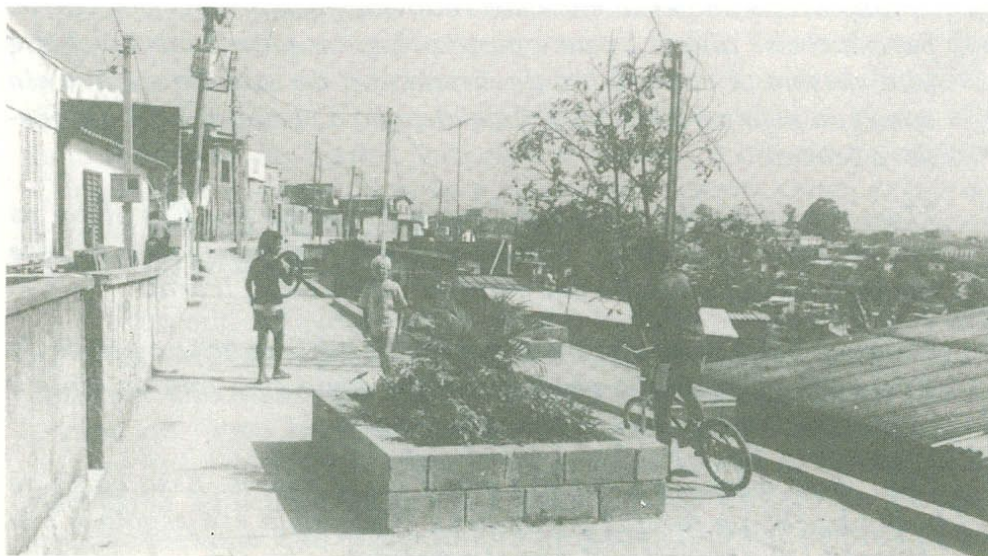
"Porque eu aprendi bastante coisa. Ah!, mas olhe! Aprendi, né? Assim sobre a Prefeitura. A parte de projeto, parte disso, aquilo. A gente convivendo assim com eles a gente vai aprendendo mais. Entendeu? É que nem uma escola. É que nem uma professora que ensina os alunos. E eu fiquei assim também com a mente mais aberta. Mais ativa". (Moradora)

Mesmo que a atuação das mulheres seja reconhecida por todos os moradores como fundamental para o andamento das atividades de urbanização, há uma resistência para que elas possam também decidir os rumos que devem tomar as obras. Certa vez, num dia de semana, a maioria presente na reunião eram mulheres que aprovaram um projeto de urbanização para uma das ruas da favela. Posteriormente esta decisão foi contestada pelos homens por acharem que uma reunião em que só estavam presentes as mulheres não poderia ter validade. Contudo, estas atividades serviram para que estas mulheres descobrissem que podem decidir sobre questões que antes estavam restritas ao universo masculino. Por consequência, cada vez mais é marcante a atuação destas moradoras com o objetivo de conquistarem melhores condições de vida para a favela.

Conclusões

Os relatos das duas experiências de urbanização de favelas com autogestão não significam a pretensão de realizar um balanço crítico de uma política pública de habitação de interesse social, em São Paulo. Mesmo porque para isto teríamos que ter aprofundado os relatos de outros personagens que contribuíram com a experiência de maneira significativa: técnicos do poder público que conceberam e implantaram esta experiência, assessores técnicos como arquitetos, sociólogos, assistentes sociais e outros envolvidos, e as lideranças dos movimentos de favelados. Isto para falar dos mais importantes entre os múltiplos atores que estiveram envolvidos na experiência. Por outro lado, teria sido da maior importância investigar algumas outras cidades onde tal experiência foi levada com sucesso. Este é o caso da cidade de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, onde, durante a gestão do Prefeito Celso Daniel, também do PT (1989-1992), a urbanização de favelas com autogestão parece ter alcançado níveis de integração de todos os órgãos do governo municipal, com resultados mais expressivos do que em São Paulo.

Por certo que todo um registro de "pontos fracos" da experiência de urbanização com autogestão não deixam de serem assinalados, sobretudo pelas lideranças. Alguns relatos permitem compreender como a política para as favelas de São Paulo não foi considerada como prioritária dentro do governo de Luiza Erundina, não obtendo uma integração entre os diversas secretarias de governo. Isto prejudicou em muito a contribuição de outras instâncias de governo no programa de habitação de interesse social. Nem todas as regionais de HABI, segundo as lideranças, souberam ou fizeram um trabalho mais pro-



SEHAB/SP
Rubens Martins

Favela Nossa Senhora Aparecida
Setor urbanizado

fundo de conscientização para as tarefas de implantação da experiência. É isto que as lideranças se referem quando apontam que faltou um trabalho "social", nas favelas. Muito foi deixado sob a responsabilidade das lideranças ou das assessorias técnicas.

Por outro lado, aponta-se, também, a nível mais geral, as falhas na política de comunicação da prefeitura de Luiza Erundina. Esta experiência foi muito pouco, ou quase nada, divulgada nos meios de comunicação de massa, em que pese a postura de oposição prévia destes meios em relação ao governo Erundina. Isto revelou-se, mais nitidamente, durante a campanha eleitoral do PT em 1992, visando eleger o sucessor de Erundina. A experiência de mutirões com auto-gestão pouco foi divulgada, no âmbito dos programas de TV do partido. E, aqui, quando as lideranças falam em "falha de comunicação" não estão apenas se referindo aos momentos de campanha eleitoral. Conquanto extenso, vale registrar o depoimento de uma liderança do Icarai:

"Aquilo que aconteceu na Câmara (refere-se às mobilizações para aprovação do projeto de lei do CDRU) que os vereadores fizeram (...); aquilo era para fazer campanha o ano todo. Não tinha um porta-voz do governo Erundina que dissesse: 'olha o absurdo que fizeram (...), por um voto não aprovaram o projeto (...). Pussem alto-falantes, usassem o telão lá no Mappin para que o povo que passasse na rua soubessem que um único voto necessário era de um vereador que saiu da sala na hora da votação. E, o projeto da posse da terra, não foi aprovado. Eles podiam usar esses recursos (...) para a mobilização da população (..)".

Em segundo lugar, e de uma outra ótica, pode-se afirmar que esta experiência impulsionada na gestão Luiza Erundina teve seu sucesso reconhecido, sobretudo, pelos moradores nas favelas analisadas, girando em torno de alguns pontos essenciais. Relatos não incluídos no estudo nos dão conta de que foi clara a opção, do governo Erundina, de trabalhar "para a periferia".

"Paulo Maluf só pensa mais nas rodovias para proteger os carros para a classe alta (...) nem é para a classe média. É para a classe alta, mesmo. A raiva deles, da direita (...), da Erundina, é que ela começou pela periferia, deu mais atenção à periferia (...)". (Moradora Icarai).

"Tem duas coisas importantes que a Erundina fez. Ela olhou as coisas para os pobres: trabalhou sobre os transportes e esse negócio da urbanização por mutirão". (Morador, Icarai)

"O partido que mais ajudou os pobres foi o PT, agora na gestão da Erundina. O Jânio Quadros recebia a gente com jato de água e areia (...)". (Moradora N. Sra. Aparecida).

"Ah!, pelo menos a Erundina olhou pelos pobres. Essa coisa de urbanização de favelas partiu dela. Isto daqui era esgoto a céu aberto (...)". (Morador N. Sra. Aparecida).

"Erundina trabalhou mais para a periferia. Trabalhou mais para o lado de cá. Ela não fez obras faraônicas beneficiando os bairros ricos. Ela fez muita coisa (...) levando em conta o nosso trabalho de urbanização. No transporte, também. Mesmo na educação, ela foi uma das melhores (...) dos melhores prefeitos que eu já conheci em São Paulo". (Liderança Icarai).

Os relatos poder-se-iam multiplicar. Importa, contudo, verificar que a gestão de Luiza Erundina não é apenas valorizada pela atenção dada aos problemas da periferia. O que é mais enfatizado é que a gestão municipal soube reconhecer nos movimentos organizados os interlocutores legítimos para a abertura de canais de participação e negociação com a população "da periferia". Os depoimentos afirmam, de várias maneiras, que durante a gestão de Luiza Erundina, sentiam-se "em casa" quando compareciam aos órgãos do governo municipal ou, mesmo, na sede da prefeitura quando, então, dialogavam direto com a Prefeita. Neste sentido, ao ressaltarem a importância do diálogo, a transparência nas relações com a prefeitura e a abertura de espaços de participação, os relatos assinalam para a lição de democracia proporcionada: "então, o governo da Erundina foi um governo de abertura, foi um governo que deu uma lição de democracia (...)", afirma uma liderança da N. Sra. Aparecida.

Outro ponto importante de ser destacado é que as tarefas de mutirão com auto-gestão propiciam um outro sentido para o que se entende por trabalho comunitário. Não se trata de apenas valorizar as tarefas comunitárias que são desenvolvidas no local, em torno das atividades de organização e implementação das obras de urbanização, conquanto estas se vejam incrementadas. Trata-se, outrossim, da percepção da construção de todo um espaço de novas sociabilidades que passam a forjar a noção de conquista de um patamar mais amplo de cidadania.

Com efeito, a política de urbanização de favelas associada à conquista da posse da terra, através do projeto de regularização fundiária, abre novas perspectivas na luta por direitos à moradia e à cidade. E, isto, ultrapassa o nível local e comunitário de participação. Veja-se, por exemplo, ao longo do texto, toda a "descoberta" que as mulheres fazem da política ao participarem das mobilizações na Câmara Municipal. E, isto é sentido como um direito, como afirma uma moradora do Icarai: "nós nunca tivemos o direito de chegar na Câmara que é a casa do povo e falar o que a gente sente, exigir o que a gente precisa. Na Erundina nós tivemos este direito e espero que o Maluf não vá cortar este direito (...)".

Para outros favelados envolvidos há mais tempo em um processo de lutas, reivindicações e mobilizações, a questão da autogestão dos recursos em mãos dos moradores em favelas significou um novo campo de lutas. Isto aparece explícito em toda a sua plenitude no projeto de lei do FNMP - Fundo Nacional de Moradia Popular. Embora não caiba aqui uma visão mais detalhada do projeto do Fundo,¹ é preciso ressaltar que esta primeira iniciativa popular de projeto de lei,

elaborada pelos movimentos de moradia em todo o país, configurou-se como uma proposta alternativa de política pública. Neste sentido, visa a implementação de programas habitacionais de interesse social destinados a atender problemas de moradia de famílias com renda até 10 salários mínimos (70% dos recursos devem ser dirigidos para famílias entre 0 a 5 salários mínimos). Na concepção do projeto do FUNDO os recursos - entre os quais 60% devem provir da aplicação do FGTS -, deverão ser direcionados a projetos que tenham como agentes promotores as organizações comunitárias, associações de moradores, cooperativas habitacionais de sindicatos e populares, promovendo a inserção de um maior contingente de população nas redes de organização solidária.

É importante mencionar, ainda, que durante as várias etapas em que foi elaborada a proposta do FUNDO, foi realizado um intenso debate entre entidades e movimentos por moradia onde foram discutidas questões fundamentais, se ressaltando, entre elas, a autogestão ou a co-gestão de fundos sociais e a importância de cooperativas como agentes promotores ao nível da formulação de políticas públicas alternativas. Além de novos patamares de debates, as lideranças dos movimentos que hoje estão engajadas na elaboração de leis que ampliam os direitos à moradia e à cidade, não hesitam em assinalar a importância que tiveram as lutas e negociações, as mais diversas mas, também, as experiências de cooperativismo e autogestão através dos projetos de mutirões habitacionais, como foi o caso dos projetos impulsionados por governos municipais de corte democrático.

Assinalamos, também, que a questão da autogestão tem sido colocada pelos movimentos de moradia em outras esferas de negociação de políticas públicas para a moradia e a cidade. Este é o caso da participação dos movimentos de moradia no âmbito da elaboração de Leis Orgânicas em algumas das principais cidades do país e, também, em outras esferas de debates e negociações: Fórum Nacional de Habitação, Câmara Setorial da Construção Civil, etc.²

Nosso objetivo, como já assinalado, foi tão somente apreender através das representações e imaginário dos entrevistados, nas duas favelas, como esta experiência rebate sobre uma cultura política que aponta para a conquista de direitos à moradia e para a construção de uma noção de pertencimento à cidade para fazer frente à exclusão e a segregação.

Neste sentido, pois, alguns elementos devem ser registrados. Inicialmente, a percepção de que esta experiência não se reduz apenas ao regime de mutirão, de longa data presente em várias experiências no Brasil. Na experiência de autogestão, a questão da moradia ultrapassa a visão estreita e restritiva da mera construção de casas ou de infra-estrutura. Envolve a participação dos moradores e/ou mutirantes em uma discussão sobre o ambiente urbano mais abrangente no qual essas moradias estarão inseridas. Pois, quando famílias moradoras em favelas contribuem para elaborar propostas de urbanização, colocam em questão não apenas onde deverá passar a rede de esgotos, quais as

ruas que deverão ser calçadas, quais os melhores projetos de construção de casa, etc., mas uma série de outros temas: a qualidade da água que vão beber; a saúde e a melhoria da qualidade de vida das famílias; os equipamentos sanitários que cada casa deve possuir; a eliminação da sujeira; a coleta seletiva do lixo; a individualização das casas através de uma placa que indica um número de identificação; a construção de creches (inclusive para abrigar as crianças enquanto se trabalha no mutirão); a escolha de locais onde será localizada a praça, o Centro Comunitário, a cozinha comunitária, etc.

Por outro lado, se ressalta a possibilidade da construção de uma noção do que é bem comum ou público. Isto aparece mais claro com o "despertar" para as questões do meio ambiente que circunda a favela. Questão esta espinhosa devido à tradição cultural existente na sociedade brasileira de desrespeito ao bem comum. Ao longo dos relatos sobre a questão do lixo percebemos o quanto ela é importante e o quanto ainda falta para ser feito. Se alguns adquirem a consciência de não jogar o lixo em qualquer lugar, ainda há muitos que não se deram conta da importância da coleta do lixo e continuam jogando dejetos nos novos encanamentos realizados durante o processo de urbanização. É isto, então, que constitui, hoje, uma das demandas principais das lideranças de todas as favelas de São Paulo, em processo de urbanização: educação ambiental e recursos financeiros para uma política de coleta seletiva do lixo.

Enfim, o que está sendo colocado em debate é a construção de bairros e as múltiplas redes de sociabilidade e identidade que eles ajudam a forjar. Na realidade não é apenas a infra-estrutura ou a melhor qualidade das casas a um custo menor que está em jogo. Mas, sim, o trabalho coletivo na construção de um ambiente que promova uma vida mais digna. Como foi visto através dos vários relatos ao longo do trabalho, a urbanização das favelas por autogestão abre o caminho para que se construam espaços públicos, no sentido de espaços onde novas sociabilidades e laços de identidade podem ser forjados. Isto aparece, nitidamente, nos relatos que demandam espaço para praças "onde possam se encontrar, conversar e trocar idéias", centros e atividades culturais, traçado de ruas e locais para crianças brincarem, etc. Demanda-se espaços, enfim, onde "a palavra e a ação permitam a construção de um mundo comum".³ Como afirma uma moradora de N. Sra. Aparecida, "*precisamos de espaço para discutir, conversar e entender (...) (um espaço) para fazer política porque política é discutir, conversar e entender*".

Ao longo da história de nosso país, a construção da cidadania não significou um patamar de reconhecimento da universalidade de direitos que estendessem a igualdade e equidade como regras da vida comum. A injustiça social e a desigualdade permearam uma trajetória longa e penosa que, via de regra, abriu caminhos para o predomínio de relações pessoais hierarquizadas e excludentes.⁴

É no interior deste quadro que este estudo procurou se centrar nas representações e imagens que atribuíam significado à exclusão -

não apenas como vivência de um universo de carências, mas como uma trajetória de denegação de direitos básicos, configurando aquilo que enfatizamos como *apartheid* social urbano. Na multiplicidade de relatos apontados, emerge um imaginário que coloca o direito à moradia (casa digna e posse da terra) como um patamar mínimo de conquista da cidadania, permitindo a construção da noção de pertencimento à cidade e à sociedade.

Procuramos, então, apontar para a coexistência, em um mesmo espaço social, de matrizes tradicionais e modernas de compreensão da cidadania.

Com efeito, matrizes tradicionais ainda persistem apontando para: a reposição de relações hierarquizadas no espaço urbano; a reiteração da deslegitimação das diferenças; a permanência de tradições culturais repondo um imaginário tutelar, como aparece nos relatos de alguns entrevistados; e, o peso de relações pessoais que ainda se apóiam nos códigos provindos da vida privada. Com certeza, são matrizes que incidem na percepção de desrespeito ao que significa bem comum ou público. Revelam, também, que a questão do reconhecimento do outro, ou melhor, da questão da alteridade se coloca como um grande problema social e político.

Por outro lado, apontamos, também, a emergência matrizes mais modernas de compreensão da noção de cidadania. São matrizes construídas em tempos mais recentes no interior da experiência de luta por direitos que desde os tempos da elaboração da Constituição Federal, nos anos 80, têm informado a ação de muitos movimentos sociais.⁵ Expressam, portanto, as percepções das lideranças que apontam para demandas importantes na ótica da consciência do "direito a ter direitos". São, entre outras, falas que explicitam a bandeira de lutas da Reforma Urbana e a necessidade de luta pela democratização das comunicações, na medida em que se reconhece o peso da manipulação da mídia, principalmente a televisiva. Daí, as demandas por uma série de atividades culturais que implementem a organização e a participação, a informação sobre direitos e os cursos de formação.

Todavia, o que é preciso ressaltar, aqui, é que embora coexistam matrizes tradicionais e modernas de compreensão da questão da cidadania, em todas elas aparece a percepção da ilegalidade em que vivem, da desigualdade e da injustiça enquanto ruptura de reciprocidade e de normas de equidade.

É no interior deste quadro que a conquista da legalidade dada pela posse da terra e a construção de bairros através da urbanização significa, para os entrevistados, a perspectiva de saída do mundo estigmatizado da exclusão e a construção do senso de pertencimento à cidade. Nestes termos, a demanda por direitos (moradia "digna", autogestão dos recursos em mãos dos favelados, etc.) não se constitui, apenas, em uma petição de princípios. E, sim, um modo específico de se construir relações e práticas sociais que signifiquem poder viver a vida com dignidade. Em um sentido preciso significa recompor a noção de reciprocidade através de regras de equidade, de tolerância à

diferença e da perspectiva de construção de um mundo comum plausível de ser vivido.⁶

E é isto que esta experiência aqui relatada coloca enquanto possibilidade política. De um lado, frente ao Estado de "Mal Estar" social vigente em nossa sociedade, a questão da autogestão e do direito à moradia se coloca enquanto agenda de lutas, mobilizações, reivindicações e negociações dos favelados e lideranças através de suas organizações e movimentos. De outro lado, se coloca como perspectiva para aqueles que hoje estão envolvidos nas tarefas democráticas de elaboração de propostas de políticas públicas que impulsionem o direito à moradia e à cidade.

É para estes, principalmente, que esperamos ter deixado claro que o estudo de elementos simbólicos e culturais que informam percepções, imaginários e representações daqueles para os quais as políticas serão encaminhadas torna-se ponto fundamental na agenda de prioridades. Principalmente, para aqueles que lideram a participação dos envolvidos. A complexa relação entre aspectos econômicos, sociais, ambientais e, sobretudo, culturais, envolvidos na formulação de propostas públicas alternativas é uma questão que até mesmo os partidos de esquerda no país têm dedicado pouca ou nenhuma atenção. Pensamos que um exemplo possa ser retido quando demos ênfase a como os favelados (e, não as lideranças) apontavam para a necessidade de adquirir a posse da moradia, através da outorga onerosa. Por meio disto se coloca como possibilidade a construção da noção de reciprocidade. *"É legítimo pagar, mesmo que seja por longos anos; não é digno receber de graça, pois isto não confere o direito"*.

Ao encerrarmos este trabalho, o cenário político da cidade de São Paulo é outro. Há um ano da gestão Maluf romperam-se os canais de participação dos movimentos, cortaram-se verbas dos mutirões de São Paulo e os movimentos só conseguem atenção do Prefeito à base de mobilizações dos sem-terra em frente à Prefeitura e outros órgãos do governo municipal. Maluf propôs o "Projeto Singapura" para as favelas, onde os privilegiados são as empreiteiras e o projeto de CDRU, promessa de campanha, até agora não foi reencaminhado à Câmara Municipal. Na agenda política dos movimentos de favelados se coloca portanto, a necessidade de muitas mobilizações, reivindicações, negociações e lutas para a conquista do direito à moradia e à cidade.

NOTAS:

(1) SILVA, A. A., 1993; VÁRIOS AUTORES, FASE, 1993.

(2) Ver SILVA, A. A. & SAULE Jr., N., 1992; SILVA, A. A., 1993, citado.

(3) ARENDT, Hannah, 1984.

(4) Vide TELLES, V. S., 1992, citado.

(5) Ver SILVA, A. A., 1991; SILVA, A. A. & SAULE Jr., N., 1993, citado.

(6) Ver TELLES, 1993b, onde se desenvolvem estas questões, bem como a noção de bem comum.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, Sérgio, 1990 - "A gestão filantrópica da pobreza urbana". In: Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, vol. 4, nº 2, abr/jun, pp. 9-17.

ARENDT, Hannah, 1981 - A condição humana. Rio de Janeiro: Salamandra e São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

BOCCHI, Priscila & CAMARGO, Ivani, 1990 - "Os movimentos sociais por moradia durante o primeiro ano da gestão do PT na Prefeitura de São Paulo". Relatório de Pesquisa para a FAPESP, São Paulo, mimeo.

BONDUKI, Nabil, 1982 - "Origens do problema da habitação popular em São Paulo". Espaço & Debates. São Paulo: NERU, 2 (5), 81-111, abril.

-----, 1992 - "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo". In: VALLADARES, Lícia (org), Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.

-----, 1992 - Habitação e Autogestão - Construindo territórios da Utopia. São Paulo: FASE.

BONDUKI, Nabil, ANDRADE, Carlos R.M. e ROSSETTO, Rossella, 1993 - Arquitetura e Habitação Social em São Paulo. São Paulo: Depto. de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo.

BUENO, Laura M.M., 1992 - "A política para favelas no município de São Paulo". Trabalho Programado para a elaboração de monografia de mestrado na FAU/USP. Junho, mimeo.

CALDEIRA, Teresa P.R., 1984 - A política dos outros - o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena, 1986 - Conformismo e Resistência - aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, 1987 - A vida fora das fábricas - cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOHN, Maria da Glória, 1991 - Movimentos sociais e luta pela Moradia - São Paulo: Ed. Loyola.

LIMA, Heller, 1992 - "São Paulo desce a ladeira". Revista Construção, São Paulo, nº 2321, agosto (3), 1992, pp. 9-13.

MUÇOUÇAH, P.S. & ALMEIDA, M.A., 1991 - Mutirão e Autogestão em São Paulo: uma experiência de construção de casas populares. São Paulo: POLIS (Publicações, 4).

PALUMBO, A.P.; PEREIRA, M.A.; BALTRUSIUS, N., 1992 - Direito à Moradia - uma contribuição para o debate. São Paulo: Ed. Loyola/ FASE/ UMM.

PAOLI, Maria Célia, 1989 - "Trabalhadores e cidadania - experiência do mundo público na história do Brasil Moderno". Revista de Estudos Avançados, São Paulo: USP, 3 (7), 40-66, 1989.

-----, 1990 - "Conflitos sociais e ordem institucional: cidadania e espaço público no Brasil do século XX". In: Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, nº 53.

-----, 1992 - "Movimentos Sociais, Cidadania e Espaço Público - Anos 90". Revista Humanidades, Brasília: Ed. da UNB, vol. 8, nº 4, pp. 498-504.

RESCHKE, a. & BOLL, A., 1992 - "Favelas: A conquista da urbanização e da posse da terra". Texto elaborado para o livro Direito à Moradia - uma contribuição para o debate. Santo André, mimeo.

ROLNIK, Raquel, 1981 - Cada um no seu lugar. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU/USP.

-----, 1988 - "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política". In: KOWARICK, Lucio (org), As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

-----, 1990 - "Cidade - o desafio da gestão urbana na próxima década". Revista Teoria e Debate. São Paulo, Partido dos Trabalhadores, nº 9, jan./fev./mar.

ROLNIK, Raquel, KOWARICK, Lucio e SOMEKH, Nádía - São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Ana Amélia, 1990 - "A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania". In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU, ano X, nº 30.

-----, 1992 - "Democracia e Cidades - o caminho das múltiplas temáticas e desafios da cidadania". Texto apresentado no Encontro de ONGs do Cone Sul, Montevideu, mimeo.

-----, 1993 - "Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos". Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, mimeo.

SILVA, Ana Amélia & SAULE JR., Nelson, 1993 - A cidade faz a sua Constituição. São Paulo: POLIS, nº 10.

TELLES, Vera da Silva, 1992 - A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/ USP, mimeo.

-----, 1993a - "Pobreza e Cidadania: Precarização e Condições de Vida". Trabalho apresentado no seminário Novos Temas para o Movimento Sindical: os desafios da terceirização e as estratégias de negociação. São Paulo: CEDI, agosto.

-----, 1993b - "Sociedade Civil e a construção de espaços públicos". Texto apresentado no Simpósio Anos 90: política e sociedade no Brasil. Campinas, Depto. de Ciência Política da UNICAMP, 9 e 10 de novembro de 1993.

VÁRIOS AUTORES, 1992 - Programa Habitacional de Interesse Social - Relatório de Gestão 1989-1992 - Balanço da Atuação de HABI. São Paulo: PMSP/ SEHAB/ HABI, mimeo.

VÁRIOS AUTORES, 1993 - Fundo Nacional de Moradia Popular - a participação popular na construção de uma política habitacional. São Paulo: FASE.

VÉRAS, Maura P.B. & TAESCHNER, Suzana P., 1990 - "Evolução e mudanças das favelas paulistanas". In: Espaço e Debates, São Paulo: NERU, ano X, nº 31, pp. 52-71.

Revista Pólis - Assinatura

Solicito uma assinatura de quatro números da Revista Pólis.

Pagarei pela assinatura 14 URVs (Brasil), 28 URVs (exterior)
através de cheque nominal

ENDEREÇO: Instituto Pólis
Rua Joaquim Floriano, 462
Tel: 820-2945
04534-002 - São Paulo - SP

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____

TELEFONE _____ DATA _____

PUBLICAÇÕES PÓLIS

01. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade**
02. **Cortiços em São Paulo: O Problema e suas Alternativas**
03. **Ambiente Urbano e Qualidade de Vida**
04. **Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: Uma Experiência de Construção de Casas Populares**
05. **Lages: Um Jeito de Governar**
06. **Prefeitura de Fortaleza Administração Popular: 1986/88.**
07. **Moradores de Rua**
08. **Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo**
09. **Experiências Inovadoras de Gestão Municipal**
10. **A Cidade Faz a sua Constituição**
11. **Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís**
12. **Experiências de Gestão Cultural Democrática**
13. **As Reivindicações Populares e a Constituição**
14. **Participação Popular nos Governos Locais**

Números Especiais

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Próximo Número

O Futuro das Cidades

Números Anteriores:

- As Reivindicações Populares e a Constituição
- Participação Popular nos Governos Locais

Próximo Número:

- O Futuro das Cidades